

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**FREGE E A TEORIA DA VERDADE COMO  
IDENTIDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Kariel Antonio Giarolo**

**Santa Maria, RS, Brasil.  
2011**

# **FREGE E A TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE**

**por**

**Kariel Antonio Giarolo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, área de concentração Filosofias Continental e Analítica, linha de pesquisa Análise da Linguagem e Justificação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Filosofia**

**Orientador: Prof. Dr. Dirk Greimann**

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Ciências Sociais e Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Filosofia**  
A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação de Mestrado

**FREGE E A TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE**

elaborada por  
**KARIEL ANTONIO GIAROLO**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Filosofia**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Dirk Greimann (UFF)  
(Presidente/Orientador)

---

Prof. Dr. Jaime Rebello (UFRGS)

---

Prof. Dr. Frank Thomas Sautter (UFSM)

Santa Maria, 08 de abril de 2011.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao professor Dirk Greimann por ter me levado ao conhecimento das obras de Frege e por ter despertado o interesse tanto nas questões discutidas por ele, assim como nos problemas gerais de filosofia da linguagem e ontologia. Agradeço ao tempo gasto, ao auxílio, as críticas e paciência na espera pelo texto final.

Ao professor Frank Thomas Sautter por sempre ser prestativo e por ter auxiliado em todas as necessidades, tanto no que dizia respeito a questões teóricas, como a questões burocráticas.

À família por sempre apoiar no estudo e na busca por conhecimento, sem contar os apoios financeiros em vários momentos.

À uma pessoa especial que partilhou de muitos momentos bons junto a mim, mas que, no momento final, infelizmente não estava presente. Natacha, mesmo estando nas terras do Frege, lhe agradeço muito pela companhia inigualável.

À *gurizada* que sempre esteve presente nos momentos de alegria, tristeza, desespero ou simplesmente ócio e inutilidade. Não vou citar nomes devido ao fato que é bem possível esquecer alguém. Em especial, agradeço ao pessoal do universo 55 (ou seja, a grande maioria) e a todos os outros amigos, não menos importantes, que de alguma maneira auxiliaram na sanidade mental do autor desta dissertação.

Ao programa de pós-graduação em Filosofia da UFSM e aos professores do curso, especialmente, aqueles que tiveram alguma influência seja diretamente no trabalho ou na ampliação dos horizontes de pesquisa.

Agradeço, por fim, ao CNPq e a CAPES, por terem financiado a investigação na graduação e pós-graduação, respectivamente.

*“O vinho é como o homem: não se saberá nunca até que ponto podemos estimá-lo ou desprezá-lo, amá-lo ou odiá-lo, nem de quantos atos sublimes ou perversidades monstruosas ele é capaz. Portanto, não sejamos mais cruéis com ele do que com nós mesmos e tratemo-lo como um igual”.*

Charles Baudelaire, “Paraísos Artificiais”.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Pós-Graduação em Filosofia  
Universidade Federal de Santa Maria

### **FREGE E A TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE**

AUTOR: KARIEL ANTONIO GIAROLO

ORIENTADOR: DIRK GREIMANN

Data e local da defesa: Santa Maria, 08 de abril de 2011.

A presente dissertação tem como objetivo central investigar a relação entre a concepção fregeana de verdade e a chamada teoria da verdade como identidade (*Identity Theory of Truth*). Uma teoria da verdade como identidade é caracterizada na literatura como a tese segundo a qual verdade consistiria, fundamentalmente, na identidade entre o conteúdo de um juízo ou proposição e um fato. A proposição expressa por uma sentença, como 'Aristóteles foi discípulo de Platão', é verdadeira se, e somente se, é um fato que Aristóteles foi discípulo de Platão. Assim sendo, os conteúdos das sentenças estariam em uma relação de identidade com fatos e não em uma relação de correspondência, como as teorias clássicas da verdade irão defender. Em *Der Gedanke* de 1918, Frege parece defender essa teoria, mesmo que a concepção fregeana de verdade seja muito mais ampla do que isso. Neste artigo, ele explicitamente afirma que *um fato é um pensamento que é verdadeiro*. E tal afirmação encaixa-se perfeitamente no slogan da teoria da verdade como identidade. Não obstante, na literatura secundária existe uma série de discussões sobre esse tópico. Autores como Baldwin, Dodd, Kemp, Horsnby e Sluga irão discutir essa identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros dando respostas por vezes antagônicas. Por isso, é de grande importância reconstruir e discutir essas interpretações na tentativa de esclarecer o propósito de Frege ao fazer tal afirmação. Conjuntamente, outros aspectos da filosofia fregeana necessitam ser explicitados, pois a concepção fregeana de verdade em geral e a teoria da verdade como identidade, em particular, estão ligadas ao restante de sua filosofia.

Palavras-chave: Frege; verdade; teoria da verdade como identidade; teoria da verdade como correspondência.

## **ABSTRACT**

Master Thesis  
Postgraduate Program in Philosophy  
Federal University of Santa Maria

### **FREGE AND THE IDENTITY THEORY OF TRUTH**

**AUTHOR: KARIEL ANTONIO GIAROLO**

**ADVISOR: DIRK GREIMANN**

Date and place of the defense: Santa Maria, April the 08th, 2011.

The main objective of this work consists in investigating the relationship between Frege's conception of truth and the so called "Identity Theory of Truth". An identity theory of truth is described in literature as the thesis sustaining that truth consists, fundamentally, in the identity between the content of a judgment or proposition and a fact. The proposition expressed by a sentence, as in 'Aristotle was a disciple of Plato', is true if, and only if, it is a fact that Aristotle was a disciple of Plato. Thus, the contents of the sentences would be in a relation of identity towards the facts, and would not be in a relation of correspondence, as classic theories of truth sustain. In *Der Gedanke*, published in 1918, Frege seems to sustain this theory, even though his conception of truth is much larger than that. On the article, he explicitly affirms that *a fact is a thought that is true*. Such affirmation fits perfectly in the identity theory of truth's slogan. Nevertheless, there's plenty of discussion on the subject in secondary literature. Authors such as Baldwin, Dodd, Kemp, Horsnby and Sluga have discussed the identification between facts and true thoughts, and have given explanations that are sometimes rather antagonistic. That is why it is of great value the reconstruction and the discussion of such interpretations, in the attempt to clarify Frege's purpose on the referred affirmation. Along with that, it is necessary to review other aspects of Frege's philosophy, since his conception of truth in general, and, particularly, the identity theory of truth, are connected to the whole of his philosophy.

Keywords: Frege; truth; identity theory of truth; correspondence theory of truth.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 A TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE .....</b>	<b>17</b>
1.1 O propósito geral de uma teoria da verdade .....	18
1.2 As características básicas da teoria da verdade como identidade.....	27
1.2.1 A teoria da verdade como identidade enquanto crítica a teoria da verdade como correspondência e a sua concepção de 'proposição'.....	30
1.2.2 As versões modesta e robusta da teoria da verdade como identidade e a relação desta com a tese deflacionista.....	36
<b>2 A CONCEPÇÃO FREGEANA DE VERDADE.....</b>	<b>40</b>
2.1 Contexto: fundamentação da lógica.....	41
2.1.1 O programa logicista de Frege.....	41
2.1.2 A notação lógica da <i>Begriffsschrift</i> .....	48
2.1.3 As distinções fundamentais da semântica fregeana: <i>Gegenstand/Funktion</i> e <i>Sinn/Bedeutung</i> .....	56
2.2 Parte negativa: crítica a concepção idealista .....	66
2.2.1 A concepção psicologista da lógica.....	67
2.2.2 As noções de verdade e sentido como fundamento da crítica ao psicologismo.....	70
2.3 Parte positiva: análise da palavra 'verdadeiro'.....	74
2.3.1 O uso da palavra 'verdadeiro' na linguagem natural e a tese da redundância do predicado de verdade .....	74
2.3.2 A tese de que verdade é dada pela forma da sentença assertiva.....	76
2.3.3 A relação de Frege com o realismo sobre verdade.....	78
<b>3 A VERSÃO FREGEANA DA TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE .....</b>	<b>81</b>
3.1 A crítica de Frege à teoria da verdade como correspondência.....	83
3.1.1 A concepção de verdade defendida pela teoria da correspondência.....	83
3.1.2 Os argumentos de Frege contra a teoria da verdade como correspondência.....	91
3.1.3 A tese da indefinibilidade da verdade e a concepção fregeana de definição.....	99
3.2 A concepção fregeana de <i>Bedeutung</i> .....	105
3.2.1 A apresentação fregeana do conceito de <i>Bedeutung</i> .....	107



3.2.2 A interpretação 'clássica' do conceito de <i>Bedeutung</i> – <i>Bedeutung</i> como referência ou denotação.....	115
3.2.3 A interpretação de Dummett de <i>Bedeutung</i> em Frege .....	122
3.2.4 A interpretação 'revisionista' de Tugendhat: <i>Bedeutung</i> como 'significância' .....	126
<b>3.3 A concepção fregeana de fato e a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros.....</b>	<b>131</b>

## **4 AS DISCUSSÕES NA LITERATURA SECUNDÁRIA ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE FREGE E A TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE .....**

**137**

<b>4.1 Teria Frege defendido uma teoria da verdade como identidade em <i>Der Gedanke?</i> .....</b>	<b>141</b>
4.1.1 A resposta negativa de Thomas Baldwin .....	141
4.1.2 As críticas de Julian Dodd a interpretação de Baldwin.....	143
<b>4.2 A relação de Frege com as versões modesta e robusta da teoria.....</b>	<b>147</b>
4.2.1 Frege e a versão modesta da teoria da verdade como identidade.....	147
4.2.2 Frege e a versão robusta da teoria da verdade como identidade.....	150
<b>4.3 A interpretação de Sluga: Frege e a discussão com Wittgenstein.....</b>	<b>153</b>

## **CONCLUSÃO.....**

**159**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....**

**165**

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objetivo fundamental discutir a possível relação entre a concepção de verdade encontrada nas obras de Frege e aquilo que é conhecido na literatura como teoria da verdade como identidade (*Identity Theory of Truth*). Esta teoria se apresenta como uma espécie de tentativa de explicar o conceito de verdade em termos de identidade entre o conteúdo de sentenças, afirmações, juízos ou proposições, por um lado, e fatos, por outro lado. Julian Dodd (2000) assume que esta teoria da verdade é uma espécie de teoria alternativa às teorias clássicas da verdade como correspondência, as quais buscam, por sua vez, definir verdade em termos de correspondência entre as expressões citadas acima e fatos. Enquanto uma teoria da identidade defende que uma sentença ‘*p*’ é verdadeira se, e somente se, ‘*p*’ é idêntica a um fato, uma teoria da correspondência irá defender que ‘*p*’ é verdadeira se, e somente se, ‘*p*’ corresponde a um fato.

De acordo com Dodd e Hornsby (1992) e Dodd (1999, 2000), em Frege podemos encontrar uma versão desta teoria da verdade como identidade. Tal hipótese é o que norteará o desenvolvimento deste trabalho. Basicamente, as principais evidências para a atribuição desta teoria a Frege consistem na crítica construída por ele contra as teorias da verdade como correspondência e, principalmente, pela afirmação, no artigo *Der Gedanke* de 1918, de que “um fato é um pensamento verdadeiro” (FREGE, 1997, p. 342). Esses dois pontos seriam fundamentais na edificação de uma teoria da verdade como identidade e na justificativa para a atribuição desta teoria a Frege.

Entretanto, é preciso levar em conta uma série de fatores no tratamento desta questão. Em primeiro lugar, em nenhum momento Frege toma essa afirmação como sendo uma teoria ou uma tese sobre verdade. Inclusive, parece que não temos em

Frege uma teoria geral sobre o que seja verdade<sup>1</sup>. Ele considera esta noção como a mais básica, aquela que caracteriza a lógica, mas não dá uma definição precisa dela. Como veremos no desenvolvimento do texto, Frege tem uma série de teses sobre verdade, mas não uma teoria sistemática. Além disso, a própria teoria da verdade como identidade não é uma teoria da verdade no sentido clássico. Ela não tem o objetivo de definir verdade<sup>2</sup>. Tal teoria tem, segundo Dodd (2000), uma postura predominantemente crítica e isso a vincula à tese deflacionista. Ela objetiva corrigir os erros das teorias da verdade como correspondência, principalmente a tese defendida por estas de que verdades necessitam de fazedores de verdade (*truthmakers*) e que tais fazedores de verdade são fatos ou estados de coisas. Para a teoria da verdade como identidade, fatos são portadores de verdade (*truthbearers*), idênticos aos pensamentos verdadeiros de Frege.

Mesmo assim, a opinião de Dodd não é consensual na discussão sobre Frege. Outros autores também discutirão a identificação efetuada por Frege entre fatos e pensamentos verdadeiros e darão respostas bem diferentes da de Dodd. Baldwin (1991), por exemplo, aborda essa questão e afirma que Frege discutiu a teoria da verdade como identidade em *Der Gedanke* e a rejeitou. Para Baldwin, Frege reduz a teoria da identidade a um gênero de teoria de correspondência e assim a refuta. As teorias da correspondência buscam dar uma definição do conceito de verdade por meio da relação entre os conteúdos de sentenças e algo no mundo. Só que Frege apresenta no escrito póstumo *Logik* de 1897 e em *Der Gedanke*, posteriormente, uma tese bastante peculiar de que verdade é um conceito básico e indefinível. Consequentemente, ele não pode aceitar nenhuma teoria que busca definir verdade, como as teorias da correspondência. Se a teoria da verdade como identidade é um tipo de teoria da verdade como correspondência, então ela também não poderia ser aceita por ele. A discussão sobre a independência da teoria da identidade será extremamente importante para Dodd.

Sluga (2005, 2007), por sua vez, não falará em termos de teoria da verdade. Segundo ele, Frege tem como meta, ao identificar fatos com pensamentos verdadeiros, criticar as concepções de verdade e fato encontradas no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. Frege não aceita as teses de Wittgenstein sobre verdade e busca atacá-las em *Der Gedanke*. Wittgenstein, o qual

---

<sup>1</sup> Para Dummett (1973, 1981), entretanto, a lógica é uma teoria da verdade.

<sup>2</sup> Conforme Dodd (2000).

teve influência de Bertrand Russell, defende uma teoria da verdade como correspondência no *Tractatus*, onde uma afirmação verdadeira seria uma espécie de figuração da realidade. Em *Der Gedanke*, ao criticar as tentativas de definir verdade por meio da relação de correspondência, encontramos uma terminologia que faz com que a interpretação de Sluga ganhe plausibilidade. Frege não fala em sentenças correspondendo à realidade, mas sim em imagens, pinturas e quadros.

De qualquer maneira, parece que Frege não tem em mente a construção de uma teoria da verdade nos moldes de Dodd. Assim, é necessário esclarecer o contexto no qual Frege faz essa identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros. Além disso, é preciso analisar as noções fundamentais na obra de Frege que têm relação com toda essa discussão. Se em *Der Gedanke*, por exemplo, a noção de fato é tomada como sendo pensamento verdadeiro, em outras obras, como a *Begriffsschrift* de 1879, não temos a mesma coisa. O próprio conceito de verdade é algo que sempre desempenha um papel importante nos textos de Frege, mas não tem uma explicação precisa.

A identificação de fatos com pensamentos verdadeiros é uma tese importante em *Der Gedanke* e é algo que não foi exaustivamente discutido. Na verdade, existem poucos trabalhos que abordam esse tópico e uma parcela menor ainda que o vinculam com uma teoria da verdade. O conceito de verdade em Frege é um dos conceitos fundamentais da lógica – e talvez até de sua filosofia –, senão o mais importante e, portanto, discussões adicionais são sempre desejáveis. Além disso, a própria teoria da verdade como identidade é uma teoria muito pouco discutida na literatura sobre verdade. Ela ocupa um papel bastante periférico no contexto das teorias da verdade e, por vezes, nem mesmo é citada em obras que apresentam a discussão sobre verdade em geral.

Assim, basicamente, o que motiva a abordagem deste tópico na dissertação é a importância que o conceito de verdade tem em Frege e a escassez de trabalhos sobre sua relação com a teoria da verdade como identidade. Essa relação está presente em Frege e o esclarecimento dela pode contribuir para a elucidação de certos pontos da filosofia fregeana.

A dissertação está dividida em quatro capítulos.

O **primeiro capítulo** terá como objetivo expor de maneira geral quais são os propósitos gerais de uma teoria da verdade e, especialmente, em que consiste uma teoria da verdade como identidade. Este capítulo irá abordar as principais

preocupações e distinções dentro da discussão sobre o tema. Normalmente, as teorias da verdade buscam dar uma resposta à pergunta acerca do que é o problema filosófico da verdade e, para isso, precisam estipular e explicar certas questões fundamentais. Uma preocupação comum à maioria, senão a todas as teorias da verdade, consiste no esclarecimento do que são os portadores de verdade, as entidades que podem ser verdadeiras ou falsas. Outras questões também são importantes, como, por exemplo, o que torna os portadores de verdade verdadeiros ou falsos, os critérios necessários e suficientes para a determinação da verdade, etc. Assim, muitas vezes, teorias da verdade necessitam ter ao lado uma concepção ontológica vinculada a quais entidades existem e constituem a teoria.

Adicionalmente, é preciso distinguir teorias substancialistas da verdade e teorias deflacionistas, pois a teoria da verdade como identidade tem elementos das duas abordagens. Essa discussão tem como pano de fundo a questão sobre se o conceito de verdade ou o predicado 'é verdadeiro' tem uma natureza. Teorias substancialistas darão uma resposta positiva, enquanto as teses deflacionistas negarão que verdade tenha uma natureza. Isso é importante para visualizarmos qual tipo de teoria da verdade é uma teoria da verdade como identidade e quais os problemas que ela discute.

Após a caracterização geral das teorias da verdade, o capítulo focará na apresentação pormenorizada da teoria da verdade como identidade. Se em Frege temos uma teoria da verdade nesses moldes, então é preciso expor quais são suas características fundamentais. Assim, serão abordadas as principais teses defendidas pela teoria, suas concepções de proposição e fato, a distinção entre versões robusta e modesta da teoria.

O **segundo capítulo** terá como preocupação reconstruir as principais teses fregeanas sobre o conceito de verdade. Primeiramente, o capítulo apresentará o contexto filosófico no qual tem origem a discussão sobre verdade em Frege, a saber, o contexto de fundamentação da aritmética, o programa logicista. Em meio a isso, é preciso, ao mesmo tempo, esclarecer alguns pontos gerais encontrados ao longo das obras fregeanas, que tem ligação direta com a questão da verdade. Distinções básicas como objeto e função, *Sinn* e *Bedeutung* e noções como a de pensamento e de ideia serão discutidas.

A concepção fregeana de verdade possui uma parte negativa e outra positiva. A primeira diz respeito à crítica a concepção idealista de verdade. O conceito de

verdade é algo objetivo para Frege e não pode ser reduzido a representações mentais, a algo que pertenceria ao campo da psicologia. Frege tinha como alvo atacar a lógica psicologista vigente no período. Já a parte positiva de sua concepção de verdade contém várias teses sobre o conceito. Encontramos a redundância do predicado de verdade, um realismo sobre verdade e, principalmente, a tese de que a verdade é dada pela forma da sentença assertiva.

O **terceiro capítulo** tem como meta discutir certas teses de Frege que o conectam com uma teoria da verdade como identidade. Após esclarecer, no capítulo 2, as suas principais teses sobre verdade, cabe, neste capítulo, discutir os pontos que possivelmente vinculam-no a esta teoria da verdade. O primeiro ponto consiste na crítica de Frege encontrada, principalmente, em *Der Gedanke* contra a teoria da verdade como correspondência. Nesse texto, Frege argumenta contra a definição de verdade dada pelas teorias da correspondência, concluindo que o conceito de verdade não pode ser definido nesses termos. Na realidade, verdade é um conceito tão simples que nem sequer pode ser definido. Isso é conhecido como a tese da indefinibilidade da verdade.

O segundo ponto, e o mais importante, consiste na identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros. Para o entendimento dessa tese é preciso reconstruir o contexto em que tal identificação ocorre e, também, esclarecer o que são fatos na visão fregeana.

Outro ponto essencial do capítulo diz respeito ao esclarecimento do conceito de *Bedeutung*. Este conceito é muito importante na semântica fregeana, mas é problemático devido às dificuldades em sua interpretação. Costumeiramente, o termo '*Bedeutung*' é traduzido como '*referência*', contudo isso envolve uma interpretação e esta não é uma tradução aceita por todos os intérpretes. De qualquer modo, uma das ideias constituintes da concepção fregeana de *Bedeutung* terá importância na discussão no capítulo seguinte. Essa ideia é a de que todas as sentenças verdadeiras têm a mesma *Bedeutung*, o Verdadeiro. Isso é conhecido como argumento do estilingue (*slingshot argument*) e será importante na discussão sobre qual versão da teoria da verdade como identidade Frege defendeu, caso ele a tenha defendido.

Finalmente, o **quarto capítulo** apresentará o debate sobre a teoria da verdade como identidade na literatura secundária. Encontramos duas discussões principais sobre a relação entre Frege e a teoria da verdade como identidade. A

primeira tentará esclarecer se Frege defendeu realmente essa teoria. Por um lado, Baldwin (1991), como já citado, dará uma resposta negativa. Por outro lado, Dodd e Horsnby (1992) e Dodd (1999, 2000) apresentarão argumentos em favor da tese de que temos essa teoria em Frege.

A segunda discussão será sobre qual versão da teoria da verdade como identidade foi defendida por Frege. Essa discussão, evidentemente, aceita que Frege defendeu a teoria. Dodd (2000) distinguirá entre versões modestas e robustas da teoria e afirmará que Frege defendeu uma versão modesta. A distinção entre as duas versões funda-se na distinta concepção de fato apresentada por elas. Enquanto a versão modesta toma fatos como sendo simplesmente sentidos, a versão robusta toma-os como sendo estados de coisas, compostos por objetos e propriedades. Diferentemente, Gary Kemp (1995), parece interpretar Frege como um defensor da versão robusta.

Existem ainda autores, como Sluga (2005, 2007), que discutem a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros e não associam isso a nenhuma teoria da verdade. Sluga (2005) reconstruirá a concepção fregeana de verdade historicamente e afirmará que seu propósito ao fazer essa identificação era criticar Wittgenstein. Assim, Sluga não toma isso como sendo uma teoria da verdade como identidade.

O que parece claro é que, embora Frege não tenha construído uma teoria da verdade como identidade, a sua identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros enquadra-se naquilo que defende essa teoria. Inclusive, em *Der Gedanke*, ele parece defender uma versão modesta da mesma. O que merece discussão são o caráter e a importância filosófica dessa teoria da verdade como identidade. Dodd (2000), que é o principal defensor de tal tentativa de explicar o conceito de verdade, se apóia nas teses fregeanas para a construção sistemática da teoria e, assim, consequentemente, ficaria muito difícil negar que Frege não tenha uma relação muito próxima com aquilo que a teoria defende. O ponto é se essa teoria é realmente uma teoria da verdade ou uma teoria sobre o caráter ontológico dos fatos. Se ela for uma teoria da verdade, está mais para uma tese deflacionista, pois não objetiva definir verdade, mas apenas esclarecer certos aspectos da discussão sobre o tópico, especialmente criticar as teorias correspondencialistas.

A conclusão básica desta dissertação será que Frege está ligado a uma teoria da verdade como identidade, embora existam problemas relacionados a essa teoria, e que, ao menos em *Der Gedanke* ele parece defender uma versão modesta.



# 1. A TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE

## Introdução

O conceito de verdade possui ao longo das obras de Frege uma grande importância e é considerado por ele como o conceito que é o objeto da lógica. Entretanto, Frege não possui uma definição precisa acerca do que ele entende pela palavra ou pelo predicado 'é verdadeiro'. Encontramos, ao contrário, uma série de teses sobre o conceito de verdade que, muitas vezes, parece não se encaixar uma na outra. Entre essas várias teses, ou teorias, como alguns comentadores preferem chamar, nos deparamos com evidências que o aproximam da chamada teoria da verdade como identidade (*Identity Theory of Truth*).

Neste capítulo introdutório, o objetivo básico será dar uma apresentação geral sobre as teorias da verdade, especialmente sobre a teoria da verdade como identidade. Na seção 1.1 será efetuada uma rápida exposição acerca do que consiste uma teoria da verdade, seus propósitos básicos, quais são os problemas que uma teoria da verdade busca resolver, com quais conceitos ela interage etc. É preciso também distinguir entre teorias substancialistas da verdade e teorias deflacionistas. Essa distinção funda-se na questão de se o conceito de verdade possui ou não uma natureza. Enquanto as teorias substancialistas darão uma resposta positiva a isto, as teorias ou teses deflacionistas negarão que verdade tenha uma natureza.

Na seção 1.2, após fazer as devidas elucidações sobre as teorias da verdade, entrarei na discussão e caracterização pormenorizada da teoria da verdade como identidade<sup>3</sup>. Tal teoria da verdade, como sustentada por Julian Dodd (2000), está ligada tanto a teorias substancialistas da verdade, quanto a teorias

---

<sup>3</sup> O desenvolvimento histórico da teoria da verdade como identidade é controverso e parece ter tido origem no idealismo alemão. Existem comentadores, como Baldwin (1991), que defenderão exatamente isso. A teoria da verdade como identidade teria sua origem em autores vinculados com o idealismo alemão. Em fases posteriores, a teoria teria sido defendida por filósofos da corrente analítica, tais como Russell, Moore e, possivelmente, por Frege. A maioria dos autores que discute a questão toma-a num sentido negativo, alguns afirmam até que ela não é uma teoria da verdade. Dodd (2000), ao contrário, assumirá que a teoria da verdade como identidade é uma espécie de antídoto contra algumas concepções clássicas de verdade. Mais especificamente, as teses defendidas pela teoria da verdade como identidade têm como alvo a teoria da verdade como correspondência. Assim, ela teria uma função 'terapêutica' na discussão sobre verdade.

deflacionistas. Ela compartilha características das duas abordagens sobre verdade que, a princípio, parecem completamente opostas e, segundo Dodd (2000), somente pode vir a ser uma teoria completa se mesclar elementos das duas abordagens. Na discussão sobre a teoria da verdade como identidade é necessário distinguir e apresentar, por um lado, a posição da teoria frente à elucidação do conceito de verdade e, por outro lado, sua preocupação com a construção de uma ontologia. A teoria procura dar uma explicação acerca da relação entre sentenças, proposições, pensamentos e fatos e, ao mesmo tempo, preocupa-se em caracterizar a natureza de tais entidades. Além disso, será feita uma distinção entre duas versões da teoria da verdade como identidade, distinção que se funda em diferentes concepções de alguns elementos fundamentais constituintes da teoria.

### **1.1 O propósito geral de uma teoria da verdade**

A maioria dos livros encontrados<sup>4</sup> que discute a questão da verdade inicialmente toma uma postura socrática frente ao tema, partindo da seguinte pergunta: “O que é verdade?”. As possíveis respostas dadas a esta pergunta variam enormemente. Muitas vezes, variam por causa dos objetivos teóricos, sistemáticos ou mesmo de gosto dos autores que a debatem. O conceito de verdade exerce uma influência muito forte e desempenha papel central dentro dos mais variados campos do conhecimento. Teorias filosóficas, científicas, lógicas, para citar alguns exemplos, estão constantemente fazendo uso desta noção, muitas vezes sem que se realize uma clarificação profunda do que se entende por ela. Tais teorias necessitam, para ter uma consolidação firme, de um conceito de verdade. Assim, uma definição, elucidação ou explicação da natureza deste conceito ou do predicado ‘é verdadeiro’ se faz extremamente necessária.

Mas, mesmo sendo uma questão discutida há bastante tempo, as respostas à pergunta levantada anteriormente não encontraram conformidade e, por vezes, levaram muitos filósofos a caminhos difíceis, trazendo-lhes, até mesmo, consequências filosóficas muito sérias. Muitas vezes, como afirma Kirkham (2003), a falta de consenso tanto sobre a resposta à pergunta, quanto sobre o que seja o

---

<sup>4</sup> Künne (2003, p. 01) e David (1994, p. 03) são exemplos de autores que partem dessa pergunta.

problema filosófico da verdade, tem origem na falta de clareza por parte de certos autores ao colocar o problema. É muito comum acontecer que divergências sobre o tratamento do conceito de verdade sejam baseadas em problemas terminológicos ou mesmo por motivo de obscuridades. Tarski (2006, p. 20), do mesmo modo, afirmará que, muito corriqueiramente, a tentativa de definir o significado de certas expressões que, aparentemente, são claras na linguagem coloquial, acaba sendo infrutífera. O conceito de verdade compartilha do mesmo destino. Muitas vezes, parte-se de premissas a princípio evidentes e acaba-se chegando a paradoxos e antinomias. Uma definição adequada somente pode ser alcançada se for elaborada uma lista dos termos necessários e suficientes à construção da definição de verdade.

As teorias da verdade, numa visão geral, buscam dar uma resposta satisfatória à pergunta levantada e às questões que surgem como desdobramento desta. E os filósofos interessados neste problema necessitam, para a lapidação da noção de verdade, identificar vários aspectos que se entrelaçam, como, por exemplo, determinar: quais são os portadores de verdade; os critérios para decidir se uma sentença é verdadeira; as condições necessárias e suficientes para garantir a verdade de uma sentença; entre outros. Esclarecer tais detalhes é fundamental para se poder construir uma teoria da verdade que seja aceitável.

Ao longo da história da filosofia, todavia, podemos identificar um leque de teorias acerca do problema da verdade e, normalmente, a teoria mais aceita e a mais clássica é a chamada teoria da verdade como correspondência (*correspondence theory of truth*). Essa tentativa de definir o que se entende por verdade remete à Antiguidade Clássica e aos trabalhos célebres de Platão e Aristóteles (2006)<sup>5</sup>. Em uma versão mais contemporânea, podemos dizer que as teorias da correspondência defendem a ideia de que a verdade pode ser *definida* em termos de uma relação entre o conteúdo de uma sentença - uma proposição - e um fato, o qual pode, em certos casos, ser entendido como um estado de coisas constituído por objetos e propriedades. Assim, as teorias da correspondência afirmam que a verdade pode ser explanada como uma relação com a realidade. Uma sentença qualquer, como '*p*', é verdadeira se, e somente se, '*p*' corresponde ao

---

<sup>5</sup> Em Aristóteles (2006) temos a clássica definição de verdade como correspondência: "*Dizer ou que o que é não é, ou que o que não é é, é uma falsidade; dizer que o que é é e o que não é não é verdadeiro*" (Metafísica IV, 7, 1011b26). Em Platão, há uma passagem longa no diálogo Sofista onde ele também sugere uma versão da teoria da verdade como correspondência.

fato que *p*. Contudo essa solução não é muito esclarecedora e não fornece uma resposta muito informativa sobre a pergunta central que ela busca responder. Maiores detalhes sobre esta teoria serão apresentados no capítulo 3, posto que Frege lhe faz uma crítica forte.

Muitas abordagens na literatura tentam debater e esclarecer as questões fundamentais trazidas à tona pelas teorias da verdade. Como é impossível discutir todas elas, optarei por apresentar a análise efetuada por Kirkham (2003), o qual tenta fazer uma espécie de categorização das teorias da verdade. Outro autor que irei utilizar é David (1994), devido à sua distinção entre as teorias substancias e as teorias deflacionistas, minimalistas ou teorias da descitação (*disquotation*). Outros autores serão citados ocasionalmente.

Kirkham (2003), antes de explorar detalhadamente as teorias da verdade ou mesmo de esclarecer o que são os portadores de verdade, em que consistiria o predicado 'é verdadeiro', etc., irá classificar as teorias da verdade dentro de projetos maiores, tendo como base as características comuns que certas teorias têm. Filósofos preocupados com esse tópico, por vezes, têm projetos absolutamente distintos, mas dão as mesmas respostas às perguntas levantadas, outras vezes compartilham do mesmo projeto filosófico e contradizem um ao outro na solução do problema. Assim, Kirkham (2003, p. 15) toma como meta clarificar essa situação e resolver aquilo que ele denomina confusão quadridimensional<sup>6</sup>. Para tanto, ele postula três projetos referentes ao problema da verdade, e afirma que somente após a separação destes é possível juntar as peças do quebra-cabeça e dar uma solução a toda essa confusão. Os três projetos postulados por Kirkham são: o projeto dos atos-de-fala, o projeto metafísico e o projeto da justificação.

Os dois primeiros projetos contêm ainda certas divisões internas, as quais são fundadas em duas noções centrais da semântica clássica, encontradas primeiramente em Frege e relacionadas ao significado de certas expressões, a saber, as noções de sentido e referência (*Sinn* e *Bedeutung*)<sup>7</sup>. Contudo Kirkham

---

<sup>6</sup> Kirkham denomina a situação desta maneira, pois, segundo ele, há quatro problemas básicos concernentes às desavenças na literatura: 1º. Imprecisão ou falta de clareza na resposta às perguntas principais; 2º. Ambiguidade nas respostas; 3º. Mesmo projeto descrito de maneiras diferentes ou projetos diferentes descritos da mesma maneira; e 4º. Confusão dos próprios teóricos ao descrever seu projeto.

<sup>7</sup> Traduzo aqui os termos '*Sinn*' e '*Bedeutung*' por 'sentido' e 'referência', mas, como se verá mais adiante (3.2), tal tradução, basicamente no que tange ao termo '*Bedeutung*' é bastante discutível. No restante do texto traduzirei o termo '*Sinn*' por 'sentido'. Com respeito ao termo '*Bedeutung*', exceto

(2003, p. 17) opta por falar em intensão e extensão de expressões, evitando entrar em certas divergências terminológicas<sup>8</sup>. Assim, a extensão de uma determinada expressão, como um predicado, por exemplo, são todas as coisas, objetos ou conjunto de objetos referidos, apontados ou que caem sob esse predicado. A extensão de um predicado como 'é azul' ou 'é brasileiro' é o conjunto de todos os objetos azuis ou brasileiros. Entretanto, a pergunta intrigante que surge da ampliação desta noção é 'qual é a extensão do predicado 'é verdadeiro'?'. A resposta trivial e intuitiva seria 'o conjunto de todas as coisas verdadeiras', mas tal resposta é totalmente circular, pois para tanto seria necessário ter em mãos uma definição de verdade. Como consequência, Kirkham postula o chamado projeto extensional, o qual visaria dar uma resposta a esta pergunta que não fosse circular. Seu intuito é encontrar uma expressão *extensionalmente equivalente* a 'é verdadeiro'. O exemplo dado por ele é das expressões 'vertebrado com fígado' e 'vertebrado com coração'. Mesmo que essas duas expressões tenham conteúdos, significados diferentes, elas têm a mesma extensão. Todo aquele que possui um fígado, ao menos no mundo natural, também tem um coração. Com isso, as duas expressões têm extensões idênticas. Tal projeto visa fixar a referência do predicado 'é verdadeiro' e determinar as condições necessárias e suficientes para uma afirmação ser membro das afirmações verdadeiras.

Contudo, como é óbvio, o projeto extensional não é capaz de determinar uma expressão que seja equivalente em conteúdo à 'é verdadeiro'. Essa tarefa cabe a um projeto referente à intensão das expressões. "A intensão de uma expressão é o conteúdo informacional da expressão, enquanto distinto do conjunto de objetos denotado pela expressão" (KIRKHAM, p. 23). Esse projeto, Kirkham (2003, p. 25) chama-o de projeto assertivo. Como vimos acima, 'vertebrado com fígado' e 'vertebrado com coração' têm conotações diferentes, visto que ter um fígado significa ter um órgão para filtrar o sangue, enquanto que ter um coração significa ter um órgão para bombeá-lo. Mas as expressões 'vertebrado com coração' e 'vertebrado com um órgão para bombear o sangue' podem ser intensionalmente equivalentes. Destarte, o projeto assertivo, vinculado com a noção de intensão, tem

---

nos casos em que estiver usando a terminologia específica de algum comentador, mantereí o termo no original.

<sup>8</sup> Assim, toda vez que forem utilizados os termos 'intensão' e 'extensão' está se pensando na distinção fregeana entre sentido e *Bedeutung*. A terminologia usado por Kirkham, entretanto, não é muito comum.

como propósito encontrar uma expressão que seja intensionalmente equivalente à 'é verdadeiro'.

Além desses dois subprojetos, Kirkham ainda apresenta mais dois ligados a eles, que são os projetos essencialista e naturalista. O primeiro caso é a busca por expressões equivalentes em todo mundo possível. Duas sentenças seriam essencialmente equivalentes se, e somente se, em todo mundo possível, tivessem o mesmo valor de verdade. 'Necessariamente 'x tem fígado se, e somente se, x tem coração"' é uma afirmação falsa, pois se poderia pensar em um mundo onde isto não fosse o caso. Mas, se 'necessariamente 'p se, e somente se, q"' é verdadeiro, segundo Kirkham, então 'p se e somente se q' é verdadeiro em todo mundo possível. Teríamos assim uma equivalência essencial. O projeto naturalista segue, em grande parte, o projeto essencialista, contudo defende uma espécie de equivalência extensional em todo mundo naturalmente possível apenas.

Tendo realizado estas distinções, Kirkham afirma que os projetos extensional, essencial e naturalista fazem parte do projeto metafísico, o qual tem como propósito fundamental identificar em que consiste a verdade, o que significa dizer que uma afirmação ou crença é verdadeira. Dentro do projeto metafísico temos as teorias da verdade como correspondência, a teoria coerentista da verdade e a teoria minimalista, por exemplo.

O projeto assertivo, diferentemente, faz parte do projeto dos atos-de-fala, tendo como meta descrever os atos ilucucionários e locucionários de declarações, baseando-se na aparência gramatical de expressões que atribuem propriedade de verdade a certas afirmações. Dentro do projeto dos atos-de-fala, temos a teoria da redundância, a teoria performativa de Strawson, entre outras.

Por fim, nos resta o projeto da justificação, desprovido de qualquer divisão interna, que busca identificar algumas características possuídas pela maior parte das afirmações verdadeiras e não possuídas pela maior parte das afirmações falsas. Assim, evidencia-se que, na maior parte dos casos, os projetos metafísico e da justificação, principalmente, têm propósitos muito diferentes, mas, de certo modo estão intimamente ligados. Enquanto que o primeiro busca descrever as *condições* necessárias e suficientes para determinar a verdade de uma afirmação, o segundo tenta identificar e apresentar os *critérios* para a aceitação de uma sentença verdadeira. Os dois projetos possuem certa independência, mas o vínculo entre eles é fundamental para a determinação da verdade. O projeto metafísico busca dar uma

definição propriamente dita do que consiste o conceito de verdade, o projeto da justificação, estipular os critérios para as sentenças serem verdadeiras ou falsas.

Mas, mesmo assim, as teorias da verdade e as teorias da justificação têm certa independência uma da outra. É possível falar em verdade sem falar em justificação, assim como é possível justificar uma série de crenças mesmo que elas não sejam verdadeiras. Mas Kirkham (1992, p. 72) admite que uma teoria consistente não deve dispensar nenhuma das duas e, além disso, parece que uma teoria da verdade é mais fundamental que uma teoria da justificação. As teorias da verdade cumpririam um papel regulador em relação às teorias da justificação, evitando, provavelmente, que uma crença ou conjunto de crenças falsas ou ilusórias fosse justificado de modo consistente.

Kirkham (2003, p. 109), no entanto, ainda faz uma nova distinção entre teorias realistas e não-realistas da verdade. As primeiras são aquelas teorias que se apóiam sobre a tese de que há uma espécie de dualismo entre mente e mundo externo e que os fatos seriam independentes da mente. Nesse sentido, uma teoria da verdade realista deveria responder a pergunta 'o que é verdade?' por meio de um processo correspondencial<sup>9</sup>. Verdade, de acordo com a teoria realista, dependeria do mundo externo. Assim, os fatos ou estados de coisas no mundo deveriam<sup>10</sup>, de algum modo, corresponder ao conteúdo mental do sujeito. As teorias não-realistas, diferentemente, irão defender que a distinção mente-mundo é um mito, não existem fatos no sentido clássico<sup>11</sup> e, como consequência, não há a necessidade (até porque não faria sentido) em se pensar em uma correspondência entre eles e o conteúdo de uma sentença ou crença. As teorias da verdade como correspondência, em sua grande maioria, são teorias da verdade realistas. Já sobre a teoria da verdade como identidade, precisaríamos esclarecer alguns pontos básicos para vinculá-la a uma destas duas visões. Mas a noção defendida por Dodd e Hornsby (1992) e Dodd (1999, 2000) compartilhará de uma visão não-realista

---

<sup>9</sup> A teoria da verdade como correspondência é o exemplo mais característico de uma teoria da verdade realista, mas outras teorias da verdade, como a coerentista, mesmo com muitas ressalvas, podem ser realistas também.

<sup>10</sup> Kirkham (2003, p. 109-110), como se faz ver, distingue as noções de 'fato' e 'estado de coisas'. De acordo com ele, fatos são estados de coisas que acontecem no mundo real. Assim, a primeira noção é menos ampla que a segunda. Todo fato seria um estado de coisas, mas não o contrário. Entre os estados de coisas encontramos fatos potenciais, ou seja, aqueles fatos que não acontecem no mundo real, como, por exemplo, 'x é um quadrado redondo'.

<sup>11</sup> Fatos como sendo estados de coisas, entidades compostas por objetos e suas propriedades e, em na maioria dos casos, com poderes causais.

acerca de fatos. Fatos não pertenceriam a um mundo real, não seriam entidades no sentido proposto por Kirkham. Uma questão importante que deve ser levada em conta é que está a única definição de realismo. Dummett (1973, 1981), por exemplo, como se verá mais adiante, apresenta uma concepção diferente de realismo. E nesse caso a versão de Dodd da teoria da verdade como identidade seria realista.

Outro ponto que constitui os alicerces de qualquer teoria que busca dar uma definição ou ao menos uma explicação razoável do que consistiria o conceito de verdade diz respeito aos portadores de verdade (*truth bearers*). O problema vinculado aos portadores de verdade é o problema que surge quando se indaga que tipo de coisas pode ser verdadeiro ou falso. Nos livros especializados no assunto, encontramos uma grande quantidade de opções e nos deparamos com um problema similar à questão da verdade. Há uma confusão a respeito dos portadores de verdade.

Entre os candidatos a portadores de verdade, encontramos sentenças, juízos, afirmações, proposições, enunciados, asserções, declarações, crenças, pensamentos, teorias, atos de fala e muitos outros. Em primeiro lugar, não existe acordo entre os filósofos sobre quais são os portadores de verdade adequados, em segundo lugar, não existe acordo nem mesmo acerca da natureza de tais possíveis portadores de verdade. Kirkham (2003, p. 85) é um dos que identifica estes problemas. Uma dificuldade é que não existe nenhum tipo de restrição, exceto arbitrária, sobre quais portadores de verdade podem ser aceitos ou não. Por isso o problema dos portadores de verdade somente pode ser tratado e compreendido claramente com base no projeto filosófico defendido pelo autor.

Contudo, mesmo não existindo conformidade acerca da natureza dos portadores de verdade, é possível dar algumas elucidaciones dos principais candidatos. As sentenças, por exemplo, normalmente são tomadas como entidades físicas. Kirkham (2003, p. 87) falará de ocorrências de sentenças, e estas podem ser explicitadas em termos de marcas em um papel, ondas sonoras, etc. Tal posição frente às sentenças é compartilhada também por Frege (1997, p. 328, 331). Para ele, as sentenças são apenas um veículo para a expressão de um pensamento.

As declarações são também fortes candidatos a portadores de verdade. Declarações são consideradas como ações, portanto elas estariam vinculadas,



principalmente, com o projeto dos atos de fala, posto que elas possuem propósitos locucionários ou ilocucionários. Asserções, segundo Kirkham (2003, p. 89), por exemplo, seriam tipos de declarações com propósitos locucionários de comunicar informações.

Crenças também são, muito costumeiramente, consideradas como portadores de verdade. Existem, todavia, algumas divergências sobre a real natureza das crenças. Alguns autores como Braithwaite (1987), por exemplo, defenderão que crenças estão associadas com disposições para o agir e que estas disposições fazem, até mesmo, parte do significado de crer. Apesar disso, a interpretação clássica do conceito de crença, apresentada pelos filósofos modernos, e aceita por Russell (1912, apud KIRKHAM, 2003, p. 90), é que crenças são entidades mentais.

Mas, de qualquer maneira, o principal candidato ao cargo de portador de verdade são as proposições<sup>12</sup>. Normalmente proposições são concebidas como sendo o conteúdo expresso por uma sentença. Nesse sentido, as proposições são tomadas por vezes<sup>13</sup> como sendo a mesma coisa que enunciados ou juízos. As proposições, por serem o conteúdo de sentenças, possuem certo caráter objetivo. Uma sentença do português, como 'a neve é branca', contém/expressa a mesma proposição de sentenças de outras línguas, como 'the snow is white' ou 'Die Schnee ist weiß'. Alguns pensarão, inclusive, que proposições podem existir independentemente de serem expressas por uma sentença. Isto pode ser concebido como uma espécie de realismo sobre proposições. Uma das possíveis bases para a defesa dessa posição consiste neste caráter de não redução delas às expressões nominais.

A noção de proposição tem uma importância capital na teoria da verdade como identidade e será considerada por Dodd (2000), indiscutivelmente, como o portador primário de verdade. E proposições serão entendidas num sentido fregeano. Ele distinguirá entre proposições fregeanas e proposições russellianas e dará um aval favorável às primeiras. Uma teoria da verdade como identidade somente terá consolidação se proposições forem tomadas neste sentido. Na próxima seção, onde será discutida a concepção de verdade defendida pela teoria

---

<sup>12</sup> Tal opinião é compartilhada por Künne (2003), Soames (1998), Dodd (2000), Newman (2002), dentre uma série de outros autores.

<sup>13</sup> Tugendhat (1983), por exemplo.

da verdade como identidade, a discussão acerca do conceito de proposição será retomada.

Direcionemos-nos agora a outro ponto. Como dito no início do capítulo, existe uma distinção entre outras duas abordagens sobre o problema da verdade: por um lado, uma visão substantiva ou substancialista e, por outro lado, uma visão deflacionista da verdade.

A divergência entre as duas abordagens se dá basicamente sobre a questão se verdade tem ou não uma natureza. Quando alguém faz uma indagação como aquela apresentada no começo do capítulo, 'O que é verdade?', tem-se uma série de respostas. "Verdade é correspondência, verdade é coerência, verdade é assertabilidade garantida, verdade é descitação. Mas cuidado! A última proposta é uma impostora" (DAVID, 1994, P. 3). Essa tentativa de explicação do que deve ser entendido por verdade não possui o mesmo sentido dos outros membros da lista. Na verdade, ela, ao invés de ser uma teoria da verdade, está mais para uma antiteoria. As primeiras são teorias substancialistas, enquanto que a outra é deflacionista. As teorias substancialistas da verdade buscam definir verdade por meio da postulação da existência de certas entidades. Para estas teorias, verdade possui uma natureza e ela pode ser explicitada de alguma maneira. A representante mais clássica de uma teoria substancialista é a teoria da correspondência.

Contudo, opostamente, para a concepção deflacionista, verdade não tem uma natureza. Esta abordagem anda por um caminho oposto ao das tradicionais teorias da verdade. O deflacionismo é uma tese concernente à utilidade do predicado de verdade, à propriedade da verdade e ao que é compreendido pelo conceito de verdade. A motivação básica do deflacionismo consiste na tentativa de rejeitar as convicções que defendem que existe uma espécie de ontologia por detrás de uma teoria da verdade. Entidades como estados de coisas, fatos, proposições, etc., para os deflacionistas não passariam de um folclore filosófico. A existência dessas entidades não pode ser provada, elas são inventadas pelos defensores de teorias substanciais com o intuito de provar seu ponto de vista. Inclusive as relações como representação, expressão, correspondência e seus correlatos são, para o deflacionismo, simplesmente integrantes de obras de ficção, elas não têm valor explanatório<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Conforme David (1994, p. 54).

Uma das visões mais radicais da tese deflacionista é a teoria da descitação (*disquotationalism*). Tal teoria defenderá basicamente que uma sentença como ‘a grama é verde’ contém o mesmo conteúdo de uma outra sentença como ‘a grama é verde’ é verdadeira’. O predicado de verdade, na segunda sentença, não faz nenhuma contribuição para o conteúdo da sentença anterior<sup>15</sup>. Uma versão da teoria da descitação teria sido defendida por Quine.(1987, apud Künne, 2003, p. 225). Para a tese da descitação, dizer que ‘*p*’ é verdadeiro é dizer que *p*, ou seja, dizer que ‘a grama é verde’ é verdadeiro é, simplesmente, dizer que a grama é verde<sup>16</sup>.

Existem muitos detalhes e questões que precisariam ser debatidas acerca das teorias da verdade, suas relações, componentes básicos, etc. Entretanto, devido ao curto espaço, passo agora a uma apresentação mais detalhada da teoria da verdade como identidade. Creio que os elementos característicos das teorias da verdade foram razoavelmente postos e que o tratamento um pouco mais detalhado dessa teoria possa clarificar alguns pontos, inclusive, de outras teorias da verdade.

## 1.2 As características básicas da teoria da verdade como identidade

A teoria da verdade como identidade, tal como apresentada por Baldwin (1991), Dodd e Hornsby (1992), Dodd (1999, 2000), Stern (1993), Candlish (1999a, 1999b), Hornsby (1999), Sullivan (2005) Fish e MacDonald (2007, 2009), entre outros, defenderá basicamente a tese de que a verdade de um juízo ou proposição

---

<sup>15</sup> Isto é conhecido também como tese da redundância do predicado de verdade e é possível encontrá-la em Frege.

<sup>16</sup> Outra abordagem que se associa à tese deflacionista é a teoria minimalista de Horwich (1990). Sua teoria, embora fortemente influenciada pela tese deflacionista, não implica, de acordo com Kirkham (2003, p. 468), que ele seja um teórico da redundância ou do deflacionismo. A tese que ‘*p*’ e ‘*p* é verdadeira’ dizem a mesma coisa, segundo David (1994, p.62), está conectada e foi inspirada por algumas observações que Tarski (2006) fez sobre verdade. O ponto central para defender essa posição é a sugestão de Tarski (2006, 161) de que uma sentença qualquer como ‘a neve é branca’, para ser verdadeira ou falsa, tem de se conformar a certas condições. Essa sentença será verdadeira se a neve for branca, e falsa se a neve não for branca. Desse modo, uma definição de verdade, nos moldes de Tarski (2006), deve implicar a seguinte equivalência: “A sentença ‘a neve é branca’ é verdadeira se, e somente se, a neve é branca”. Tarski (2006, p. 162) irá salientar que de um lado desta equivalência, o lado onde a frase está entre aspas, teremos o nome da sentença, enquanto que do outro lado, sem aspas, a própria sentença.

consiste na identidade do conteúdo desse juízo ou dessa proposição com um fato. A proposição expressa por uma sentença como,

(1) “Aristóteles foi discípulo de Platão”

é verdadeira se, e somente se,

(2) É um fato que Aristóteles foi discípulo de Platão.

Existem, é claro, algumas variações terminológicas na definição da teoria. Candlish (1999b), para dar um exemplo, defini-la-á como a teoria que assume que a verdade de uma proposição consiste na sua identidade com a realidade da qual ela supostamente fala. Para Baldwin (1991, p. 35), que utiliza o termo juízo em vez de proposição, um juízo é verdadeiro se o seu conteúdo é idêntico a um fato. Dodd e Hornsby (1992) e Dodd (1999, 2000), por sua vez, assumirão que uma teoria da verdade como identidade deve esclarecer o conceito de verdade em termos de identidade entre uma proposição verdadeira, concebida num sentido fregeano, e um fato, tomado como pensamento verdadeiro. Em linhas gerais, em todos os casos, a teoria procura explicitar o conceito de verdade em termos de identidade<sup>17</sup>.

Embora discutida por vários autores, como se percebe, a teoria da verdade como identidade ocupa um lugar pequeno e sem muita importância na história da filosofia. Em contraposição a teorias da verdade amplamente discutidas, como as teorias da correspondência ou as teorias coerentistas, a teoria da identidade ocupa uma posição secundária nas discussões sobre verdade. Mesmo assim, ela possui uma importância razoável quando o assunto é a crítica à teoria da verdade como correspondência. Diferentemente desta teoria, a teoria da verdade como identidade, ao menos em sua versão mais desenvolvida, não leva em conta a tradicional

---

<sup>17</sup> Bradley, segundo Baldwin (1991, p. 36), supostamente influenciado por Hegel (1995), também possui, em *On Truth and Copying* de 1914, uma teoria da identidade. Contudo, a identidade encontrada em Bradley é uma misteriosa identidade entre verdade, conhecimento e realidade. Para um juízo ou proposição ser verdadeiro, deve tornar-se um pedaço da realidade. Bradley tem uma posição idealista e defenderá que um juízo verdadeiro é idêntico a realidade, em vez de ser um estado de coisas, como afirma Dodd (2000, p. 167). Bradley (1928, apud BALDWIN, p. 37), entretanto, não aceita uma teoria da verdade como correspondência. Para ele, fatos e estados de coisas seriam entidades míticas projetadas sobre o mundo devido ao caráter abstrato do juízo. Isso o diferencia dos outros autores que teriam defendido uma versão da teoria.

distinção entre duas esferas diferentes: uma esfera do pensamento e uma esfera da realidade. Segundo esse dualismo, as proposições verdadeiras e os fatos entrariam em uma relação de correspondência. As primeiras pertencentes à esfera do pensamento e as seguintes, à esfera da realidade.

Na apresentação da teoria da verdade como identidade, utilizarei, principalmente, a explicação oferecida por Julian Dodd (2000). Este autor, em *An Identity Theory of Truth*, busca construir uma teoria da verdade como identidade que fosse defensável. Para tanto, ele analisa profundamente a teoria procurando determinar seus objetivos, características e elementos básicos. A tese da identidade entre proposições e fatos, na abordagem de Dodd (2000), teria de ser tomada, por um lado, como uma teoria da verdade e, por outro, como uma ontologia. Além de tentar esclarecer o conceito de verdade por meio da relação de identidade, a teoria também procura dar uma resposta positiva acerca de quais são as entidades e qual a natureza das entidades que entram nesta relação. As entidades fundamentais são proposições (pensamentos verdadeiros) e fatos. Com isso, uma teoria da identidade, assim como qualquer outra teoria da verdade nestes moldes, necessita ter bem claro seu ponto de partida.

Existem quatro questões fundamentais tratadas por Dodd (2000) com respeito à teoria da verdade como identidade. Primeiramente, tal teoria surge com o objetivo de atacar a concepção correspondencial de verdade. Dodd, assim, antes de qualquer coisa, tenta encontrar a doutrina substancial defendida pelas teorias da correspondência. Após a identificação desta doutrina, ele substitui-la-á, com base na sua concepção de proposição, por uma teoria da identidade: essa é a segunda questão a ser tratada. A terceira questão será distinguir entre versões robustas e modestas da teoria da verdade como identidade, sendo que Dodd (2000, p. 112-114) argumenta em favor das últimas. E, por fim, Dodd tentará casar a teoria da verdade como identidade com a tese deflacionista.

Cabe ressaltar, antes de passar a reconstrução dos pontos centrais da teoria, que a edificação de uma teoria da verdade como identidade, por parte de Dodd, deve muito a Frege. Dodd e Hornsby (1992) e Dodd (1999, 2000) se apropriam de certas noções e teses fregeanas, como se verá nos capítulos 3 e 4, com o intuito de defender a sua teoria da verdade como identidade. Dodd (1999, 2000) afirmará, inclusive, que em *Der Gedanke*, Frege defendeu uma versão desta teoria. Na

próxima seção, apresento as duas primeiras questões discutidas por Dodd e, na seção seguinte, as outras duas.

### **1.2.1 A teoria da verdade como identidade enquanto crítica a teoria da verdade como correspondência e a sua concepção de ‘proposição’**

Em *An Identity Theory of Truth*, Dodd (2000) terá como uma de suas metas analisar e rejeitar a teoria da verdade como correspondência. Ele executará tal propósito por meio do esclarecimento de certas noções como fatos, proposições e estados de coisas. A partir do tratamento e esclarecimento destas noções, ele afirmará que a doutrina básica defendida pela teoria em questão não passaria de um mito. O papel e a natureza de entidades como proposições, por exemplo, é entendido de uma maneira completamente errada por essas teorias. Assim, elas deveriam ser substituídas por outras teorias mais sofisticadas, como a teoria da verdade como identidade.

A afirmação que caracteriza a teoria da verdade como correspondência de um modo bastante simples, compartilhada por praticamente todos os seus defensores, é que uma proposição é verdadeira somente no caso dela corresponder a um fato. Neste sentido, existiriam certas entidades como fatos que tornariam proposições verdadeiras. Tais fatos desempenhariam o papel dos denominados fazedores de verdade (*truthmakers*)<sup>18</sup>.

Evidentemente, surge a questão sobre a natureza de tais fazedores de verdade. Normalmente eles são considerados como fatos ou estados de coisas no mundo. Supostamente, o fazedor de verdade de uma proposição como ‘*a é F*’, segundo Dodd (2000, p. 3), é uma entidade no mundo real, algo que seja distinto da proposição e que, de algum modo, a proposição correlaciona-se a esta entidade. Assim, deve existir algo no mundo que faz com que proposições sejam verdadeiras ou falsas. Fazedores de verdade têm relatos no mundo e a sua mera existência garantiria a verdade da proposição que fala dele. Dodd (2000, p. 3) irá considerar

---

<sup>18</sup> Rodrigues Filho (2009) defenderá que a ideia básica da noção de fazedor de verdade pode ser expressa pelo chamado axioma dos fazedores de verdade (*truthmaker axiom*). Tal axioma pode ser explicitado como segue (‘*s Δ p*’ deve ser lido como ‘*s* faz verdadeira a proposição *p*’):

‘*p*’ é verdadeira se, e somente se, existe um *s* tal que *s Δ p*’.

que qualquer teoria da verdade como correspondência deverá compartilhar o seguinte princípio, sendo  $p$  considerado como sendo uma sentença ou proposição:

(TM) “Para  $p$  ser verdadeira, deve existir ao menos uma entidade, distinta de  $p$ , cuja existência implica que  $p$  é verdadeira”.

Esse princípio será retomado e discutido no capítulo 3 mais detalhadamente.

Contudo, uma análise dos fazedores de verdade necessita conjuntamente de uma análise acerca dos portadores de verdade (*truthbearers*) e da relação de correspondência entre eles. Grande parte das respostas sobre a relação entre fazedores de verdade e portadores de verdade, dentro das teorias da correspondência, irá defender que há uma espécie de isomorfismo estrutural entre eles (ver 3.1).

Tomando o princípio (TM) como válido, implica-se que os portadores de verdade teriam comprometimentos ontológicos com um mundo independente da mente. Uma sentença como ‘a neve é branca’ é verdadeira se realmente a neve é branca. Contudo, a neve, tomada isoladamente, não é um fazedor de verdade de ‘a neve é branca’. Isso ocorre devido ao fato de que se poderia pensar na neve existindo e ainda assim não sendo branca<sup>19</sup>. Um defensor da teoria da verdade como correspondência irá tomar que a verdade em questão nos compromete ontologicamente não apenas com a neve, mas também com alguma entidade desempenhando o papel de fazedor de verdade. Os fazedores de verdade seriam, na visão dos defensores da teoria da correspondência, fatos, entidades distintas da proposição, que a tornariam verdadeira.

No entanto, a tentativa de definir verdade por meio do (TM), segundo Dodd (2000), é bastante problemática. O erro básico das teorias da verdade como correspondência seria tomar fatos como sendo fazedores de verdade. Um fato, recebendo o papel de fazedor de verdade, seria considerado como um estado de coisas, uma entidade composta por objetos e propriedades pertencentes ao reino da *Bedeutung*<sup>20</sup>. Porém, é fácil perceber que o (TM) não tem uma grande firmeza.

<sup>19</sup> Conforme Dodd (2000, p. 4).

<sup>20</sup> Existe uma distinção, encontrada na literatura sobre Frege, entre reinos do *Sinn* (sentido) e da *Bedeutung* (referência). Essa distinção é muito importante para a discussão sobre a teoria da verdade como identidade e está associada a distinção fregeana entre *Sinn* e *Bedeutung* (ver 2.1.3 e 3.2 principalmente). O reino da *Bedeutung* é a realidade da qual falamos e em virtude da qual os

Um argumento contra ele consiste na suspeita de que sentenças negativas verdadeiras não possuem fazedores de verdade. Não podemos encontrar no mundo um fazedor de verdade para uma sentença negativa como 'Hume não é o autor da *Crítica da Razão Pura*'. Do mesmo modo, é duvidoso que verdades necessárias necessitem deles. Com isso, Dodd (2000, p. 9) é levado a afirmar que a concepção de que verdades necessitam de fazedores de verdade e que tais fazedores de verdade são fatos não passaria de um dogma filosófico. A consequência disso é que, se fatos não desempenham este papel, a maior motivação para tomá-los como estados de coisas dissipa-se. Abrir-se-ia, com isso, a possibilidade de abordar fatos numa perspectiva diferente, numa perspectiva fregeana. Frege (1997, p. 342) teria afirmado explicitamente que fatos são pensamentos verdadeiros, pertencentes, portanto, ao reino do sentido.

Aqui é importante fazer uma distinção entre reino do sentido (*Sinn*) e reino da *Bedeutung*. Essa distinção é elaborada por Dummett (1973, p. 153-154) tomando como base algumas passagens de Frege (1979), e é aceita por Dodd (2000). O reino da *Bedeutung* seria a realidade da qual nós falamos e em virtude da qual os pensamentos, expressos pelas sentenças, são verdadeiros ou falsos. Contudo, o reino da *Bedeutung* não pode ser identificado com o mundo físico, apesar de o mundo físico poder constituí-lo. No reino da *Bedeutung*, inclusive, encontrar-se-iam os referentes de nossas expressões, até mesmo sentenças. Nesse caso, como se verá mais adiante, o Verdadeiro, também seria um constituinte desse reino.

O reino do sentido, por sua vez, seria uma região muito especial da realidade. Nele estariam contidos os pensamentos fregeanos. Aqui também teríamos os sentidos de nomes próprios e predicados. Por ora fica um pouco obscuro compreender o que significa tudo isso sem ter em mente algumas teses e distinções fregeanas, portanto isso será retomado mais adiante. Aquilo que é preciso deixar claro é que está distinção está na base da teoria da verdade como identidade.

Retomando o ponto anterior, a visão alternativa do caráter dos fatos, levantada por Dodd (2000), necessita, evidentemente, de elucidações. Em primeiro

---

pensamentos são verdadeiros ou falsos. Objetos físicos, propriedades, eventos, objetos lógicos como o Verdadeiro, etc. seriam constituintes deste reino. Já o reino do *Sinn* seria constituído simplesmente por sentidos. Assim, modos de apresentação de objetos, pensamentos, fatos seriam integrantes deste reino. Dummett (1973, p. 153-154, 369) e, com ele Dodd (2000, p. 80), irão assumir essa posição.



lugar, ele irá se preocupar em discutir se pensamentos, concebidos como proposições, têm um lugar legítimo em nossa ontologia. Assim, ele busca provar a existência de proposições e argumentar a favor da tese de que a natureza destas consiste em sentidos fregeanos.

Proposições são consideradas, inicialmente, como coisas que são verdadeiras ou falsas. Tais entidades são o conteúdo de sentenças declarativas, objeto de todas as atitudes proposicionais. Uma série de características pode ser identificada acerca das proposições: caráter abstrato, independência da linguagem, independência da mente, prescindibilidade de portador, veículos básicos de verdade, etc.

Dodd (2000, p. 45, 49) assume que entidades como proposições existam, contudo é preciso determinar a natureza das proposições em questão. A respeito disso, existem duas posições rivais: uma concepção fregeana de proposições e uma concepção russelliana. Ambas compartilham da ideia de que proposições são entidades abstratas, estruturadas e independentes daquele que as apreende. A grande divergência diz respeito à natureza de seus constituintes.

As proposições, num sentido russelliano, teriam como constituintes as entidades sobre as quais a proposição fala. Na opinião de Russell (1903, apud DODD, 2000, p. 49), uma proposição é constituída pelas entidades que são indicadas pelos termos na sentença. Assim, proposições pertenceriam ao reino da *Bedeutung*, teriam objetos e propriedades como seus constituintes. Uma proposição expressa por uma sentença como 'a neve é branca' tem a neve como constituinte. Uma concepção como esta defende que proposições são o mesmo que os estados de coisas das teorias da correspondência. Segundo Dodd (2000, p. 49), caso Russell estiver correto acerca da natureza das proposições, então estados de coisas atuando como fazedores de verdade existem.

Uma concepção de proposição oposta a de Russell pode ser encontrada em Frege. Nas correspondências trocadas entre os dois autores, encontramos claramente a discussão acerca dos constituintes das proposições. Frege (1980, p. 103), em uma carta de 1904 endereçada a Russell, afirmou o seguinte:

Verdade não é uma parte componente do pensamento, assim como o Mont Blanc, com seus pedaços de neve (*snowfields*), não é ele mesmo uma parte componente do pensamento que o Mont Blanc tem mais do que 4000 metros de altura. Mas eu não vejo conexão entre isto e o que você vai dizer: 'Para mim não existe nada idêntico sobre proposições que são ambas

verdadeiras ou ambas falsas'. O sentido da palavra 'Lua' é uma parte componente do pensamento que a Lua é menor que a Terra. A Lua mesma (isto é, a *Bedeutung* da palavra 'Lua') não é parte do sentido da palavra 'Lua'; pois, assim, ela seria uma parte componente do pensamento.

Russell respondeu a Frege (1980, p.109) dizendo acreditar que, apesar de toda a neve, o Mont Blanc era uma parte componente do que foi afirmado na proposição 'O Mont Blanc tem mais do que 4000 metros de altura'. Contudo, as proposições, no sentido fregeano, não contêm entidades como tal. Os componentes das proposições fregeanas são entidades pertencentes ao reino do sentido. Proposições seriam complexos de sentidos, aquilo que Frege chama de modos de apresentação (*Art des Gegebenseins*)<sup>21</sup>. Os pensamentos fregeanos, concebidos como o conteúdo de sentenças assertivas, seriam, deste modo, proposições.

A discussão se restringe a esclarecer se proposições são estados de coisas ou pensamentos fregeanos. Tomadas russellianamente, proposições seriam itens do reino da *Bedeutung*, fazedores de verdade, portanto. Ao contrário, se tomadas fregeanamente, seriam itens do reino do sentido, meros portadores de verdade.

Dodd (2000) assumirá uma concepção fregeana de proposição. As duas motivações maiores para isso consistem no fato de que, primeiramente, tratando o conteúdo de declarações e de atitudes proposicionais como pensamentos, habilitamo-nos a dar um sentido maior às pessoas que interpretamos. Mas, principalmente, a concepção russelliana tem muitas dificuldades ao tratar de proposições falsas. Somente se proposições forem pensamentos é que podemos permitir a possibilidade de proposições falsas. Pensamentos tomariam a posição de entidades ontológicas fundamentais e os fatos seriam identificados a pensamentos verdadeiros.

Após concluir que proposições existem e distinguir entre proposições fregeanas e russellianas, assumindo a primeira opção, temos o terreno pronto para identificar fatos com pensamentos verdadeiros, ou seja, construir uma teoria da verdade como identidade.

A teoria da verdade como correspondência teria uma concepção errada acerca do que são fatos. Fatos não podem ser concebidos como estados de coisas, mas como pensamentos verdadeiros. Eles são ocupantes do reino do sentido e não

---

<sup>21</sup> Por exemplo, 'a Estrela da Manhã' e 'a Estrela da Tarde' contêm modos de apresentação diferentes de um mesmo objeto, a saber, do planeta Vênus. O sentido do primeiro nome é diferente do sentido do segundo, embora os dois tenham a mesma *Bedeutung* (ver 2.1.3).

do reino da *Bedeutung*, como o faz supor a teoria da correspondência. A maior motivação para fazer a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros consiste em uma economia ontológica. Uma vez que fatos não atuam como fazedores de verdade, não é necessário concebê-los como formadores de sentenças. Fatos são reduzidos a pensamentos verdadeiros, entidades que angariam um status de legitimidade em nossa ontologia. Não seria necessário, de acordo com Dodd (2000, p. 81), para determinar a verdade de uma proposição apelar a uma entidade, como um estado de coisas, pertencente ao reino da *Bedeutung*. Fatos, por serem pensamentos verdadeiros nos possibilitariam ficar apenas no reino do sentido.

Existem, é claro, objeções no que concerne à identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros. A primeira objeção contra esta identificação é construída por Moore (1953, apud DODD, 2000, p. 86) e endossada por outros autores, como Fine (1982, apud DODD, 2000, p. 86). A objeção defenderá que fatos não são proposições. Toma-se a proposição '*p*' que Carter foi presidente em 1979 e o fato '*f*' que Carter foi presidente em 1979. Segundo esta objeção, é possível pensar que a proposição '*p*' exista, mesmo que Carter não fosse presidente, enquanto que o fato '*f*' não poderia existir. A conclusão é que '*p*' e '*f*' são distintos.

Essa conclusão, entretanto, tem caráter sofisticado para Dodd (2000, p. 87). O argumento pode ser refutado facilmente. A primeira parte do argumento parece estar correta. Mesmo que Carter não tivesse sido presidente em 1979, a proposição '*p*' ainda poderia existir. Do mesmo modo, não existiria nada verdadeiramente descrito pelo fato '*f*'. O problema com o argumento, porém, gira em torno do fato '*f*'. O ponto é que o fato realmente não existiria, contudo, se a proposição '*p*' é falsa, então não existe um fato '*f*'. A proposição pode existir, mas ela, simplesmente, não é um fato.

Uma segunda objeção é feita por Austin (1970). Para ele, fatos são ocupantes do mundo, ao invés de pensamentos verdadeiros sobre o mundo. A justificativa é que fatos seriam assimilados a eventos. Entretanto, Vendler (1967, p. 122-123) irá refutar Austin, argumentando que eventos são acontecimentos graduais, mas, ao contrário, fatos não têm essa característica. Fatos não são algo que acontecem gradualmente no tempo.

Existem outras objeções mais sutis do que estas. Tais objeções argumentam basicamente que há um papel teórico desempenhado pelos fatos que os habilitam a serem construídos não como pensamentos verdadeiros, mas como estados de coisas. Armstrong (1997) terá uma opinião nesse sentido. Para ele, fatos, como

estados de coisas, forneceriam uma unidade no mundo, tendo inclusive poderes causais, e somente teriam tais poderes causais se fossem estados de coisas (ver 3.1.1).

Dodd (2000) rejeita estas objeções e toma que fatos são idênticos a pensamentos verdadeiros. E isto caracterizará uma teoria da verdade como identidade. Ela surgirá como uma teoria com o propósito de atacar as teses errôneas das teorias da verdade como correspondência, principalmente de que verdades necessitam de fazedores de verdade. Uma teoria da verdade como correspondência, exposta por meio do princípio que uma sentença ' $p$  é verdadeira se, e somente se,  $p$  corresponde a um fato', deve ser substituída por ' $p$  é verdadeira se, e somente, se  $p$  é idêntica a um fato', ou seja, por uma teoria da verdade como identidade.

### **1.2.2 As versões modesta e robusta da teoria da verdade como identidade e a relação desta com a tese deflacionista**

A teoria da verdade como identidade ainda pode ser distinguida em duas versões: uma versão modesta (*modest identity theory*) e uma versão robusta (*robust identity theory*). A distinção entre as duas versões está fundada na distinta concepção de fato defendida por cada uma delas. Por um lado, a versão modesta concebe que fatos devem ser entendidos como pensamentos verdadeiros, assim como defendeu Frege. A versão robusta, por outro lado, irá conceber fatos como estados de coisas, de modo similar a como são entendidos nas teorias da correspondência. A diferença, obviamente, é que a relação entre proposições ou pensamentos verdadeiros e fatos é uma relação de identidade e não de correspondência. Início pelo tratamento da versão robusta.

A versão robusta da teoria da verdade como identidade irá assumir que proposições verdadeiras devem ser reduzidas a fatos. Ela não nega que fatos sejam entidades mundanas, constituídos por objetos e propriedades. Essa versão da teoria defenderá que o fato  $a$  é  $F$  e a proposição que  $a$  é  $F$  são um e o mesmo estado de coisas. O particular  $a$  instanciará um universal  $F$ . A versão robusta, assim, é uma teoria sobre a relação entre pensamentos verdadeiros e a realidade. Ela irá discutir se os pensamentos são simplesmente representações da realidade

ou constituintes dela<sup>22</sup>. Mas, embora a versão robusta tome fatos do mesmo modo que as teorias da correspondência, ela não compartilhará da ideia de que fatos sejam fazedores de verdade. O erro da versão da teoria, segundo Dodd (2000, p. 113), entretanto, é pensar que fatos sejam complexos de itens mundanos. A noção de fato, defendida pela versão robusta, pertenceria ao reino da *Bedeutung*. Isso, para Dodd (2000, p. 113), é errado, como fica evidenciado na refutação das teorias da correspondência.

O principal ponto é que não é possível pensar em fatos como estados de coisas, assumindo que eles sejam idênticos a proposições, e ainda assim falar em proposições falsas. “Os constituintes de uma proposição podem apenas ser unificados, e, portanto, formar uma proposição própria, se a proposição é verdadeira. Se proposições são estados de coisas, uma proposição unificada é automaticamente verdadeira” (DODD, 2000, p. 114). A tese de Dodd é que devemos banir estados de coisas de nossa ontologia. Em seu lugar deveríamos colocar pensamentos. Assim, Dodd, claramente, tem uma posição negativa frente à versão robusta da teoria da verdade como identidade.

Dodd (2000) ainda apresenta três posições que se encaixam, segundo ele, à versão robusta. São elas, as posições de Russell (1903)<sup>23</sup>/Moore (1902, 2004), de Bradley (1883, apud DODD, 2000)<sup>24</sup> e de Hornsby (1997, 1999)<sup>25</sup>. Na opinião de Dodd (2000), cada teoria da identidade surge como uma resposta à metafísica da teoria da correspondência. As características determinantes de uma versão da teoria da verdade como identidade dão-se na sua explicação de onde a teoria rival está errada. Porém, as três versões robustas citadas não fazem diagnósticos corretos dos problemas da teoria da correspondência. O erro destas três posições,

---

<sup>22</sup> É fácil perceber que essa versão da teoria pode tanto cair num realismo, quanto em um idealismo.

<sup>23</sup> Embora Russell, por exemplo, tenha defendido, posteriormente, uma teoria da verdade como correspondência, em *The Principles of Mathematics*, encontramos o núcleo de uma versão robusta da teoria da identidade. Já Moore (2004), em *The Nature of Judgement*, busca refutar a concepção de juízo de Bradley (1883, apud DODD, 2000), apresentando algo semelhante. Tanto Russell como Moore identificarão, por determinado período, fatos com proposições verdadeiras.

<sup>24</sup> Bradley afirmará que a teoria da correspondência tem uma visão falsa do juízo. Um juízo, devido a sua natureza, falha ao captar o mundo como ele realmente é. Assim, ele falsifica a realidade, pois não é capaz de abstrair todos os detalhes do mundo. A única maneira de evitar estas imperfeições seria pensar que o juízo é idêntico à realidade.

<sup>25</sup> A teoria da verdade como identidade defendida por Hornsby (1997) é considerada por Dodd (1999, p. 225) como um desenvolvimento da proposta oferecida por John McDowell (1994). McDowell (1994, p. 27), influenciado por Wittgenstein (2001), afirmará que não existe uma diferença ontológica entre o tipo de coisas que alguém pode querer dizer ou, geralmente, entre o tipo de coisas que alguém pode pensar e o tipo de coisas que pode ser o caso.

basicamente, está na análise dos fatos, isto é, aceitam que fatos sejam estados de coisas, entidades no mundo.

Dodd (1999, 2000), portanto, não aceitará que a versão robusta da teoria da verdade como identidade seja válida. A única versão defensável é a versão modesta. Fatos não são porções da realidade extralinguística, ocupantes do reino da *Bedeutung*. Fatos, ao contrário, são pensamentos verdadeiros fregeanos. Proposições, concebidas como pensamentos verdadeiros, não são reduzidas, como o faz a versão robusta, a fatos.

A versão modesta da teoria da verdade como identidade pode ser encontrada, segundo Dodd (1992, 1999, 2000), em Frege, mesmo que ele não tenha falado nesses termos. A grande evidência para a atribuição desta versão da teoria é a afirmação de Frege que “um fato é um pensamento que é verdadeiro” (FREGE, 1997, p. 342). No capítulo 4, discutirei em detalhes essa interpretação de Dodd, inclusive, retomando a discussão sobre a teoria da verdade como identidade, especialmente a versão modesta.

Para Dodd (2000), além disso, uma teoria da verdade como identidade modesta é complementada por uma atitude deflacionista com respeito à verdade. O reconhecimento de fatos como pensamentos verdadeiros nos permite perceber a incapacidade das teorias da verdade como correspondência de definir verdade. Deste modo, estamos livres para adotar uma teoria deflacionista. Uma concepção deflacionista de verdade, de acordo com Dodd (2000, p. 132), garantiria uma boa saúde para nossa filosofia. Uma teoria deflacionista<sup>26</sup>, como vimos anteriormente, tomará que o predicado ‘é verdadeiro’ nada mais é do que uma expressão em nossa linguagem para a formulação de asserções. Não há uma explicação do que consiste o conceito de verdade e, como consequência, não há a expectativa de descobrir uma propriedade especial compartilhada por todas as proposições verdadeiras.

Como a versão modesta da teoria da verdade como identidade não tem como objetivo definir verdade, ou seja, não participa do grupo de teorias tradicionais sobre verdade que buscam encontrar uma propriedade especial, então ela pode ser defendida, conjuntamente, a uma visão deflacionista. O objetivo fundamental da teoria da verdade como identidade, como já ressaltado, é desmistificar as teorias

---

<sup>26</sup> No sentido exposto por David (1994).

que buscam definir verdade, principalmente aquelas que procuram efetivar isso com base na tese de que fatos são fazedores de verdade. Na realidade, alguns autores acusarão a teoria da verdade como identidade de ser, simplesmente, uma teoria deflacionista mascarada. De certa maneira, tal afirmação não é desprovida de legitimidade. Mas essas questões serão retomadas ao se discutir a relação de Frege com essa teoria nos capítulos que seguem.

## 2. A CONCEPÇÃO FREGEANA DE VERDADE

### Introdução

O presente capítulo tem com meta apresentar em linhas gerais os objetivos e teses principais de Frege que tiveram relação com o tema da verdade ou que, de certo modo, desencadearam a questão. Para tanto, em 2.1, tentarei reconstruir o contexto no qual surge a discussão sobre verdade, a saber, o contexto da fundamentação da aritmética: a tentativa fregeana, principalmente nas *Grundlagen der Arithmetik* de 1884 e nas *Grundgesetze der Arithmetik* de 1893, de fundamentar a aritmética em termos puramente lógicos. Frege tenta provar que a aritmética é analítica *a priori*, em oposição à tese de Kant (2001) de que tanto a geometria como a aritmética, são sintéticas *a priori*. Assim, primeiramente irei expor a tese kantiana, encontrada, principalmente na *Crítica da Razão Pura* de 1781 e, em seguida, as críticas de Frege a Kant e as metas do seu programa logicista.

Ainda nesta seção, será necessário apresentar a notação lógica apresentada por Frege na *Begriffsschrift* de 1879. Para cumprir a meta de fundamentação da aritmética na lógica, Frege viu-se obrigado a construir uma nova lógica. A lógica tradicional tinha dois problemas básicos: em primeiro lugar, em termos expressivos era incompleta, isto é, certas relações e propriedades matemáticas não poderiam ser representadas em termos lógicos, era preciso uma lógica muito mais complexa para tais fins; em segundo lugar, a lógica tradicional não era suficientemente formalizada e isso fazia com que ela empregasse a linguagem natural, a qual contém uma grande quantidade de imprecisões. Nesta nova lógica, por exemplo, Frege substitui as noções de sujeito e predicado pelas noções de função e argumento. Essas noções tornam-se as categorias lógicas básicas. Discutir a *Begriffsschrift* é importante, pois Frege introduz as noções de 'afirmação' e 'negação', que posteriormente serão substituídas pelas noções de 'verdadeiro' e 'falso'. Além disso, nesta obra surge uma concepção de fato diferente daquela apresentada em *Der Gedanke*, a qual leva à possibilidade de termos uma versão robusta da teoria da verdade como identidade em Frege.



Nessa reconstrução geral das principais teses fregeanas, também é preciso levar em conta as distinções futuras entre objeto e função e *Sinn* e *Bedeutung*. Essas distinções são fundamentais na semântica clássica e muito importantes para uma compreensão das teses de Frege sobre verdade, inclusive com respeito à teoria da verdade como identidade. A noção de pensamento (*Gedanke*), por exemplo, surge a partir destas distinções.

Em 2.2 discutirei aquilo que pode ser chamado de parte negativa da concepção fregeana de verdade, a saber, a sua crítica à concepção idealista ou psicologista da lógica. Essa corrente irá defender que o conceito de verdade é algo subjetivo, reduzido por muitos autores ao mero reconhecimento da verdade por parte dos falantes. Frege tentará refutar o psicologismo por meio da postulação de noções, como as de verdade e pensamento, pertencentes a um terceiro reino. O caráter objetivo dessas noções, portanto, será de importância fundamental na refutação da tese psicologista.

Finalmente, em 2.3, deter-me-ei na apresentação das principais teses fregeanas sobre verdade. É importante discutir o funcionamento do predicado 'é verdadeiro' na linguagem natural; a tese de Frege relacionada ao deflacionismo; a relação de Frege com o realismo sobre verdade; e, principalmente, aquilo que aparenta ser a sua tese mais importante sobre o tema, que verdade é dada pela forma da sentença assertiva.

## **2.1 Contexto: fundamentação da lógica**

### **2.1.1 O programa logicista de Frege**

Desde a fase inicial de sua vida acadêmica, Frege preocupou-se com questões de cunho matemático. Inclusive sua tese de doutoramento de 1873, intitulada *Sobre uma Representação Geométrica de Figuras Imaginárias no Plano*, já continha germes que constituiriam suas contribuições posteriores à lógica e à filosofia da matemática. Delineia-se, assim, já no início da carreira de Frege uma busca pela clarificação e explicitação dos tópicos básicos constituintes do conhecimento matemático. Frege não tinha interesse na atividade matemática

propriamente, mas em discutir seus fundamentos e o modo como construir uma matemática a partir de bases sólidas. O ponto de partida para a construção de um conhecimento matemático, especialmente a aritmética, segundo Frege, encontra-se na lógica. O intento fregeano de explicar, definir ou reduzir o conhecimento aritmético a conceitos e leis lógicas mais fundamentais é conhecido como programa logicista.

Mas Frege (1997, p. 48) percebe que a efetivação desse propósito esbarra em um problema: a inadequação da linguagem natural para tais fins. A linguagem natural está repleta de ambiguidades e imperfeições e tal situação, para fins científicos, não pode ser aceita. Com base nisso, Frege constrói uma nova lógica, a qual ele apresenta de modo detalhado na *Begriffsschrift* de 1879. Nesta obra, Frege apresentará uma notação lógica revolucionária, que será utilizada na tentativa de fundamentação da aritmética.

Frege (1964, 1987) não estava satisfeito com o modo como os matemáticos tratavam a questão dos fundamentos desta ciência. Não apenas com aqueles matemáticos que não se preocupavam com tais questões, mas também com as respostas dadas pelos que tinham uma postura positiva frente ao problema. O empirismo de J. S. Mill, o formalismo de Hilbert e as tentativas psicologistas de fundamentar a aritmética, especialmente não agradavam a Frege. Os conceitos, fórmulas matemáticas etc., não poderiam, na opinião dele, ser simples símbolos, generalizações indutivas e nem leis psicológicas baseadas na mente humana. Aquilo que motivou Frege foi a esperança de completar e corrigir o empreendimento kantiano de revelar a natureza do conhecimento matemático<sup>27</sup>.

Desse modo, Kant e Frege, mesmo tendo objetivos filosóficos muito diferentes, deram muita atenção a questões referentes ao conhecimento matemático. Kant (2001, 1980), na *Crítica da Razão Pura* de 1781 e nos *Prolegômenos*, caracterizou a matemática como sendo uma ciência de máxima certeza, sendo que todos os juízos pertencentes a ela angariavam o caráter de serem sintéticos *a priori*. Tal caracterização dos juízos matemáticos ganha importância tendo em vista a meta kantiana de tentar provar como é possível uma metafísica enquanto ciência. Se uma metafísica for possível, então, segundo Kant, nela estão contidos juízos sintéticos *a priori*. Uma vez que, na matemática pura, e

---

<sup>27</sup> Conforme Sluga (1980, p. 43)

também na física pura, ciências extremamente rigorosas, encontramos esses tipos de juízos, então o terreno para a discussão sobre a possibilidade de uma metafísica está posto.

Contudo, a tese da sinteticidade da matemática recebeu uma série de críticas posteriores, principalmente com o intuito de provar que pelo menos parte da matemática não é sintética, mas analítica *a priori*. Frege (1987) é um dos autores que irão criticar tal concepção. Nas *Grundlagen der Arithmetik*, Frege afirma que Kant estava certo no que tange à geometria, esta é sintética *a priori*, entretanto estava errado no que diz respeito à aritmética. Segundo Frege, a aritmética pode ser reduzida a um conhecimento com bases seguras, a saber, a lógica. Desse modo, todos os conceitos e axiomas da aritmética podem ser reduzidos, por meio de definições, a conceitos e leis lógicas básicas, as quais têm o caráter de serem analíticas<sup>28</sup>. Com isso, como consequência, a aritmética também ganharia status de analítica. Esse procedimento é conhecido como o programa logicista fregeano.

Na *Crítica da Razão Pura*, de modo mais detalhado, e também nos *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura* de 1783, onde, em certo sentido, há uma exposição das partes nebulosas da obra anterior, Kant apresenta uma concepção revolucionária acerca do conhecimento de um modo geral e, especialmente, no que tange ao conhecimento matemático. Contrapondo Leibniz, Hume e outros filósofos da tradição, Kant concebia que a matemática lidava essencialmente com juízos sintéticos e *a priori* e não com juízos analíticos. A matemática pura não depende da experiência, e, ao mesmo tempo, não é uma ciência que contém juízos meramente explicativos. Para justificar tal ponto de vista, Kant (2001, p. 42), na introdução da *Crítica da Razão Pura*, faz uma dupla distinção: primeiramente entre conhecimento *a priori* e conhecimento *a posteriori* e, em seguida, entre juízos analíticos e juízos sintéticos.

A primeira distinção diz respeito à justificação do conhecimento (antes ou depois da experiência). Para Kant (2001, p. 36), todo o conhecimento é oriundo da experiência (gênese temporal), mas isso não significa que a experiência é a origem de todas as nossas representações. Conjuntamente com as impressões oriundas da experiência, há também outras estruturas que não foram fornecidas por ela, mas sim pelo entendimento. Estas estruturas – conceitos e princípios universais e

---

<sup>28</sup> Contudo, Kant e Frege parecem ter concepções completamente diferentes do termo 'analítico'.

necessários – são fundamentais para termos experiência. Portanto, há, por um lado, um conhecimento que tem sua justificação na experiência, ou seja, um conhecimento empírico, extraído dela e que não possui caráter de necessidade e de universalidade e, por outro lado, um conhecimento que independe da experiência. O primeiro é chamado *a posteriori*, o último, *a priori*. Kant, evidentemente, dá maior atenção a este último, uma vez que ele é basilar para se alcançar um conhecimento transcendental. Os juízos *a priori* são aqueles onde se verifica independência de toda e qualquer experiência

A segunda distinção traçada por Kant é entre juízos analíticos e sintéticos. Um juízo analítico é aquele no qual, em uma relação sujeito-predicado (S é P), o conceito do predicado está implicitamente contido no sujeito. Um juízo como ‘Todo corpo é extenso’ é analítico, pois no conceito de corpo estão contidas certas notas características que são indissociáveis deste conceito, tais como: extensão, impenetrabilidade e figura. Essas notas ou conceitos parciais normalmente estão confusos e indistintos. Um juízo analítico, desse modo, é um juízo explicativo, pois ele está fazendo uma análise, um desmembramento do conceito sujeito. Ele torna explícito o que o conceito sujeito já possui.

Os juízos chamados sintéticos, diferentemente, são aqueles em que o predicado não está contido no sujeito, mas acrescenta-lhe informações novas. Esses juízos, por conseguinte, ampliam o nosso conhecimento, são extensivos, ultrapassam os conceitos e não são verdades conceituais como os analíticos. ‘Algum corpo é quadrado’ é um juízo que satisfaz essas condições. O predicado é uma característica contingente que não pode ser identificado por uma mera análise conceitual.

A partir dessas duas distinções, Kant combina as diferentes espécies de juízos. Segundo ele, os juízos analíticos podem ser apenas *a priori*<sup>29</sup>. Com respeito aos sintéticos, eles podem ser *a posteriori* – os juízos empíricos, como os das ciências naturais –, mas também podem ser *a priori*. Juízos sintéticos *a priori* são aqueles que não podem ser justificados pela mera análise do conceito sujeito e, simultaneamente, não podem ser demonstrados pela experiência. Para Kant,

---

<sup>29</sup> Segundo Kripke (1980), juízos analíticos *a posteriori* são possíveis. Um exemplo disso é “Eu estou aqui agora”. Não há a necessidade de recorrer à experiência para determinar que esta sentença é verdadeira. Ela é uma sentença analítica. Contudo, ela é contingente, pois *eu*, o sujeito, poderia estar em outro lugar qualquer. Há a necessidade de levar em conta o contexto no qual a sentença é proferida. Os indexicais ‘aqui’ e ‘eu’ são os responsáveis por isso. Enquanto ‘aqui’ refere o local do proferimento da sentença, ‘eu’ diz respeito àquele que a profere.

existem tais juízos e eles estão contidos em ciências apodíticas, tais como a matemática pura e a física pura (puras por estarem livres de qualquer determinação da experiência) e, também, na metafísica, caso ela seja possível. A busca pela prova da existência dessa espécie de juízos será um dos problemas fundamentais da primeira crítica kantiana e de uma teoria do conhecimento *a priori*.

Frege, mesmo aceitando certos aspectos da filosofia kantiana, rejeita veementemente a ideia de que a aritmética seja sintética *a priori*. Nas *Grundlagen der Arithmetik*, onde Frege (1987) apresenta as suas considerações e busca determinar o seu conceito de número, ele faz várias críticas a Kant, tanto sobre a sinteticidade da aritmética, quanto à alternativa kantiana de apelar para as intuições<sup>30</sup> como fundamento último de conhecimento.

A proposta fregeana de fundamentação da aritmética, o logicismo, continha uma forte crítica tanto aos matemáticos quanto aos filósofos de sua época. Os primeiros focavam apenas no uso dos conceitos e operações matemáticas, enquanto que os últimos não se preocupavam em fundamentar a matemática rigorosamente, na tentativa de tornar o saber matemático, principalmente no que diz respeito à aritmética, algo dotado de maior clareza e certeza. Assim, Frege propõe uma extensa e complicada proposta de reduzir todo o saber aritmético a leis e estruturas lógicas mais simples e certas. Caso isso tenha êxito, toda a certeza proveniente da lógica – para Frege, o saber mais certo e rigoroso – passaria também à aritmética e esta estaria justificada, fundamentada em um saber mais seguro.

No desenvolvimento do seu programa epistemológico, Frege parece apontar duas metas principais: uma meta com um espírito cartesiano, referente ao fundacionalismo de Descartes e uma meta kantiana – a qual parece ser a mais importante –, tentando provar que o conhecimento aritmético é analítico.

A meta cartesiana<sup>31</sup> do logicismo busca dar rigor científico à aritmética e está associada à ideia, encontrada nas *Meditações Metafísicas* de Descartes, que as

---

<sup>30</sup> Um conceito matemático, na *Crítica da Razão Pura*, no entanto, além de estar sob o crivo do princípio de contradição, também necessita, para sua aceitação, poder ser construído. Construção consistiria, neste caso, em exibir *a priori* uma intuição que corresponda ao conceito. Para construir conceitos, a matemática precisa pressupor uma intuição pura do espaço e do tempo. Construção, com isso, deve ser um trabalho sintético, ou seja, para fazer uso de conceitos matemáticos a razão precisa construí-los.

<sup>31</sup> Ver em Frege (1987, p. 25-26). Na verdade, Frege não cita Descartes em sua elaboração do programa logicista. Mas a tentativa fregeana de demonstrar qual saber é mais fundamental e qual é derivado dele tem um espírito parecido com o de Descartes nas *Meditações Metafísicas*.

nossas crenças estão ligadas, formando uma espécie de edifício. Na base encontram-se crenças extremamente fundamentais, as quais, teoricamente, são indubitáveis. A partir destas crenças que fundamentam o edifício do conhecimento, poder-se-ia derivar o restante delas. Para Frege, as crenças mais básicas, auto-evidentes, são as da lógica. Leis lógicas como 'x=x' ou 'pv¬p' não podem ser postas em dúvida e, portanto, não faria sentido tentar reduzi-las a alguma outra mais fundamental. O que acontece é que as leis e os conceitos da aritmética podem ser reduzidos a estes lógicos. Esta redução pode se dar de dois modos: como uma redução conceitual ou como uma redução doutrinal. Em um sentido geral, ambas consistem em uma regra de tradução de enunciados e leis de uma disciplina a enunciados e leis de outra. Uma redução conceitual, neste caso, é uma clarificação de conceitos. Conceitos obscuros da aritmética podem ser definidos em conceitos mais claros pertencentes à lógica. De modo semelhante ocorre em uma redução doutrinal. A diferença é que este tipo de redução, em vez de focar em conceitos, preocupa-se com as leis de uma dada disciplina, tentando, por meio da redução, ganhar em certeza. Assim, certeza e clareza são o foco dessa meta fregeana. "As verdades da aritmética estariam para as da lógica assim como os teoremas da geometria para os axiomas" (FREGE, 1987, p. 47).

A meta mais importante talvez seja a meta kantiana. Esta meta refere-se à seguinte questão: o saber aritmético é analítico ou sintético *a priori*? Na introdução das *Grundlagen der Arithmetik*, Frege (1987, p. 26), explicitamente, afirmará que o propósito filosófico da obra é determinar a natureza das verdades aritméticas (*arithmetischen Wahrheiten*), se elas são analíticas ou sintéticas, *a priori* ou *a posteriori*. Para Frege a aritmética é analítica *a priori*, pois caso a meta cartesiana esteja correta, então toda aritmética é derivada da lógica e a lógica, incontestavelmente, é analítica. A geometria, diferentemente da aritmética, contém certos conceitos que não podem ser reduzidos simplesmente à lógica. De certa maneira há a necessidade de recorrer-se a algo como intuições. Os axiomas da geometria, além disso, são independentes entre si e, do mesmo modo, às leis lógicas mais primitivas.

O recurso às intuições, contudo, não é possível no que tange à aritmética. Nas *Grundlagen*, Frege afirma que em Kant há dois conceitos diferentes de 'intuição'. Na *Lógica* de 1800, segundo Frege (1987, p. 42), Kant (1992) defende que a intuição é uma representação singular, o conceito é uma representação geral ou

refletida. Na Estética Transcendental da *Crítica da Razão Pura*, entretanto, Kant (2001) faz menção à sensibilidade, algo não encontrado na *Lógica*. Somente por meio da relação com a sensibilidade é que a intuição pode servir de princípio de conhecimento a juízos sintéticos *a priori*. Neste caso, de acordo com a interpretação fregeana, o sentido da palavra 'intuição' é muito mais amplo na *Lógica* do que na *Crítica da Razão Pura*. "No sentido lógico poder-se-ia talvez chamar 100.000 de intuição; pois conceito geral não é. Mas tomada neste sentido, a intuição não pode servir de fundamento para as leis da aritmética" (FREGE, 1987, p. 42).

Além disso, uma intuição aritmética de um número muito grande seria impossível. Intuir dez unidades é algo que a mente humana é capaz, entretanto o mesmo não acontece com números elevados, como um milhão. A aritmética e a geometria, assim, possuem diferenças consideráveis com respeito aos seus objetos. Aquilo que pertence à geometria pode de algum modo ser intuído, pois uma noção simples de reta pode estar no lugar de todas as outras retas, em oposição aos números, objetos da aritmética, os quais têm suas próprias particularidades. Estes podem, apenas, ser explicitados em termos puramente lógicos.

Nas *Grundgesetze der Arithmetik*, Frege (1964) dará continuidade às discussões sobre os fundamentos da aritmética, mas construirá, com base em uma série de leis básicas, um sistema axiomático constituído por um pequeno número de axiomas e regras de inferência lógica, capazes de transcrever e demonstrar logicamente todas as leis aritméticas. Contudo, Bertrand Russell, em uma carta endereçada a Frege em 16 de Junho de 1902, encontra uma inconsistência em uma das leis básicas das *Grundgesetze*. Isso ficou conhecido como *Paradoxo de Russell*. O axioma problemático – o axioma V – diz respeito à extensão de conceitos. Russell afirma na carta (FREGE, 1980, P. 130-131):

Há apenas um ponto onde encontrei uma dificuldade. O colega diz que uma função também pode atuar como elemento indeterminado. Eu acreditava nisto, mas agora esta perspectiva me parece duvidosa pela seguinte contradição. Seja  $w$  o predicado: para ser predicado, não pode ser predicado de si próprio. Pode  $w$  ser predicado de si próprio? A cada resposta o que se segue é o seu contrário. Portanto, podemos concluir que  $w$  não é um predicado. Da mesma maneira, não existe nenhuma classe (como uma totalidade) de classes que, sendo cada uma tomada como uma totalidade, não pertença a si própria. Disto concluo que, sob certas circunstâncias, uma coleção definível [*Menge*] não forma uma totalidade.

Não entrarei em detalhes sobre essa questão, mas, basicamente, o argumento de Russell será que se há uma classe definida pelo conceito, este conceito cai sob esta classe se, e somente se, ele não cai. Isso, evidentemente é contraditório. Frege reconheceu o *Paradoxo de Russell* e tentou, numa nova edição das *Grundgesetze der Arithmetik* de 1903, solucionar o problema. Contudo, não obteve muito sucesso e o projeto de fundamentação da aritmética colapsou.

O programa logicista de Frege, caso ele tivesse alcançado seus objetivos, teria trazido consequências filosóficas muito sérias. Se a aritmética fosse totalmente reduzida à lógica, então a concepção kantiana de que toda a matemática pura contém juízos sintéticos *a priori* seria refutada. Todavia, o *Paradoxo de Russell*, impossibilitou que o conhecimento aritmético pudesse ser definido em termos puramente lógicos<sup>32</sup>. Elementos não lógicos fariam parte da fundamentação proposta por Frege.

### 2.1.2 A notação lógica da *Begriffsschrift*

A *Begriffsschrift* de 1879, costumeiramente traduzida como *Conceitografia*, é a primeira obra importante de Frege. Nela há a apresentação de um simbolismo lógico que objetiva, antes de qualquer coisa, a construção de uma linguagem perfeita para a expressão do pensamento puro. A linguagem formal, diferentemente da linguagem natural, garantiria, na visão de Frege, que inferências e deduções pudessem ser realizadas sem incorrer em erros, uma vez que a linguagem ordinária para fins científicos é imperfeita, ambígua, necessitando, portanto, ser substituída por uma linguagem aperfeiçoada. A *Begriffsschrift* teria como meta construir uma linguagem característica logicamente transparente<sup>33</sup>. Esta linguagem artificial, como Frege (2009, p. 51) afirma em *Anwendungen der Begriffsschrift* de 1879, tem a função de expressar relações aritméticas e geométricas, ou seja, com esse aparato poder-se-iam veicular, em especial, conceitos e enunciados da aritmética. Assim, na

<sup>32</sup> Autores de uma chamada corrente neologicista negaram isso e buscaram, posteriormente, ressuscitar o programa fregeano de fundamentação da aritmética.

<sup>33</sup> A *Begriffsschrift* de Frege tem propósitos semelhantes a *lingua characterica universalis* de Leibniz. Contudo, diversamente de Leibniz, Frege não queria construir uma linguagem para a expressão de toda a realidade. A linguagem formal fregeana tinha como propósito certos fins específicos e não poderia ser julgada como ruim se não conseguisse dar conta de certas questões. O seu objetivo era a fundamentação da aritmética e poderia contribuir para o desenvolvimento da lógica.



*Begriffsschrift*, há, inclusive, a aplicação de certas noções provenientes da matemática no âmbito da lógica, fazendo com que também inferências e proposições matemáticas possam ser explicitadas em termos lógicos, o que é fundamental para o sucesso do programa fregeano de fundamentação da aritmética. Frege, além disso, fazendo uso de sua notação lógica, principalmente no que tange ao uso da quantificação (ou generalidade), conseguiu axiomatizar a lógica proposicional, tendo como consequência que a teoria silogística clássica e a lógica proposicional pudessem ser integradas a uma única teoria.

Mas a principal preocupação de Frege na *Begriffsschrift* é com provas. Prova, segundo Chateaubriand (2001, p. 268-269), quer dizer a justificação e apreensão de verdades. Embora Frege não fale nestes termos, a busca pela verdade sempre foi sua preocupação fundamental, e, neste texto, assim como nas *Grundlagen* e nas *Grundgesetze der Arithmetik*, isso parece acontecer. O problema é que a discussão e tratamento do conceito de verdade na *Begriffsschrift* são ambíguos. Frege tem certos problemas na explicitação de certas noções e talvez esse tenha sido um motivo para a mudança de alguns pontos nos artigos redigidos após a *Begriffsschrift*.

Nesta parte da seção, gostaria de apresentar os principais elementos constitutivos do simbolismo fregeano exposto na *Begriffsschrift* e as principais teses interligadas a este simbolismo, tais como: a noção de conteúdo conceitual das proposições; a rejeição da distinção tradicional entre sujeito e predicado; e o uso das noções de função e argumento. Em seguida, discutirei as noções centrais da semântica e ontologia fregeana, tais como função, conceito, objeto, *Sinn* e *Bedeutung*.

O primeiro símbolo introduzido por Frege (1997, p. 52) na *Begriffsschrift* é o da asserção ou do juízo<sup>34</sup>. Este símbolo consiste em uma barra vertical, a barra do juízo, posta a esquerda de uma barra horizontal, a qual representaria a barra do

---

<sup>34</sup> Um dos alvos de Frege ao construir sua notação lógica é a lógica de Boole, cujo simbolismo, segundo Frege (1979) em *Boole's Logical Calculus and the Begriffsschrift* de 1880/1881 e *Boole's Logical Formula-Language and My Begriffsschrift* de 1882, é decorrente em parte de Leibniz. A busca por rigor nas provas é o ponto de partida de Frege e a substituição das palavras do discurso corrente por sinais logicamente adequados possibilita isso. Os símbolos de Boole não são bons para isso, pois eles simplesmente apresentam a forma lógica sem levar em conta o conteúdo. Em *Boole's Logical Calculus and the Begriffsschrift* encontramos essa ideia. Frege (1979, p. 12) tem em mente uma notação capaz de expressar o conteúdo e não apenas uma linguagem para o cálculo, restrita à lógica pura.

conteúdo. '┆—A' quer dizer que o conteúdo de uma proposição 'A'<sup>35</sup> está sendo asserido como verdadeiro. Tudo aquilo que estiver à direita da barra do juízo está sendo julgado. Este símbolo tem como função combinar os sinais que seguem dentro de um todo e afirmar este todo. É importante ressaltar que a concepção fregeana de juízo é totalmente diferente da concepção tradicional, segundo a qual um juízo consiste numa relação sujeito-predicado (S é P). Para Frege, julgar é simplesmente o reconhecimento da verdade de uma proposição ou pensamento<sup>36</sup>. Assim, quando a barra do juízo for omitida e algo for expresso do seguinte modo, '— A ', então o conteúdo conceitual não é julgado e poderia ser traduzido como 'a circunstância que A' ou 'a proposição que A'<sup>37</sup>. Temos, assim, o conteúdo de um possível julgamento. Por exemplo:

(I) '— O céu é azul',

exprime o pensamento ou a circunstância que o céu azul, enquanto que em

(II) '┆— O céu é azul'

há o reconhecimento da verdade deste pensamento, o ato de julgar. Assim, 'O céu é azul' é reconhecido como verdadeiro<sup>38</sup>. No §3 da *Begriffsschrift*, Frege (1997, p. 54) introduzirá uma noção muito importante que é a noção de *fato*<sup>39</sup>. Tal noção seria tomada como um predicado 'é um fato' e este predicado seria o predicado comum para todos os juízos. Assim, como se verá em seguida, as noções clássicas de sujeito e predicado não têm lugar na representação fregeana do juízo e, na

<sup>35</sup> O uso de letras como estas é importante para Frege, pois estes sinais não tem um conteúdo determinado, eles têm um caráter de certa generalidade não encontrado em sinais como '+', '-', '0' ou '1', os quais têm um sentido fixo.

<sup>36</sup> Na *Begriffsschrift* não há explicitamente essa afirmação. Entretanto em *Der Gedanke* (1997, p. 329), por exemplo, encontramos isso claramente.

<sup>37</sup> Conforme a *Begriffsschrift* (1997, p. 53).

<sup>38</sup> Entretanto, o reconhecimento da verdade de um pensamento expresso por uma sentença não tem nada de psicológico. Em trabalhos posteriores, Frege irá criticar fortemente a tese de que a lógica é parte da psicologia, tendo como ponto de partida a ideia que há uma diferença abismal entre 'ser verdadeiro', aquilo que pertence à lógica, e tomar como verdadeiro, campo da psicologia. Em 2.2 veremos isto em detalhes.

<sup>39</sup> No final do capítulo 3 discutirei em detalhes a concepção fregeana de fato na *Begriffsschrift*, pois ela é muito importante para a teoria da verdade como identidade.

*Begriffsschrift*<sup>40</sup>, o símbolo '┌──' funcionaria como o predicado comum a todos os juízos.

Apesar disso, nem todos os conteúdos podem ser julgados. O conteúdo de uma sentença como (I) pode ser julgado, obtendo aquilo que temos em (II), entretanto seria completamente absurdo julgar uma ideia qualquer ou um conceito como 'homem'. Um conteúdo conceitual a ser julgado é sempre aquele que está expressando algo "completo", como uma proposição.

O conteúdo que pode ser julgado por vezes apresenta-se de maneiras diferentes, tendo, como uma das consequências, a rejeição da distinção sujeito-predicado. O exemplo de Frege (1997, p. 53), enfatizado por Kneale (1993, p. 484), é o seguinte: 'Os gregos derrotaram o persas' e 'Os persas foram derrotados pelos gregos' possuem diferenças de ênfase, diferenças retóricas, mas não de conteúdo conceitual<sup>41</sup>. Em uma inferência, não haveria problemas em substituir uma sentença pela outra. Sujeito e predicados gramaticais não correspondem a sujeito e predicados lógicos, de acordo com a concepção fregeana. Em uma sentença como 'João ama Maria', o sujeito lógico pode ser 'João', 'Maria' ou mesmo a relação de amar.

A partir da rejeição da distinção gramatical sujeito-predicado na representação de um juízo, Frege (1997, p. 56) introduz um segundo símbolo fundamental na *Begriffsschrift*, o símbolo que expressa a noção de condicionalidade. Este símbolo vincula-se às noções de 'afirmação' e 'negação'. O símbolo

┌── A  
' └── B ' supõe quatro possibilidades:

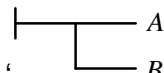
- (1) A é afirmado e B é afirmado;
- (2) A é afirmado e B é negado;
- (3) A é negado e B é afirmado;
- (4) A é negado e B é negado.

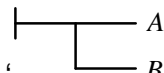
Neste ponto, percebe-se que Frege opta por estes termos ao invés de 'verdade' e 'falsidade'. A noção de verdade na *Begriffsschrift* desempenha apenas

<sup>40</sup> Entendida aqui como a notação lógica e não como a obra em si.

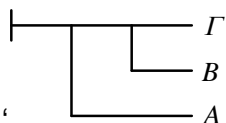
<sup>41</sup> Posteriormente, em artigos como *Über Sinn und Bedeutung* e *Der Gedanke*, Frege, ao invés de falar em 'conteúdo conceitual' opta entre 'sentido' e '*Bedeutung*'. O sentido de uma sentença é o pensamento expresso por ela, enquanto a *Bedeutung* um valor de verdade.

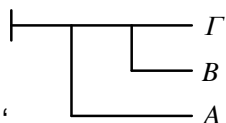
um papel subsidiário. Verdade parece estar mais vinculada com a noção de juízo do que com as noções de afirmação ou negação<sup>42</sup>. É claro que, para fins contemporâneos, ‘afirmação’ e ‘negação’ funcionam como ‘verdade’ e ‘falsidade’ nas tabelas de verdade e, aparentemente, não haveria qualquer problema em se utilizar




uma dupla de termos em lugar de outra. Assim, o símbolo ‘’ que dizer que a terceira possibilidade não pode ser obtida, pois, com base nas tabelas de verdade das condicionais, de um antecedente verdadeiro não se obtém um conseqüente falso<sup>43</sup>. Com esta notação, B ou qualquer outro símbolo que esteja em seu lugar representa sempre o antecedente, enquanto A representa o conseqüente<sup>44</sup>. A barra vertical mais à esquerda permanece sendo a barra do juízo, enquanto que a outra barra vertical, que liga A a B, é a chamada barra condicional. As barras horizontais à direita da barra condicional são as barras do conteúdo de A e de B, já a primeira barra horizontal, à esquerda da barra condicional, é a barra do conteúdo de toda condicional.

É possível também admitir mais de um condicional na simbologia fregeana.



Por exemplo: ‘’ significa que  $(A \rightarrow (B \rightarrow \Gamma))$ . A grande vantagem de um simbolismo como este é que além de ficar explícito qual é o operador lógico principal, também possibilita que visualmente se consiga distinguir a estrutura lógica da parte proposicional. A, B e  $\Gamma$  estão no lugar de proposições, enquanto que o restante representa a parte lógica do simbolismo.

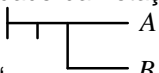
Além disso, a estrutura simples das condicionais permite, após a introdução do símbolo de negação – o qual é concebido como uma pequena barra horizontal na barra do conteúdo<sup>45</sup>, como em ‘ A ’ – que outras operações lógicas como a disjunção e a conjunção sejam imagináveis.

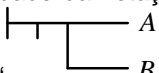
<sup>42</sup> Sluga (2005) chamará a atenção para isso.

<sup>43</sup> Frege não fala em tabelas de verdade e nem em antecedente e conseqüente ao apresentar isso. Faço uso dessa terminologia para facilitar a compreensão.

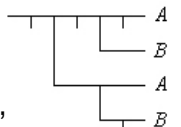
<sup>44</sup> Em notação atual isto seria representado da seguinte maneira:  $(B \rightarrow A)$ .

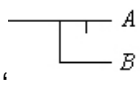
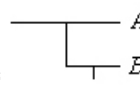
<sup>45</sup> Uma peculiaridade da notação fregeana é que a negação sempre pertence ao conteúdo de uma



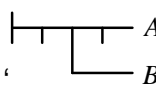
proposição. Em ‘’ a única possibilidade é a terceira, A é negado e B é afirmado, uma vez que a negação pertence ao conteúdo da relação condicional entre A e B. Por ter esta peculiaridade, segundo Frege, o símbolo de negação pode ser introduzido sem a necessidade que o conteúdo tenha ou não sido julgado.

Uma disjunção exclusiva<sup>46</sup> poderia ser representada do seguinte

modo: . Este símbolo é obtido a partir da combinação das

condicionais , e , e do sinal de negação e, em notação linear, pode ser representado como:  $\neg ((\neg B \rightarrow A) \rightarrow \neg (B \rightarrow \neg A))$ , isto é, há uma exclusão mútua entre as condicionais. Se a primeira for aceita a segunda não o pode.

Com respeito às conjunções, elas podem ser expressas de uma maneira

simples.  quer dizer que A e<sup>47</sup> B são ambos obtidos, são ambos afirmados<sup>48</sup>. Isso é justificado pela tabela de verdade que segue.

<b>B</b>	<b>A</b>	<b>¬A</b>	<b>B→¬A</b>	<b>¬(B→¬A)</b>
v	v	f	f	<b>v</b>
f	v	f	v	f
v	f	v	v	f
f	f	v	v	f

Entretanto, algo que interessa muito a Frege é o tratamento da generalidade ou da universalidade das proposições. Para tanto ele introduz duas noções novas retiradas da matemática: as noções de função e argumento.

A relação entre função e argumento pode ser explicitada em termos de 'saturação' e 'insaturação'<sup>49</sup>. Uma função é uma expressão insaturada, ou seja, necessitada de complementação. Em  $'2 + x = 5'$  há um lugar livre, o qual precisa ser complementado com algo. Para que esta equação matemática seja verdadeira deve-se inserir o sinal que representa o número '3'. Assim, o resultado seria  $'2 + 3 = 5'$  e o

<sup>46</sup> Conforme Frege (1997, p. 62).

<sup>47</sup> As palavras que indicariam a presença de operações lógicas como conjunção ou disjunção ('ou', 'e', 'mas', nem ... nem') têm, segundo Frege a função de combinar conteúdos julgáveis.

<sup>48</sup> A circunstância que A e B são ambos afirmados significa para Frege que tanto A como B são fatos. Isso será discutido no capítulo 3 ao se abordar a concepção fregeana de fato.

<sup>49</sup> Na *Begriffsschrift* Frege não fala em 'saturação' e 'insaturação'. Esses termos são introduzidos por Frege (1997, p. 133) em *Funktion und Begriff* de 1891.

valor da função complementada uma circunstância<sup>50</sup>. A expressão ‘ $2 + x = 5$ ’ é uma função, enquanto que o número ‘3’ o argumento da função. O argumento, portanto, é saturado, não necessita ser complementado por nada. Porém, como Frege (1997, p. 66) diz no §9 da *Begriffsschrift*, essa distinção não tem nenhuma relação com o conteúdo conceitual, mas apenas com o modo como nós o apreendemos.

Algo semelhante se passa na linguagem natural. A uma função como ‘ $x$  é alto’, para que ela expresse um sentido completo, é preciso acrescentar um nome próprio que funcione como um argumento, por exemplo ‘Pedro’. Assim a sentença ‘Pedro é alto’ seria o resultado da função completada com seu argumento. Se, em invés de ‘Pedro’, fosse utilizado outro argumento como ‘João’ e a sentença resultante fosse verdadeira, assim como a primeira, então teríamos uma função que aceita diferentes argumentos. A função, entretanto, permaneceria invariante nesses casos.

Contudo, é possível que ocorra casos em que uma função permita mais de um argumento<sup>51</sup>. Um exemplo disso é a função ‘ $x$  é mais leve do que  $y$ ’. Se completarmos as partes vazias com ‘Oxigênio’ e ‘Dióxido de Carbono’ teremos a sentença ‘Oxigênio é mais leve do que Dióxido de Carbono’ a qual é verdadeira caso o Oxigênio seja mais leve do que o peso do Dióxido de Carbono<sup>52</sup>. Na próxima seção isso será retomado e discutido em mais detalhes.

Com base nisso, Frege simboliza as funções de um e de dois argumentos. Uma função de um argumento pode ser expressa como  $\Phi(A)$  e uma função de dois argumentos como  $\Psi(A,B)$ .

Em seguida, Frege insere os novos símbolos representando funções na notação anteriormente apresentada.  $\vdash \Phi(A)$ , significa que  $A$  tem a propriedade  $\Phi$ , enquanto que  $\vdash \Psi(A, B)$ , quer dizer que  $A$  está em uma relação  $\Psi$  com  $B$ . “O mérito principal desta notação, para Frege, consiste em permitir a expressão da generalidade de uma maneira mais satisfatória da que encontramos nas linguagens naturais” (KNEALE, 1993, p. 489). Assim, Frege insere na barra do

<sup>50</sup> Em *Funktion und Begriff* (1997, p. 137) o valor seria um valor de verdade, no caso o Verdadeiro. O valor de uma função é da mesma natureza do objeto e ele é oriundo do resultado de saturação de uma função.

<sup>51</sup> Ver o §9 da *Begriffsschrift* de Frege (1997, p. 66).

<sup>52</sup> Uma distinção que requer certa atenção é entre função e expressão funcional. Em uma função como ‘ $x$  é alto’ ao se inserir um argumento como ‘Pedro’ tem-se a sentença ‘Pedro é alto’. Diferentemente ocorre em ‘a altura de  $x$ ’. Aqui, ao se inserir o mesmo argumento não teremos como resultado uma sentença, mas uma descrição definida, que para Frege funciona como um nome próprio. ‘A altura de Pedro’ seria o resultado da expressão funcional.

conteúdo uma concavidade e uma letra proveniente do alemão gótico, que representa uma espécie de quantificação universal.  $\vdash \overset{a}{\cup} \Phi(a)$ , “...isto significa que a função é um fato qualquer que seja a interpretação que dermos ao argumento” (FREGE, 1997, p.69)<sup>53</sup>. Neste símbolo, tudo o que estiver à direita das barras horizontal e vertical, ou seja de  $\vdash$ , sempre poderá ser considerado como uma função de um ou dois símbolos. A letra ‘a’ na concavidade está indicando generalidade. Se, na função, utilizarmos uma letra como esta, na concavidade ela também deverá ser utilizada e o resultado será sempre um fato. Aqui, entretanto, os argumentos são sentenças e não nomes.

Por meio de uma combinação de símbolos, Frege consegue expressar condicionalidade inserindo sinais que representam universalidade, o que é fundamental para a construção da sua versão do quadrado de oposições aristotélico.

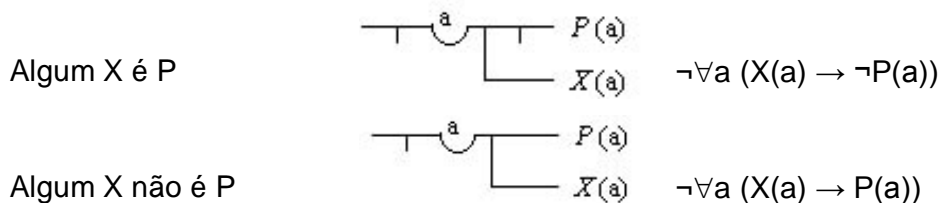
Por exemplo,  $\vdash \overset{a}{\cup} A$  significa o juízo em que o caso em que A é negado e X(a) é afirmado não é obtido.

Como Frege não tem qualquer símbolo especial para o quantificador existencial, então este também é expresso por meio do universal.  $\vdash \overset{a}{\cup} X(a)$ , pode ser traduzido como ‘Existe alguma coisa que não tem a propriedade X’ ( $(\exists x) \neg Fx$ );  $\vdash \overset{a}{\cup} \vdash X(a)$ , significa ‘Não existem X’, ou seja, não há nenhum a que tem a propriedade X ( $\neg (\exists x) Fx$ );  $\vdash \overset{a}{\cup} \vdash A(a)$ , quer dizer que ‘Existem As’ ( $(\exists x) Fx$ ).

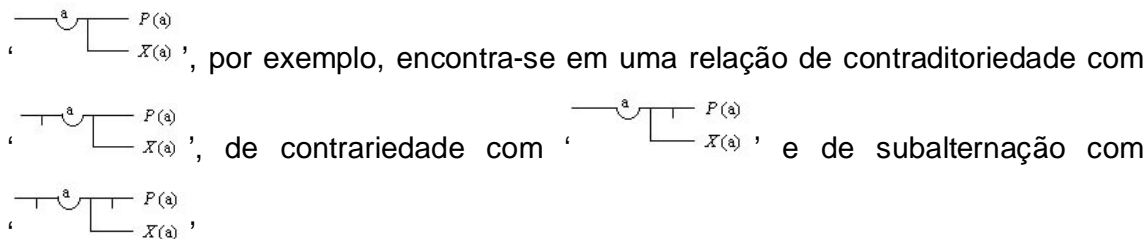
A partir disto os quatro tipos de juízos categóricos podem ser expressos.

JUÍZO CATEGÓRICO	NOTAÇÃO FREGE	DE NOTAÇÃO CONTEMPORÂNEA
Todo X é P	$\overset{a}{\cup} \vdash P(a)$ $\vdash X(a)$	$\forall a (X(a) \rightarrow P(a))$
Nenhum X é P	$\overset{a}{\cup} \vdash \vdash P(a)$ $\vdash X(a)$	$\forall a (X(a) \rightarrow \neg P(a))$

<sup>53</sup> Na tradução inglesa lemos: “...this signifies the judgement that the function is a fact whatever may be taken as its argument”.



Desse modo, pode ser construído o quadrado de oposições, sendo que



De qualquer forma, a *Begriffsschrift* de Frege teve um papel fundamental no desenvolvimento da lógica contemporânea e seu simbolismo, mesmo não sendo utilizado costumeiramente, possui, para certos fins, vantagens que não devem ser ignoradas. Além disso, Frege introduz certas noções que depois serão essenciais no desenvolvimento da filosofia da linguagem.

### 2.1.3 As distinções fundamentais da semântica fregeana: *Gegenstand/Funktion* e *Sinn/Bedeutung*

Em artigos publicados após a *Begriffsschrift*, tais como *Funktion und Begriff* de 1891, *Über Sinn und Bedeutung* e *Über Begriff und Gegenstand*, ambos publicados em 1892, Frege tentará elucidar algumas ideias encontradas no texto de 1879 e fazer algumas modificações e aperfeiçoamentos em sua teoria. Primeiramente, apresento a distinção entre função e objeto e a concepção de conceito, e, em seguida, a distinção entre *Sinn* e *Bedeutung* e a concepção fregeana de pensamento.

A tentativa de clarificar, por um lado, as noções de função, conceito e objeto e as relações tidas entre elas e, por outro lado, as noções de *Sinn* e *Bedeutung*, constituem a base da ontologia fregeana e de sua filosofia da linguagem. Como Chateaubriand (2001, p. 268) enfatiza, esses três artigos marcam um importante giro ontológico no pensamento do autor. As categorias ontológicas fundamentais passam a ser as noções de objeto e função. Elas são tomadas como noções primitivas ao



lado de percursos de valores, sinais e sentidos. Nas *Grundlagen der Arithmetik*, Frege (1987) ainda não tinha em mãos estas distinções, mas ele já distinguia entre objetos e suas propriedades. Em *Funktion und Begriff*, obra da maturidade de Frege, há a generalização da noção de função e a introdução da dicotomia função e argumento na análise das sentenças.

A exemplificação dessa distinção pode ser feita da seguinte maneira: em uma fórmula como ' $f(x) = 2x + 3$ ', ' $f(x)$ '<sup>54</sup> indica uma função indefinida, que contém um lugar vago que poderia ser complementado com alguma coisa. Aquilo que poderia substituir ' $x$ ' é o que Frege chama de argumento da função e é entendido como um objeto. Um objeto (*Gegenstand*) é qualquer coisa designada por um nome próprio. E isso inclui também, como será visto em detalhes na seção 3.2, sentenças assertivas completas. As sentenças são uma espécie de nome próprio dos objetos lógicos, o Verdadeiro e o Falso. Frege, em uma passagem de *Funktion und Begriff*, afirma: "Uma sentença assertiva não contém lugar vazio, e, portanto, deve-se considerar que sua *Bedeutung* é um objeto. Esta *Bedeutung*, porém, é um valor de verdade. Logo, ambos os valores de verdade são objetos" (FREGE, 1997, p. 140). Nesse sentido, objetos podem ser tanto entidades físicas, como uma pessoa, uma estrela, uma montanha, quanto objetos lógicos, como os números e os valores de verdade.

Já ' $f(x) = 2x + 3$ ' é uma função, pois ela necessita de complementação. Ela é, em oposição aos objetos, algo incompleto que necessita ser complementada por um argumento. Frege (1997, p.133) chamará as funções de insaturadas (*ungesättigt*), enquanto que os objetos ou argumentos da função são saturados (*gesättigt*), não necessitando de complemento. A partir disso, Frege (1997, p. 133) sustentará que o argumento não é parte da função, mas que, juntamente com ela, compõe um todo completo. A letra ' $x$ ', da mesma maneira, não é constituinte da função. Ela apenas indica o local onde o sinal do argumento deve ser inserido. Ao suprimir-se a letra ' $x$ ', teríamos uma expressão do tipo ' $f( ) = 2( ) + 3$ ', que indica uma função.

Algo análogo se dá na linguagem natural. Em vez de funções derivadas de fórmulas matemáticas, poder-se-ia obter uma função pela decomposição de sentenças tais como 'A grama é verde'. A partir dessa decomposição, obter-se-ia a função ' $x$  é verde', a qual tem como um possível argumento 'A grama'. Uma função como esta, completada por um argumento adequado, dará como resultado uma

---

<sup>54</sup> Na *Begriffsschrift*, Frege usou  $\Phi(A)$  para a indicação de uma função de um argumento e  $\Psi(A, B)$  para a indicação de uma função de dois argumentos, uma relação.

sentença cujo valor de verdade é o Verdadeiro<sup>55</sup>. Na *Begriffsschrift*, o valor de uma função completada por um argumento era uma circunstância, todavia, em *Funktion und Begriff*, o valor da função passa a ser um valor de verdade, o Verdadeiro, como na sentença acima, ou o Falso. Essa mudança de perspectiva possibilita que se tenham certos enunciados<sup>56</sup> que, apesar de expressarem conteúdos diferentes, possuam o mesmo valor. Em uma identidade do tipo ' $(2^2 = 4) = (2 > 1)$ ' temos uma identidade correta, pois as duas sentenças têm como valor o Verdadeiro, mesmo tendo conteúdos completamente diferentes. A distinção entre sentido e *Bedeutung* tem origem nisso. Inclusive, a concepção fregeana de conceito está associada a isso. Em uma função como ' $x^2 = 1$ ', dependendo do argumento utilizado para complementar o local vazio, teremos valores de verdade diferentes. Se usarmos '-1' teremos como valor o Verdadeiro, ao contrário, se substituirmos 'x' por '2' teremos como valor da função o Falso. Frege (1997, p. 138-139) exprimirá isso como '-1 tem a propriedade de que seu quadrado é 1' ou '-1 cai sob o conceito raiz quadrada de 1'. No caso de '2' veremos que '2 não cai sob o conceito raiz quadrada de 1'. Na visão fregeana (1997, 139) a noção de conceito, como utilizada na lógica, está estreitamente ligada à noção de função.

Mas o mais importante no tratamento da questão é que em nenhum momento pode-se confundir as noções de função e objeto. Os objetos jamais podem tomar o lugar de funções e as funções jamais o de objetos. As duas entidades constituem o todo da realidade, tudo o que existe ou é objeto ou é função, mas não podem ser confundidas. Um objeto é designado, linguisticamente, por um nome próprio, enquanto que uma função, por uma expressão funcional. Entretanto, Frege não dá nenhuma definição de objeto e função. Essas expressões são extremamente básicas e, como várias outras noções na filosofia de Frege, incluindo verdade, não podem ser definidas. Ao falar de objetos, em *Funktion und Begriff*, Frege (1997, p. 140) afirma que não é possível dar uma definição regular de o que seja um objeto, podemos entendê-lo como sendo tudo o que não for uma função.

---

<sup>55</sup> Há exemplos diferentes onde não temos uma sentença como resultado, mas um nome próprio. Ao inserirmos um argumento como 'Brasil' em 'A capital de x', teremos como resultado uma descrição definida, que para Frege é um nome próprio. O valor da função, neste caso, não será o Verdadeiro, mas Brasília.

<sup>56</sup> Não apenas enunciados, mas nomes também, como, por exemplo, em ' $2^4 = 4.4$ '. Os dois nomes *bedeuten* o mesmo objeto, a saber o número 16.

No escrito póstumo *Logic in Mathematics* de 1914, temos algo parecido sobre as funções. Neste texto, Frege (1979, p. 235) escreve:

*Não é possível dar uma definição do que é uma função, pois temos aqui algo simples e não analisável. Apenas é possível dar dicas do que se entende por ela e para torná-la mais clara faz-se uma relação com o que é conhecido. Ao invés de uma definição, nós podemos fornecer ilustrações; aqui, com certeza, devemos esperar um encontro de mentes.*

Com isso, a compreensão da distinção entre função e objeto pode apenas ser alcançada a partir da observação de como expressões funcionais e nomes próprios são utilizados. No processo de complementação de uma função por seu argumento, ficaria clara a distinção. Contudo, existem ainda funções que podem servir de argumento para outras funções. Essas funções são chamadas de funções de segundo nível. E esta hierarquia de funções não é algo arbitrário para Frege (1997, p. 148), mas está fundada na natureza das coisas. Lemos em *Funktion und Begriff* (1997, p. 146):

Do mesmo modo que as funções são fundamentalmente diferentes dos objetos, assim também as funções cujos argumentos são e devem ser funções são fundamentalmente diferentes das funções cujos argumentos são objetos e nada mais podem ser. A estas denomino funções de primeiro nível e, às outras funções, de segundo nível. Do mesmo modo, distingo conceitos de primeiro e segundo nível.

Devemos retomar aqui a discussão sobre o conceito fregeano de conceito, o qual é importante para compreender o problema. Para entender a natureza das funções é preciso determinar como as expressões conceituais são usadas. Conceitos, para Frege, não são criados, obtidos por abstrações ou pertencentes ao conteúdo mental do sujeito. Na verdade, “um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor de verdade” (FREGE, 1997, p. 139). Por serem funções de um único argumento, os conceitos também são insaturados e incompletos. Essa noção aparece em várias obras de Frege, mas é tratada mais detalhadamente em *Über Begriff und Gegenstand*.

Entre os conceitos, temos os de primeiro e os de segundo nível. Os conceitos de primeiro nível, em uma das análises possíveis, são aqueles cuja extensão é um objeto. Em uma sentença como 'A neve é branca', temos um objeto, 'A neve', e uma parte predicativa. Tal parte predicativa corresponde ao conceito. Diz-se que o objeto está subsumido sob o conceito. Enquanto os conceitos são essencialmente predicativos, os objetos não o são. Uma maneira encontrada por Frege (1997, p. 184) para facilitar a distinção consiste na inserção de artigos definido e indefinido. Um termo acompanhado por um artigo definido, como 'a neve', refere-se a um objeto, ao passo que 'um homem' refere-se a um conceito<sup>57</sup>.

Como percebido, a relação entre um conceito de primeiro nível e um objeto é uma relação de 'subsunção sob', ou seja, o objeto cai sob o conceito. Mas existe ainda outra relação que se dá entre conceitos de mesmo nível. Nesse caso a relação é de 'subordinação' entre conceitos. Uma proposição categórica como 'Todo homem é mortal' é um exemplo de onde encontramos um conceito de primeiro nível subordinado a outro. Todo aquele que cai sob o conceito 'homem', necessariamente cai sob o conceito 'mortal'.

Conceitos de segundo nível, por sua vez, têm características especiais. Eles predicam algo de conceitos de primeiro nível. Temos uma relação semelhante com aquela encontrada entre conceitos de primeiro nível e objetos, embora a relação seja diferente. Um conceito de segundo nível que exemplifica isso é o conceito de 'existência'<sup>58</sup>. Há uma relação de 'subsunção em'. O conceito 'homem' está subsumido no conceito de existência. Ao utilizar 'subsunção em', ao invés de 'subsunção sob', Frege (1997, p. 189) pensa conservar toda nitidez na distinção entre as noções de conceito e objeto. O conceito de existência seria pensado como uma função de segundo nível. Não entrarei em detalhes sobre os conceitos de segundo nível, pois para o presente trabalho eles não são tão importantes, mas, evidentemente o tratamento adequado de tais conceitos é muito mais complexo.

Retomando a discussão sobre as funções, além daquelas que têm somente um lugar vazio como as citadas acima, ainda existem outras que necessitam ser

---

<sup>57</sup> Isso dá origem, entretanto, a certos paradoxos oriundos da imperfeição da linguagem natural. Frege (1997, p. 184) identifica em *Über Begriff und Gegenstand* o chamado 'paradoxo do conceito cavalo'. As palavras 'o conceito cavalo' designam um objeto e, portanto, não pode designar um conceito. Teríamos como consequência que o conceito cavalo não é um conceito, pois ele faz uso de artigo definido. O problema, para Frege (1997, p. 185), é um obstáculo linguístico. É a linguagem natural que cria tais paradoxos.

<sup>58</sup> No *Dialogue with Pünjer on Existence*, presumivelmente de 1884, Frege (1979, p. 53-67) defenderá sua concepção de existência.

complementadas por dois ou mais argumentos. As funções de um argumento, como vimos, são conceitos, ao passo que as funções de dois argumentos são chamadas 'relações'. ' $x^2 + y^2 = 9$ ' é um exemplo dado por Frege (1997, p. 146) de uma relação. Poderíamos pensar em outros, como 'x é mais alto do que y', etc., os quais, ao serem complementados por seus argumentos, ganharão um valor.

Existem muitos detalhes importantes no que diz respeito à distinção entre objetos e funções, mas devido ao espaço não é possível apresentá-las. É importante discutir a distinção entre sentido e *Bedeutung*, a qual já existe em *Funktion und Begriff* e contém mudanças radicais com respeito a *Begriffsschrift*.

Essa distinção surge nas discussões sobre enunciados de identidade. Na *Begriffsschrift*, Frege (1997, p. 64) lançou essa discussão, a qual foi retomada em *Funktion und Begriff* e discutida, minuciosamente, em *Über Sinn und Bedeutung*.

O ponto que dá origem à discussão diz respeito à questão de se nos enunciados de igualdade do tipo ' $a=b$ ' temos uma relação entre objetos, nomes ou sinais de objetos. Na *Begriffsschrift*, Frege (1997, p. 64) afirmará que, diferentemente das relações de condicionalidade e de negação, a relação de identidade se dá não entre os conteúdos (*Inhalt*) das sentenças, mas entre os nomes ou sinais utilizados. Contudo, tanto a resposta dada por ele neste texto, assim como a outra alternativa são problemáticas. Frege leva em conta que existem dois tipos de sentenças, ' $a=a$ ' e ' $a=b$ ' e que, em uma terminologia de Kant (2001), as primeiras são analíticas e as outras, sintéticas, portanto elas têm valores cognitivos diferentes<sup>59</sup>. Ao se tomar que a relação de identidade é entre os objetos designados pelos sinais, se ' $a=b$ ' for verdadeira, então está se dizendo o mesmo que ' $a=a$ '. Isso apenas determinaria a relação que uma coisa tem consigo mesma e não entre coisas distintas. Não haveria qualquer ampliação do conhecimento.

No segundo caso, defendido por ele na *Begriffsschrift*, também encontramos um problema grave: essa relação é arbitrária. Se levarmos em conta que a relação de identidade se dá entre os sinais, a discussão versará somente entre os sinais, a

---

<sup>59</sup> O valor cognitivo de uma expressão, como uma sentença, em contraste com seu valor de verdade, está associado ao conteúdo informacional carregado por ela. No caso da apresentação de Frege, a primeira identidade não acrescenta nada ao nosso conhecimento sobre o objeto em questão. Dizer que 'O Presidente do Brasil é O Presidente do Brasil' não faz nenhuma contribuição substancial àquilo que sabemos sobre o objeto. Por outro lado, 'O Presidente do Brasil é a pessoa que ganhou as eleições' contém informações adicionais sobre ele. No segundo caso, portanto, o valor cognitivo das duas expressões na relação de identidade é diferente. Elas não dizem a mesma coisa, mas ampliam nosso saber sobre o presidente do Brasil.

relação entre eles. Do mesmo modo que a explicação anterior, não teremos ampliação do conhecimento. Apenas teremos alguma diferença entre 'a=a' e 'a=b' se identificarmos uma diversidade de conteúdo correspondente à diferença de sinais.

Para resolver este problema, em *Über Sinn und Bedeutung*, Frege (1997, p. 152) desmembra a noção de conteúdo (*Inhalt*) da *Begriffsschrift* e a substitui pelas noções de sentido e *Bedeutung*<sup>60</sup>, as quais serão de suma importância para o desenvolvimento da filosofia da linguagem. Frege (1997) irá distinguir entre sentido e *Bedeutung* tanto a respeito dos nomes próprios, como a respeito das sentenças assertivas. O sentido de um nome contém o que é chamado modo de apresentação (*Art des Gegebenseins*), enquanto a *Bedeutung* contém o objeto designado por ele. 'A estrela da Manhã' e 'A estrela da Tarde' seriam dois nomes diferentes, conteriam modos de apresentação diferentes do mesmo objeto, a saber, o planeta Vênus. Assim, 'A estrela da Manhã = A estrela da Tarde' é uma identidade do tipo 'a=b'. Há a ampliação do conhecimento acerca da *Bedeutung* dos termos. Evidentemente, o mesmo não ocorre em 'A estrela da Manhã = A estrela da Manhã', uma igualdade do tipo 'a=a'. Com isso, a discussão passa a versar sobre os sentidos, o conteúdo das expressões.

Com respeito às sentenças assertivas completas, Frege (1997, p. 156) afirma que elas contêm um pensamento. Como será visto em 3.2, ele argumentará que os pensamentos são o sentido de uma sentença, ao passo que a *Bedeutung* é um valor de verdade, o Verdadeiro ou o Falso – os quais são considerados como objetos. A justificativa de Frege (1997, p. 156) de que pensamentos são o sentido das sentenças é baseada no chamado princípio de composicionalidade. Se em uma sentença como 'A estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo Sol' for substituído o nome próprio 'A estrela da Manhã' por outro com a mesma *Bedeutung*, tal como 'A estrela da Tarde', teremos uma nova sentença, que expressará um sentido diferente. A pessoa que não sabe que os dois nomes próprios têm a mesma *Bedeutung* poderá pensar que um é verdadeiro e outro é falso, pois a sentença resultante da

---

<sup>60</sup> A concepção fregeana de *Bedeutung* será extensamente discutida no capítulo 3, posto que ela é importantíssima na concepção fregeana de verdade em geral e, também na teoria da verdade como identidade. Por esse motivo, não realizarei uma apresentação extensa da distinção sentido e *Bedeutung*. O que interessa agora é chegar à noção de pensamento (*Gedanke*).

substituição dos termos tem um significado diferente. Assim, Frege assume que o sentido de uma sentença assertiva completa é um pensamento.

A concepção fregeana de pensamento surge como uma noção importante e ganha um status especial em *Der Gedanke* de 1918. Tal noção é absolutamente essencial em vários pontos referentes à concepção fregeana de verdade, inclusive na teoria da verdade como identidade. Contudo, ela não pode ser entendida como pertencente ao conteúdo mental do sujeito. Em oposição às representações (*Vorstellungen*), os pensamentos são objetivos. Eles não são criados pela mente humana, mas são apreendidos por ela. A noção de objetividade pode ser explicitada como algo que é exatamente o mesmo para todos os seres racionais capazes de apreendê-lo e que seja independente deles.

Uma série de características precisa ser elucidada sobre essa concepção de pensamento. Em primeiro lugar, Frege (1997, p. 327-328) irá assumir que os portadores primários de verdade são os pensamentos. Eles são as entidades que podem ser verdadeiras ou falsas. Contudo, os pensamentos fregeanos não são perceptíveis pelos sentidos e, ao mesmo tempo, não são entidades psíquicas. Eles são entidades abstratas, usam a sentença como meio para a sua expressão, mas não são reduzidos à sentença. Além disso, os pensamentos têm caráter de serem intemporais, não espaciais e de não dependerem da mente de alguma pessoa para sua existência. Antes mesmo de abordar mais detalhadamente, em *Der Gedanke*, o que é entendido por pensamento, no escrito póstumo *Logik* de 1897, Frege (1979) já apresenta detalhes dessa concepção. Neste texto ele ressalta, em vários momentos, que os pensamentos precisam ser distinguidos das ideias. “Um pensamento não é uma ideia e não é composto por ideias. Pensamentos e ideias são fundamentalmente diferentes. Ao associar ideias nunca chegaremos a algo que pode ser verdadeiro” (FREGE, 1979, p. 126). Verdade é atribuída a pensamentos e não a ideias. Do mesmo modo que pinturas, ideias não podem ser verdadeiras por si mesmas, mas apenas quando elas estão em uma relação com alguma outra coisa. Neste caso, para comprovar a verdade desta relação seria preciso construir uma sentença, expressando um pensamento, que indagasse sobre a verdade da pretensa relação. Portanto, a verdade, em última instância, seria conferida ao pensamento que a pintura, por exemplo, corresponde a certo objeto.

Os pensamentos, portanto, são independentes do nosso pensamento. Enquanto uma ideia pertence àquele que a pensa, um pensamento é apreendido

pela mente humana. Nós não criamos pensamentos da mesma maneira que criamos ideias, ao contrário, nós “agarramos” pensamentos. A ideia de uma dor é tida somente por aquele que a sente e não pode ser compartilhada<sup>61</sup>. É possível dizer a outra pessoa sobre a dor, mas não transmitir a ideia ou a sensação dela. Contudo, um pensamento como ‘ $2 + 2 = 4$ ’ pode ser apreendido por todo aquele que possua um aparato cognitivo e que está familiarizado com a linguagem.

A intemporalidade e a impessoalidade dos pensamentos são fundamentais para a construção de uma ciência segura. Se tais entidades fossem reduzidas ao conteúdo mental do sujeito, então a possibilidade de termos um grupo comum de pensamentos e, por conseguinte, uma ciência comum estaria fadada ao fracasso. Caso um pensamento necessitasse de um portador, assim como uma ideia, de acordo com Frege (1997, p. 336) em *Der Gedanke*, então o pensamento seria somente de seu portador. Cada indivíduo teria sua própria ciência, baseada no conteúdo de sua consciência e, assim, uma discussão sobre verdade seria completamente absurda, pois cada um teria como base o seu conteúdo mental. As verdades provenientes da mente de uma pessoa estariam tão bem justificadas como as verdades de qualquer outra pessoa.

Para uma ciência sólida é preciso um grupo comum de pensamentos e isso somente é possível se eles forem tomados como entidades objetivas e independentes da mente. O que serve como uma espécie de premissa para essa posição de Frege é que certos pensamentos, como aquele encontrado no teorema de Pitágoras, podem ser entendidos da mesma maneira por diferentes pessoas. Os pensamentos, mesmo compartilhando com as ideias a característica de serem abstratos e com as coisas no mundo a de serem independentes de um portador, não pertencem nem ao mundo psíquico e nem ao mundo físico. Os pensamentos, para Frege (1997, p. 337), pertencem a um terceiro reino. Essa talvez seja uma das teses mais polêmicas e discutidas de Frege. Se isso for tomado de uma maneira literal, então seria possível concluir que Frege está postulando a existência de um reino de entidades, ou seja, uma espécie de reino platônico, o qual seria constituído por pensamentos, funções, leis lógicas, objetos como números, valores de verdade, etc. O trecho onde Frege introduz esta tese em *Der Gedanke* (1997, p. 336-337) é o que segue:

---

<sup>61</sup> Encontramos isso em *Der Gedanke*, onde Frege (1997, p. 336-337), distingue as ideias das coisas do mundo exterior.



Assim, o resultado parece ser o seguinte: os pensamentos não são nem coisas do mundo exterior (*Aussenwelt*), nem ideias (*Vorstellungen*).

É preciso admitir um terceiro reino (*ein drittes Reich*). O que este contém coincide com as ideias, por não ser percebido pelos sentidos, e também com as coisas, por não necessitar de um portador a cujo conteúdo de consciência pertenceria. Assim, por exemplo, o pensamento que expressamos no teorema de Pitágoras é intemporalmente verdadeiro, verdadeiro independentemente do fato de que alguém o considere verdadeiro ou não. Ele não precisa de nenhum portador. Ele é verdadeiro não a partir do momento de sua descoberta, mas como um planeta que já se encontrava em interação com outros planetas antes mesmo de ter sido visto por alguém.

Na literatura secundária, teremos duas posições principais sobre o chamado terceiro reino fregeano. Por um lado, teremos autores, como Dummett (1973, 1981), que interpretam Frege como sendo um realista e até mesmo um platonista, devido a afirmações como essas. Por outro lado, principalmente Sluga (1973, 1980), tem uma posição diferente. Frege não era um platonista, pois, ao fazer essas afirmações, ele estaria tentando fugir do psicologismo e do empirismo. O objetivo de Frege era tentar provar que as verdades matemáticas não poderiam nem ser reduzidas ao psicologismo e nem ao empirismo. Por essa razão, Frege teria postulado um terceiro reino, mas um reino de objetividades e não de entidades ontológicas<sup>62</sup>.

De qualquer modo, os pensamentos possuem uma espécie de realidade (*wirklich*), embora totalmente diferente da realidade das coisas físicas. Mesmo não agindo em relações causais, os pensamentos, de acordo com Frege (1997, p. 343, 344), atuam ao serem apreendidos e tomados como verdadeiros. Aquilo que se passa no mundo interior de uma pessoa que apreende um pensamento pode trazer consequências no mundo exterior. A aplicação de um pensamento constituinte da ciência pode ter consequências no mundo físico.

A concepção fregeana de pensamento é importante nesta dissertação, pois Frege (1997, p. 342) afirmará que os pensamentos verdadeiros são fatos. E esta identificação é o núcleo da teoria da verdade como identidade. Na próxima seção,

---

<sup>62</sup> Sluga (1973, p. 29) irá afirmar que o tratamento do pensamento fregeano de um ponto de vista ontológico é completamente estranho se tomado historicamente. A objetividade de certas noções nunca pretendeu ser uma doutrina ontológica, mas estava associada à influência da filosofia de Hermann Lotze. Objetos ideais não são reais para Lotze, mas possuem validade.

entrarei na discussão de Frege com a lógica psicologista, que reduzirá os pensamentos ao conteúdo mental do sujeito, ou seja, às ideias e que sustentará uma concepção de verdade bastante controversa.

## **2.2 Parte negativa: Crítica à concepção idealista**

Nesta seção, o objetivo principal será apresentar e discutir alguns elementos centrais encontrados na famosa crítica construída por Frege contra o psicologismo ou idealismo, em especial a concepção lógica defendida por esta postura e sua relação com o conceito de verdade. Segundo Frege, principalmente no Prefácio a *Grundgesetze der Arithmetik* de 1893, no artigo *Der Gedanke* de 1918 e na sua resenha ao livro de Husserl, *Philosophie der Arithmetik* de 1894, um grande mal se abatia sobre a lógica de sua época: o influxo da psicologia.

De acordo com Frege, os lógicos desse período estavam, em sua grande maioria, infectados pelo mal do psicologismo e tal situação implicava que a maior parte das contribuições desses autores ao desenvolvimento da lógica, ao invés de trazer clareza, acabavam por borrar certas distinções fundamentais. Uma dessas distinções fundamentais que dá apoio à crítica fregeana diz respeito ao conceito de verdade. Para o psicologismo mais extremo, não há diferença entre ser verdadeiro (*Wahrsein*) e tomar algo como verdadeiro (*Fürwahrhalten*). Verdade, tomada do ponto de vista psicologista, tal como apresenta Benno Erdman – alvo de Frege no Prefácio das *Grundgesetze* –, é associada com o reconhecimento geral por parte dos falantes, não tendo um caráter de objetividade, o qual é indispensável a Frege (1964, p. 13).

Outro ponto de crítica, associado à noção de objetividade, encontra-se na confusão entre sentido (*Sinn*) e representação (*Vorstellung*), entre a própria esfera do objetivo e a esfera do subjetivo. Os psicologistas tinham a tendência de reduzir tudo à representação mental, inclusive os conceitos lógicos mais fundamentais.

Tendo essa situação em questão, primeiramente farei uma apresentação bastante geral da corrente psicologista, baseada em grande parte em Sluga (1980), Porta (2000) e Husserl (1999) e, em seguida, uma apresentação sobre pontos de divergência e de crítica de Frege ao psicologismo. Além destes autores, utilizarei, na segunda parte, Picardi (1997, 2005) e Dummett (1981).

### 2.2.1 A concepção psicologista da lógica

Hans Sluga (1980), em *Gottlob Frege*, defende que o psicologismo foi um produto do chamado naturalismo, posição filosófica que surgiu como uma opção frente ao idealismo alemão que estava em estado de decadência. Com a morte de Hegel, o clima filosófico na Alemanha no século XIX sofreu uma grande mudança. A filosofia idealista, que buscava uma espécie de unidade do conhecimento, entrou em colapso, devido a uma série de fatores, dando lugar a novas perspectivas, tanto filosóficas, como científicas. O idealismo, de acordo com Sluga (1980, p. 14), foi substituído pelo materialismo, o racionalismo (raciocínio *a priori*) pelo empirismo e a filosofia como um atividade intelectual separada por uma ideologia, onde tal filosofia emergiu e desapareceu dentro das ciências naturais. Isso pode ser concebido, em linhas gerais, como o naturalismo científico.

Para Sluga (1980), o pensamento de Frege foi concebido como oposição a este naturalismo científico e não contra um hegelianismo ou idealismo dominante, como teria defendido Dummett (1973). “Frege não estava preocupado nem com a formulação de uma filosofia anti-idealista, nem com uma defesa do realismo” (SLUGA, 1980, p. 15)<sup>63</sup>.

De qualquer maneira, o naturalismo se propunha a atacar algumas teses centrais do idealismo objetivo hegeliano e da metafísica especulativa de um modo geral. Tinha um fundo materialista e empirista e procurava, a partir disso, uma espécie de naturalização dos fenômenos espirituais. Algumas teses polêmicas do naturalismo e que deram origem ao psicologismo dizem respeito à relação entre lógica e psicologia. Segundo os naturalistas, a lógica trata das leis concernentes ao pensamento e, uma vez que o pensamento é algo psicológico, referente à psicologia, a lógica, portanto, nada mais é do que um ramo, um desdobramento da psicologia.

Por ter fortes raízes empíricas, o naturalismo defendia, por exemplo, que ‘conceitos’ são reflexões do que foi percebido, da atividade sensorial; ‘conceitos matemáticos’, por sua vez, não teriam uma origem *a priori*, mas seriam originados na experiência. Similarmente, ‘leis do pensamento’ seriam idênticas às leis mecânicas

---

<sup>63</sup> Tal crítica, entretanto, foi rebatida por Dummett (1981, p. 72), o qual se defende afirmando que ele não pretendia se referir, ao falar em idealismo, ao idealismo hegeliano, mas sim a uma orientação geral.

da natureza externa e as próprias 'leis lógicas' nada mais seriam do que generalizações empíricas, concernentes à atividade mental humana. Essa atividade deveria ser interpretada em conceitos psicológicos, ou seja, tomando uma postura psicologista da lógica. Consequentemente, o raciocínio humano deveria ser todo baseado na indução. "Não há espaço para verdades e conceitos *a priori*... É a indução que leva de verdades acidentais às, assim chamadas, verdades necessárias da razão" (SLUGA, 1980, p.19).

Mario González Porta (2000), fazendo uma vinculação entre o anti-psicologismo de Frege com a fenomenologia, vai mais além do que Sluga (1980) na caracterização do psicologismo. Segundo Porta (2000, p. 87), não existe 'o psicologismo', o que existe, na verdade, são 'psicologismos'. Em todo caso, as diversas facetas do psicologismo ou diversos psicologismos compartilham certo núcleo comum. Esse núcleo comum encontra-se, principalmente, no fato de não se levar em conta a distinção entre objetivo e subjetivo. A posição psicologista deriva de uma redução do objetivo ao subjetivo e a consequência última disso, como Frege teria defendido nas *Grundgesetze*, é o solipsismo, o idealismo ou, por fim, o ceticismo. O psicologismo, segundo Porta (2000), seria incapaz de aceitar a existência de algo que fosse 'objetivo e não real', ou seja, algo que estivesse numa espécie de terceiro reino fregeano. Ele aceita apenas a existência de algo 'real objetivo' ou 'real subjetivo'. Assim, as coisas e os significados se encontram ou na realidade externa ou devem possuir algum tipo de realidade "interna". Números, significados e similares são entidades psíquicas.

Nessa linha de pensamento, Porta (2000, p. 90) defende que o psicologismo, sem dúvida, é uma doutrina ontológica, pois ele aceita a existência de certo tipo de entidades ou as reduz a outras. É exatamente isso que acontece com a lógica. Para Porta (2000, p. 90), o psicologismo lógico procede da seguinte maneira: 1º. reduz a lógica à psicologia; 2º. reduz as leis lógicas a leis psicológicas, por meio da redução do significado a representação; e 3º. reduz o psíquico à representação, ao reduzir o objetivo ao real. Assim sendo, as teses psicologistas não são teses baseadas, fundamentalmente, em uma confusão referente ao uso ambíguo de certos conceitos, como o conceito de 'lei' ou o conceito de 'pensamento'. O psicologismo é uma teoria positiva, entretanto uma teoria positiva falsa. "Ele nega a possibilidade da objetividade, tanto porque nega a existência de certos objetos, como porque também torna impossível nosso acesso aos mesmos" (PORTA, 2000, p. 90).

Influenciado diretamente por Frege, Husserl (1999), nas *Investigações Lógicas I*, também realizará um trabalho minucioso de caracterização e refutação do psicologismo. Se em Frege não podemos encontrar uma obra onde são explicitadas mais detalhadamente as teses contra o psicologismo – temos grande quantidade de alusões na maioria de seus textos, mas não um livro ou um estudo mais aprofundado e sistemático sobre a questão – em Husserl, nos capítulos iniciais das *Investigações Lógicas*, podemos encontrar um estudo intenso sobre a lógica psicologista, no qual são apresentadas suas ideias centrais, os seus argumentos, as suas falhas e, por fim, a sua refutação.

Segundo o psicologismo, na reconstrução de Husserl (1999, p. 67), os fundamentos teóricos essenciais da lógica residem na esfera da psicologia. As proposições e regras que dão característica à lógica pertenceriam, portanto, a esta outra ciência mais fundamental. A lógica teria uma relação de subordinação com respeito à psicologia do mesmo modo que a aritmética tem com a matemática.

Uma das razões que levam a essa posição é baseada no uso comum que se faz de certos termos tanto na lógica como na psicologia. A lógica normalmente é definida como a ciência que trata dos processos de julgar, raciocinar, conhecer, pensar corretamente. Na literatura lógica é muito comum o aparecimento desses conceitos e o problema oriundo disso é que os psicologistas fundam suas raízes sobre os mesmos conceitos que os das leis lógicas. Temos assim, como ponto de partida, uma confusão conceitual, mesmo que o verdadeiro problema, evidentemente, não seja este.

Se tomarmos como base a ideia de que a psicologia estuda o pensamento como ele é e a lógica, o pensamento como deveria ser, podemos notar que a redução da lógica à psicologia contém certos passos problemáticos. Na análise de Husserl, seguindo uma postura kantiana, a psicologia, por ser uma ciência subjetiva e experimental, somente pode nos conduzir a leis contingentes (ao uso contingente da razão) e não a leis necessárias. Regras ou leis necessárias, aquelas que regem o pensamento toda vez que pensamos, podemos encontrar apenas na lógica. Assim, diferentemente da psicologia, a lógica possui um caráter normativo, procura encontrar as conexões ideais do pensamento, as leis de como devemos pensar.

No entanto, os psicologistas reduzem as leis do pensamento, em sentido lógico (dever ser), às leis do pensamento como ele é. Para a psicologia, o pensamento como deve ser é um caso especial do pensamento como ele é. Surge

assim outra confusão, proveniente da distinta concepção de lei do pensamento. A psicologia, segundo Husserl, estuda as conexões causais dos processos de consciência. Diferentemente ocorre na lógica. Ela não pergunta pela origem e consequências causais das nossas operações intelectuais, mas pela verdade do seu conteúdo. À lógica interessa aquilo que faz com que os juízos sejam verdadeiros ou falsos. A lógica preocupa-se com algo que é totalmente distinto da psicologia. Temos, assim, na relação entre lógica e psicologia, confusões provenientes do uso ambíguo de certos conceitos, mas, principalmente, pelo tratamento e definição de certas noções e pelo posicionamento ontológico, como afirma Porta (2000), frente a certas entidades.

Posto, de modo bastante superficial, a origem do psicologismo e de suas ideias básicas dessa maneira, cabe agora explicitar as teses sustentadas por Frege para refutá-lo. Essa refutação se dá, basicamente, a partir da objetividade das noções de verdade e sentido.

### **2.2.2 As noções de verdade e sentido como fundamento da crítica ao psicologismo**

Quando Frege (1964, p. 12) afirma explicitamente, nas *Grundgesetze der Arithmetik*, que a lógica atual parece estar completamente infectada de psicologia, tem-se clara uma das teses chave dentro da concepção fregeana de lógica: a lógica não é parte da psicologia, ou seja, as leis mais fundamentais da lógica não podem ser reduzidas a leis psicológicas. Essa confusão entre lógica e psicologia é derivada de uma série de confusões surgidas a partir da análise que certos filósofos psicologistas realizam na lógica sem levar em conta algumas distinções essenciais.

Para livrar a lógica da ingerência da psicologia, faz-se necessário ter uma concepção adequada de leis lógicas e isso, de acordo com Frege (1964, p. 12), depende de como entendemos a palavra 'verdadeiro'. Para os filósofos psicologistas, apenas um conceito relativo de verdade é levado em conta, e este é baseado no padrão geral dos seres humanos. Verdade, de acordo com o psicologismo, se reduz ao tomar como verdadeiro. Nas *Grundgesetze*, podemos perceber essa posição de Frege (1964, p. 12)

Quando, em vez da coisa mesma, se consideram somente suas imagens subjetivas (*subjectiven Abbilder*), as representações (*Vorstellungen*), perdem-se naturalmente todas as diferenças reais mais finas e, ao contrário, aparecem outras que para a lógica carecem totalmente de valor. E com isto passo a falar sobre o que dificulta o influxo do meu livro sobre os lógicos. Se trata da perniciosa ingerência da psicologia na lógica. Para o tratamento desta última ciência deve ser decisiva a concepção das leis lógicas, e isto por sua vez depende de como se entende a palavra 'verdadeiro'.

Existem dois argumentos distintos de Frege contra o psicologismo: um baseado na objetividade da verdade e outro, na objetividade do sentido. Frege, entretanto, não faz uma distinção meticulosa entre esses dois argumentos. Para ele, o psicologismo ameaça a objetividade em geral. Os argumentos de Frege partem da premissa de que existe uma realidade objetiva sobre a qual falamos e que torna nossos pensamentos verdadeiros ou falsos. O psicologismo destruiria essa objetividade.

Eva Picardi (2005, p. 343) defenderá que Frege usa dois argumentos semânticos contra o psicologismo: o primeiro diz respeito ao princípio de contexto<sup>64</sup>, em harmonia com o princípio de composicionalidade, e refere-se à contribuição que um nome faz à sentença na qual ele ocorre. Se uma palavra ocorre em duas sentenças, então nós temos que reconhecer algo em comum nos pensamentos correspondentes. A palavra precisa ter um referente, caso contrário a linguagem seria impossível. Caso os sentidos fossem subjetivos, não seria possível termos um referente objetivo ao qual ele corresponderia.

O segundo argumento diz respeito à noção de linguagem comum. Se não tivéssemos *Bedeutung* (referência), ainda assim teríamos pensamentos, mas apenas pensamentos mitológicos, literários e não pensamentos que trazem conhecimento científico. O sentido é condição fundamental para termos pensamentos, e, para termos conhecimento científico, precisamos reconhecer esses pensamentos como verdadeiros. Não obstante, se o sentido de um nome fosse algo

---

<sup>64</sup> O princípio de contexto, como encontrado nas *Grundlagen der Arithmetik* (1987, p. 23), assumirá que o significado das palavras não pode ser tomado isoladamente, mas apenas no contexto da sentença na qual as palavras ocorrem. O interessante é que Frege, no original alemão, utiliza o termo '*Bedeutung*', em vez de '*Sinn*', ao falar do significado das palavras. Como é sabido, Frege ainda não tinha efetuado a mudança em seu sistema e introduzido a distinção *Sinn/Bedeutung*. No original lemos: "*Nach der Bedeutung der Wörter muß im Satzzusammenhange, nicht in ihrer Vereinzelung gefragt werden*" (FREGE, 1987, p. 23).

subjetivo, então seria impossível ter uma história comum de pensamentos e uma ciência comum.

Em *Über Sinn und Bedeutung* (1892), Frege procura demonstrar que sentido e *Bedeutung* necessitam ser distinguidos das representações associadas a um determinado sinal. Enquanto as duas primeiras noções são objetivas, a noção de representação é subjetiva. A *Bedeutung* de um nome próprio, por exemplo, é o próprio objeto designado por ele; o sentido é aquilo que Frege chama de modo de apresentação e pode ser entendido como as características que auxiliariam na determinação da *Bedeutung*; a representação/ideia, por sua vez, está associada com imagens internas do sujeito. Com isso, implica-se que representações necessitam de um portador, alguém que as tenha, ao passo que o sentido e a *Bedeutung* não necessitam. No escrito póstumo *Logik* de 1897, Frege (1979, p. 131) afirma:

... o pensamento (sentido de uma sentença assertiva completa) não é uma ideia, nem é composto de alguma maneira por ideias. Pensamentos são fundamentalmente diferentes de ideias (no sentido psicológico). A ideia de uma rosa vermelha é algo diferente do pensamento que esta rosa é vermelha. Nós podemos associar ideias ou executá-las juntamente (*run them together*), mas nós ainda ficamos com ideias e nunca com algo que pode ser verdadeiro

e mais adiante (1979, p. 143)

O tratamento psicológico da lógica surge das opiniões enganosas de que um pensamento é algo psicológico como uma ideia. Essa visão nos leva necessariamente a uma teoria idealista do conhecimento

Porta (2000), levando tudo isso em conta e considerando que não existe uma única doutrina do psicologismo, defende que em Frege podemos identificar três tipos diferentes de anti-psicologismo. Os dois primeiros, que ele chama anti-psicologismo lógico e anti-psicologismo semântico, são oriundos da concepção fregeana de lógica. Tal concepção possui, para Porta, dois significados: em um sentido restrito, abarca o que hoje chamamos de teoria da inferência e, em um sentido mais amplo, equivale à semântica moderna ou à filosofia da linguagem. O anti-psicologismo lógico ocupa-se da objetividade do sentido e nega que as leis lógicas sejam leis psicológicas. O anti-psicologismo semântico estaria preocupado com as relações objetivas entre os valores de verdade e negaria que o sentido fosse uma entidade psíquica. “Se o sentido é uma ideia/representação e a verdade se aplica ao sentido,



então as relações entre valores de verdade se fundam, em última instância, em relações entre representações” (PORTA, 2000, p. 90).

O terceiro tipo de anti-psicologismo indicado por Porta (2000, p. 89) é chamado anti-psicologismo epistemológico-noético e está associado à discussão sobre o caráter fundamental da filosofia fregeana. Porta segue a linha de Sluga (1973, 1980), Wolfgang Carl (1994), Gottfried Gabriel (2002) e outros, que interpretam Frege como sendo um racionalista, em oposição à interpretação de Dummett (1973, 1981), que toma Frege como realista. Nesse sentido, Frege estaria preocupado, antes de qualquer coisa, com a epistemologia. Sluga (1973), por exemplo, defende que a teoria fregeana da objetividade dos números, percurso de valores, funções, etc. nunca pretendeu ser uma tese ontológica. A interpretação de Frege como um realista é completamente estranha de um ponto de vista histórico. Em linhas gerais, ao se tomar essa perspectiva epistemológica, pode-se dizer que o anti-psicologismo epistemológico estaria preocupado com os fundamentos objetivos da atribuição de valores de verdade.

Para Porta (2000), a preocupação epistemológico-noética é o motivo fundamental da crítica de Frege ao psicologismo. Como consequência disso, a sua postura anti-psicologista não implica nenhuma ontologia. O terceiro reino fregeano não seria um reino de objetos, mas sim um reino de objetividades. De tal modo, Frege não seria um realista platônico, mas uma espécie filósofo transcendental. A tese do terceiro reino é, para Porta, uma tese epistemológica. A preocupação básica seria a garantia da captação de certas entidades e não a afirmação da existência delas.

Em Frege, uma lógica separada da psicologia é essencial em todos os aspectos, principalmente para a efetivação do seu programa logicista. Nas *Grundlagen der Arithmetik*, Frege (1987, p. 23) utiliza como princípio fundamental na tentativa de construção da aritmética fundada na lógica a ideia de que é preciso separar o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo<sup>65</sup>. Se a lógica fosse um ramo da psicologia, então a aritmética, que segundo ele é lógica desenvolvida, e seus objetos fundamentais, os números, também seriam parte da psicologia. Mas os números, que na análise psicologista são tomados como meros sinais numéricos,

---

<sup>65</sup> Temos no original alemão: “Es ist das Psychologische von dem Logischen, das Subjektive von dem Objektiven scharf zu trennen” (FREGE, 1987, P. 23)

para Frege possuem também um caráter objetivo. Assim, lógica e psicologia são duas ciências distintas e a lógica não necessita, em seu alicerce, da psicologia.

### **2.3 Parte positiva: Análise da palavra ‘verdadeiro’**

Nesta seção, o objetivo principal será apresentar as principais teses de Frege sobre verdade encontradas ao longo de sua obra. Dentre essas teses, gostaria de elencar três em especial: a tese da redundância do predicado ‘é verdadeiro’, a qual liga Frege, de certa maneira, com a corrente deflacionista; a tese de que verdade é expressa na linguagem natural pela forma da sentença assertiva; e a relação de Frege com o realismo sobre verdade. Existem outros aspectos da concepção fregeana de verdade, como, por exemplo, a tese de que sentenças verdadeiras são nomes para um objeto, o Verdadeiro. Tal objeto seria uma espécie de totalidade de todas as sentenças verdadeiras. Esta tese, entretanto, é desdobramento da concepção fregeana de *Bedeutung* e será discutida no próximo capítulo.

#### **2.3.1 O uso da palavra ‘verdadeiro’ na linguagem natural e a tese da redundância do predicado de verdade**

Frege é considerado por vários autores, como Horwich (1990) e Burge (1986), como sendo um deflacionista. Como visto no capítulo 1, a tese deflacionista basicamente irá defender que verdade é um conceito trivial e logicamente supérfluo. A compreensão do conceito de verdade, de acordo com o deflacionismo, não requer profundas investigações. A tese deflacionista, basicamente, irá tratar da função do predicado ‘é verdadeiro’ na linguagem natural. E para os defensores desta posição, a linguagem não necessita deste predicado. Uma sentença como ‘O céu é azul é verdadeira’ está expressando o mesmo sentido da sentença ‘O céu é azul’. O conceito de verdade não teria uma natureza tal como o defendem as teorias substancialistas da verdade. Ele seria um conceito puramente formal e vazio.

A relação de Frege com o deflacionismo surge a partir de uma série de afirmações que ele faz em vários textos. De acordo com Greimann (2005, p. 298-299), existem três evidências a favor da atribuição da tese deflacionista a Frege,

embora ele não seja um deflacionista, propriamente. A primeira evidência diz respeito à visão de verdade como um conceito elementar, o qual não pode ser dividido em outros conceitos mais simples. No escrito póstumo *Logik* de 1897, de modo explícito Frege defenderá isso. “Verdade é obviamente algo tão primitivo e simples que não é possível reduzi-la a alguma coisa ainda mais simples” (FREGE, 1979, p. 129). Em *Der Gedanke*, Frege (1997, p. 327) assumirá que o conteúdo da palavra ‘verdadeiro’ é *sui generis* e não pode ser definido.

A segunda evidência refere-se ao caráter especial do predicado ‘é verdadeiro’. Ele é um predicado que não pode ser comparado a outros predicados, como ‘é verde’ ou ‘é alto’. O predicado ‘é verdadeiro’ indica, na opinião de Frege (1979, p. 128, 1997, p. 325), o objetivo da lógica. Em *My Basic Logical Insights* de 1915, por exemplo, Frege (1997, p. 322) irá destacar o predicado como sendo completamente diferente de outros predicados. O predicado ‘é verdadeiro’ seria detentor de características muito peculiares.

A palavra ‘verdadeiro’ não é um adjetivo no sentido ordinário. Ao se aplicar um adjetivo qualquer como ‘é vermelho’ para uma expressão como ‘A rosa’, teremos como resultado uma sentença completa que expressa um pensamento. ‘A rosa’ sem um predicado é simplesmente um termo singular. Contudo, o mesmo não ocorre quando utilizamos o predicado ‘é verdadeiro’. Tal predicado, se utilizado corretamente na lógica, deve ser aplicado a sentenças. Além disso, se comparado a outros predicados, como ‘é belo’ ou ‘é alto’, é possível perceber que estes predicados possuem graduação. É admissível dizer que uma pintura é mais bela do que outra ou que uma árvore é mais alta do que outra árvore. Entretanto, é absurdo, na opinião de Frege (1979, p. 126), dizer que o predicado ‘é verdadeiro’ admite graduação. Se um pensamento é verdadeiro, ele está no mesmo nível de todos os outros pensamentos verdadeiros. “Aquilo que é verdadeiro é verdadeiro em si mesmo” (FREGE, 1979, p. 126). Em *Der Gedanke* (1997, p. 325), ele irá defender que o significado da palavra ‘verdadeiro’ será explicado pelas leis do ser verdadeiro (*Wahrsein*) e, após criticar as teorias da correspondência, concluirá que o conteúdo deste predicado é único e indefinível.

A terceira evidência para a atribuição da tese deflacionista a Frege, e possivelmente a mais importante, é a tese fregeana de que pares de sentenças como ‘5 é um número primo’ e ‘É verdadeiro que 5 é um número primo’ contêm o mesmo conteúdo. O predicado ‘é verdadeiro’ na segunda sentença não faz

nenhuma contribuição essencial ao pensamento expresso pela primeira sentença. As duas sentenças expressariam, portanto, o mesmo pensamento. Essa tese – conhecida na literatura como tese da redundância do predicado de verdade – pode ser encontrada em vários textos de Frege e, visivelmente, é uma das suas principais teses sobre verdade. Em *My Basic Logical Insights*, há uma apresentação clara desta tese (1997, p. 323):

Assim, o sentido da palavra ‘verdadeiro’ é tal que ele não faz qualquer contribuição essencial para o pensamento. Se eu afirmo ‘é verdadeiro que a água do mar é salgada’, estou afirmando a mesma coisa como se eu afirmasse ‘a água do mar é salgada’. Isto nos habilita a reconhecer que a asserção não se encontra na palavra ‘verdadeiro’, mas na força assertiva com a qual a sentença é proferida. Isto nos leva a pensar que a palavra ‘verdadeiro’ não tem um sentido como tal. Mas, neste caso, uma sentença na qual ‘verdadeiro’ ocorre como um predicado também não teria sentido. Tudo o que se pode dizer é: a palavra ‘verdadeiro’ tem um sentido que não contribui em nada para o sentido da sentença completa na qual ela ocorre como um predicado.

Frege, como será demonstrado a seguir, defenderá que a forma assertiva toma o lugar do predicado ‘é verdadeiro’. Em uma linguagem perfeita, a palavra ‘verdadeiro’ não teria nenhuma necessidade. Ela aparece na linguagem natural, pois esta não é uma linguagem logicamente construída. Para a construção de uma linguagem ideal para fins científicos, necessitamos da linguagem natural e de predicados como o de verdade, mesmo sendo desprovidos de conteúdo.

Apesar dessas posições de Frege, não é correto chamá-lo de deflacionista. Embora ele sustente que o predicado de verdade é supérfluo, o conceito de verdade não é redundante. O operador de verdade fundamental na linguagem natural, para ele, como veremos, não é o predicado ‘é verdadeiro’, mas a forma da sentença assertiva. Greimann (2005, p. 299-300), Dodd (2000, p. 118-119) e Ricketts (2005, p. 239-240) tomarão essa mesma posição.

### **2.3.2 A tese de que verdade é dada pela forma da sentença assertiva**

Talvez a tese mais importante de Frege sobre a questão da verdade seja a tese de que verdade encontra-se na forma da sentença assertiva. Como acabou de ser demonstrado, Frege nega que o predicado ‘é verdadeiro’ contribui de alguma maneira nos contextos onde ele ocorre. A continuação de sua argumentação será

que verdade está na própria forma de uma sentença. Uma sentença como 'A neve é branca' é verdadeira pela sua própria estrutura<sup>66</sup>.

Em *Über Sinn und Bedeutung*, já localizamos o esboço dessa concepção. Para Frege (1997, p. 158), tanto em sentenças que fazem uso do predicado 'é verdadeiro', assim como em sentenças que não o fazem, a asserção da verdade reside na forma da sentença assertiva. O conceito de verdade, portanto, está intimamente ligado com a força assertiva. Em *Logik* de 1897, podemos ter uma visão disso (1979, p. 129):

Portanto, é realmente usando a forma da sentença assertiva que asserimos verdade, e, para fazer isso, não precisamos da palavra 'verdadeiro'. De fato, podemos dizer que, mesmo quando usamos a forma da expressão 'é verdadeiro que ...', a coisa essencial realmente é a forma da sentença assertiva.

Em uma sentença assertiva, entretanto, é preciso distinguir entre duas coisas: o pensamento expresso e a asserção de sua verdade. Seria possível, evidentemente, expressar um pensamento e ao mesmo tempo não reconhecê-lo como verdadeiro. Esse tipo de situação ocorre, por exemplo, no teatro, no cinema ou quando não estamos falando com a devida seriedade. Contudo, ao reconhecer que um pensamento é verdadeiro, nós passamos para outro nível, passamos ao nível do julgar. E julgar, na concepção fregeana, não consiste na vinculação de conceitos, como a tradição o concebe, mas no reconhecimento da verdade do pensamento. Em *Logik* (1979, p. 139) e em *Der Gedanke* (1997, p. 329), temos isso explicitamente. A verdade de um pensamento é dada pela sentença assertiva e, conseqüentemente, não precisa do predicado de verdade. E, até mesmo se tivéssemos esse predicado, segundo Frege (1997, p. 330), caso perdêssemos a força assertiva, a palavra 'verdadeiro' não seria capaz de restituí-la.

A tese de que o operador de verdade fundamental encontrado na linguagem natural está na forma da sentença assertiva e não no predicado 'é verdadeiro' parece ser um desdobramento do simbolismo fregeano da *Begriffsschrift*. Como vimos na primeira seção deste capítulo, o símbolo '┆—A' quer dizer que o conteúdo de uma proposição ou sentença 'A' está sendo julgado, ou, poder-se-ia dizer, asserido como verdadeiro. A barra vertical seria a barra do juízo, ou seja, garantiria

---

<sup>66</sup> Greimann (2005, p. 306) denominará esta doutrina de '*Assertion Theory of Truth*'. Para ele, de acordo com tal abordagem, verdade não é nem uma propriedade e nem um objeto, mas uma outra coisa que pertence a mesma categoria que satisfação (*satisfaction*).

a verdade daquele conteúdo que vem a seguir. Na *Begriffsschrift* (1997, p. 53), Frege irá utilizar a noção de asserção:

A barra horizontal, da qual o símbolo  $\text{—}$  é formado, liga os símbolos que o seguem em um todo, e a asserção, que é expressa pelo significado da barra vertical na extremidade esquerda da horizontal, relaciona este todo. A barra horizontal pode ser chamada barra do conteúdo, a vertical, barra do juízo.

Levine (2005, p. 255) parece ter uma interpretação parecida. Verdade surge, na *Begriffsschrift*, na barra vertical. É por meio deste símbolo que expressamos a asserção e, conseqüentemente, a verdade de uma determinada sentença. Greimann (2005, p. 309) clarificará ainda mais a relação entre a barra vertical e a asserção ao afirmar que a contraparte da barra do juízo, da barra vertical, na linguagem natural encontra-se na forma da sentença assertiva. Para Frege (1997, p. 229), portanto, verdade na linguagem natural é expressa basicamente pela forma da sentença.

Isso é mais um ponto contra os que irão atribuir uma concepção deflacionista de verdade a Frege. Embora ele tenha uma posição semelhante àquela defendida pelos deflacionistas acerca da função do predicado 'é verdadeiro', verdade, ao contrário da posição deflacionista, é um conceito substantivo.

### 2.3.3 A relação de Frege com o realismo sobre verdade

Outro aspecto que merece ser discutido sobre a concepção fregeana de verdade refere-se a sua relação com o realismo. O realismo, em geral, consiste em uma tese que defende a existência de certo tipo de coisas independentes da mente. Uma concepção realista da verdade, por sua vez, assumirá que verdade é uma propriedade relacional tida entre a linguagem e o mundo externo. Teorias realistas da verdade, como a correspondencialista, necessitarão de certas coisas no mundo externo para garantir a verdade das sentenças. Elas supõem, portanto, uma realidade objetiva, a qual determinaria os valores de verdade dos portadores de verdade, tais como sentenças, proposições ou pensamentos.

A teoria da correspondência talvez seja a principal representante das teorias da verdade realistas. Um juízo, conforme esta teoria, é tornado verdadeiro por meio da correspondência entre ele e algo no mundo, normalmente um fato. A existência de um fazedor de verdade seria essencial para termos verdade. A verdade de uma sentença como 'A neve é branca' dependeria da existência de um fato empírico que a tornaria verdadeira. No realismo sobre verdade, há um comprometimento ontológico com a existência de certas entidades.

O principal autor que vincula Frege com o realismo é Dummett (1981, p. 433). Para ele, a posição realista de Frege surgiu como uma alternativa frente ao idealismo. Frege teria adotado uma postura realista com respeito à maioria das questões que ele discutiu, sendo que sua filosofia era realista concernindo ao mundo externo, e platonista na matemática. Na discussão sobre verdade, Frege também pode ser considerado um realista. Na seguinte passagem Dummett (1981, p. 444) deixa clara sua posição:

Frege não emprega a noção do que *faz* (*makes*) o pensamento expresso por uma sentença verdadeiro, talvez porque ele procura evitar a concepção de um fato ou estado de coisas como pertencendo ao reino da referência; mas isto é uma noção natural a qual um realista apela e não precisa ser interpretada em termos de uma ontologia de fatos: a noção refere-se, ao invés, ao *sentido* de uma sentença. Quando uma sentença é verdadeira, a noção do que faz ela verdadeira deve ser compreendida em termos da nossa concepção de como ela é determinada como verdadeira.

Embora Frege não defenda que fatos sejam constituintes do mundo externo, pois isso poderia levá-lo a uma concepção próxima à defendida pelas teorias da correspondência, ele pode ser interpretado como um realista. Um exemplo dá-se na sua concepção de *Bedeutung*. A *Bedeutung* de nomes próprios ou sentenças assertivas não são entidades psíquicas, mas objetos, os quais teriam uma espécie de realidade objetiva<sup>67</sup>.

Greimann (2005, p. 297), entretanto, afirmará que a classificação de Frege como um realista não é satisfatória. Em primeiro lugar, a tentativa de interpretar a concepção fregeana de verdade como realista é incompatível com a análise que ele realiza da estrutura do conceito de verdade. Esse conceito é, como citado anteriormente, simples e, portanto, não pode ser dividido em outros conceitos mais

---

<sup>67</sup> Como já foi destacado em outros momentos, essa posição é controversa, e alguns autores, como Sluga (1973, 1980), não irão aceitá-la.

fundamentais. Ao contrário, o conceito de verdade relacionado a uma realidade objetiva é complexo. Em segundo lugar, a interpretação realista é incompatível com a tese de que a tentativa de definição do conceito de verdade (isso será discutido no próximo capítulo) leva a um regresso ao infinito. Por fim, se uma sentença é verdadeira com base em algo no mundo que a torna verdadeira, então teremos uma versão da teoria da correspondência. Entretanto, em *Logik* (1979, p. 128) e em *Der Gedanke* (1997, p. 326-327), Frege explicitamente refutará as tentativas de definir verdade por meio de uma correspondência. Assim, a vinculação de Frege com uma posição realista sobre verdade é bastante problemática.

Um ponto importante que necessita ser mencionado é a relação da teoria da verdade como identidade com o realismo sobre verdade. A posição de Dodd (2000, p. 95-98) é que a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros não nos compromete com um realismo sobre fatos. Um realismo acerca de fatos somente poderia ser aceito se fatos fossem tomados como estados de coisas. A versão robusta da teoria da verdade como identidade, nesse sentido, pode ser considerada como realista, pois, assim como as teorias da verdade como correspondência, essa versão da teoria determinaria o valor de verdade de um pensamento por meio da relação entre o que diz a proposição e como as coisas são<sup>68</sup>. Com isso, o realismo que pensa Dodd (2000), parece ser um realismo apenas com respeito ao reino da *Bedeutung*. Pensamentos verdadeiros, concebidos como entidades objetivas, pertencentes ao reino do sentido, não comprometem a teoria com essa posição. Isso, claramente é discutível. Os pensamentos fregeanos são independentes da mente e isso poderia supor um realismo, embora certos autores neguem essa tese veementemente.

Nos próximos capítulos, discutirei outras teses fregeanas sobre verdade, as quais possuem uma relação mais direta com a teoria da verdade como identidade, tais como a sua crítica à teoria da verdade como correspondência e sua afirmação de que sentenças verdadeiras têm como *Bedeutung* o Verdadeiro.

---

<sup>68</sup> Contudo, existem também versões robustas da teoria da verdade como identidade que são idealistas. Em uma versão idealista, defendida, por exemplo, por Bradley (1897, apud BALDWIN, 1991) o mundo externo seria composto de ideias e existiria uma identidade entre os juízos e o mundo externo. Bradley, inclusive incorpora a doutrina do Absoluto na explicação de verdade.



### 3. A VERSÃO FREGEANA DA TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE

#### Introdução

O presente capítulo tem como objetivo principal lançar as bases para a possível defesa de uma Teoria da Verdade como Identidade por parte de Frege. Para tanto, faz-se necessário abordar duas questões fundamentais que estão diretamente relacionadas a isso: por um lado, a rejeição fregeana da teoria da verdade como correspondência e, por outro lado, a sua concepção de fato (juntamente com a discussão na literatura secundária sobre as teorias da *Bedeutung*).

É conhecido na literatura sobre Frege que este nega que verdade possa de alguma maneira ser definida em termos de correspondência entre uma sentença verdadeira ou, no caso de Frege, entre um pensamento verdadeiro e um fato. No escrito póstumo *Logik* de 1897 e principalmente em *Der Gedanke* de 1918, Frege apresenta argumentos para a refutação de tal teoria. Em 3.1, primeiramente realizarei uma reconstrução geral das principais teses defendidas pelas teorias da correspondência, tomando como base uma série de autores da literatura secundária. A seguir, discutirei os argumentos que Frege utiliza na sua tentativa de refutação da concepção correspondencial de verdade. Na maioria dos casos, a bibliografia sobre o assunto reduz os argumentos fregeanos a um único argumento, conhecido como *argumento do regresso*. De qualquer modo, a posição de Frege culmina na tese da indefinibilidade da verdade. O conceito de verdade não pode ser definido nem em termos de correspondência, nem por meio de outra relação. É um conceito fundamental e, portanto, indefinível.

A importância de se tratar essa questão é motivada pelo fato de que uma teoria da verdade como identidade é concebida, segundo Dodd (1992, 1999, 2000), por exemplo, como uma rival das teorias da correspondência. A teoria da verdade como correspondência tem uma falsa concepção de fato, a saber, toma-os como sendo fazedores de verdade (*truthmakers*), em oposição à teoria da verdade como identidade, que os toma meramente como portadores de verdade (*truthbearers*). Sem

contar, evidentemente, que as relações tidas entre sentenças, proposições ou pensamentos fregeanos e fatos são absolutamente diferentes nas duas teorias. Enquanto uma toma a relação como sendo de correspondência, a outra toma como sendo de identidade.

Em 3.2 direcionarei os esforços na tentativa de reconstrução da concepção fregeana de *Bedeutung*. A interpretação do conceito de *Bedeutung* em Frege não encontra concordância na literatura sobre o tópico. Há autores que tomam *Bedeutung* como ‘significado’ (*meaning*), ‘referência’ (*reference*), ‘denotação’ (*denotation*) ou mesmo ‘significância’ (*significance*). Cada uma destas traduções do termo alemão implica tacitamente uma interpretação. Assim, o esclarecimento do que Frege tentou dizer ao usar o termo ‘*Bedeutung*’ é fundamental para a determinação de qual versão da teoria da verdade como identidade ele teria defendido, aceitando-se, obviamente, que ele tenha defendido tal teoria. A maior parte de 3.2, portanto, terá como foco reconstruir essas interpretações, principalmente Dummett (1973) e (1981), Carl (1994), Sluga (1975) (1981), Burge (1986) e Tugendhat (1998).

O ponto mais polêmico vinculado à concepção de *Bedeutung* diz respeito à afirmação fregeana (1892) de que todas as sentenças verdadeiras, assim como todas as sentenças falsas, possuem a mesma *Bedeutung*, a saber, o Verdadeiro e o Falso, respectivamente. Isso é conhecido na literatura como “o argumento da funda”, ou *slingshot argument*. Tal argumento foi formalizado e desenvolvido por outros autores, como Gödel (1964, apud BURGE 1986, p. 97), Church (1956 apud KRÜGER, 1995, p. 160) e, principalmente, Davidson (1969, 1984), que o utilizou para criticar aspectos da teoria da verdade como correspondência. O núcleo do argumento consiste na ideia de que todas as sentenças verdadeiras referem-se ao mesmo fato (*The Great Fact*)<sup>69</sup> o que excluiria a possibilidade de existência de um fato para cada sentença verdadeira. A interpretação usual do *slingshot argument* supõe que sentenças que têm o mesmo valor de verdade são sentenças logicamente equivalentes. Dalia Drai (2002), entretanto, irá criticar a noção de equivalência lógica e substituí-la pela noção de sinonímia. Se isto for correto, então, conforme Drai, a referência das sentenças – ela interpreta *Bedeutung* dessa maneira – pode ser algo como fatos. Julian Dodd usará o *slingshot argument* como critério

---

<sup>69</sup> Davidson (1969, p. 753), por exemplo, usa esses termos.

para atribuir a Frege a versão modesta da teoria da verdade como identidade. Segundo Dodd (2000), Frege defendeu esta versão da teoria porque a sua concepção de *Bedeutung* leva-o a tomar que a referência das sentenças verdadeiras é o Verdadeiro e não fatos. Porém, caso Dalia Drai esteja correta, então Frege poderia ter defendido uma versão robusta da teoria, uma vez que teríamos fatos como possíveis referentes de sentenças verdadeiras.

Finalmente, em 3.3, após fazer as considerações necessárias acerca das questões anteriores, apresentarei a concepção fregeana de fato e o contexto da identificação realizada por ele entre fatos e pensamentos verdadeiros em *Der Gedanke*. Frege, nesse texto, defende uma concepção de fato bastante singular. Para ele, fatos são simplesmente pensamentos verdadeiros e não algo no mundo, composto por certas entidades, como objetos físicos e suas propriedades. E essa concepção de fato surge dentro do âmbito da ciência. O esclarecimento deste ponto parece estar vinculado com noções centrais dentro da filosofia de Frege e, talvez, como defende Sluga (2005), tenha origem histórica, nas desavenças teóricas com Wittgenstein. A elucidação do conceito de fato em Frege é essencial para a determinação de qual versão da teoria da verdade como identidade pode ser atribuída a ele. Este conceito é problemático, visto que, se em *Der Gedanke*, Frege identifica fatos com pensamentos verdadeiros, pertencentes ao reino do sentido, na *Begriffsschrift* de 1879, diferentemente, Frege (1997, p. 48) afirma a existência de fatos empíricos na justificação de certas verdades, ou seja, dá a entender que poderiam existir fatos pertencentes ao reino da *Bedeutung*.

### **3.1 A crítica de Frege à teoria da verdade como correspondência**

#### **3.1.1 A concepção de verdade defendida pela teoria da correspondência**

A meta central de qualquer teoria da verdade consiste em dar uma explicação ou definição daquilo que se entende pelo predicado ‘é verdadeiro’ e qual a função que ele desempenha em teorias filosóficas, científicas, lógicas, etc. A pergunta “o que é a verdade?”, seja ela uma pergunta adequada ou não, recebeu ao longo da história da filosofia uma série de respostas, muitas vezes totalmente discordantes

entre si. Embora não haja conformidade nas respostas dadas ao problema, um grupo semelhante delas merece destaque especial. Essas respostas procuram explicar o conceito de verdade de uma maneira bastante intuitiva, em termos de uma relação de correspondência entre sentenças, afirmações, proposições, crenças, etc. e a realidade. As tentativas de responder a pergunta posta por meio desta relação são unificadas dentro de uma teoria geral, chamada de teoria da verdade como correspondência (*correspondence theory of truth*), como visto rapidamente no capítulo 1.

Em linhas gerais<sup>70</sup>, a versão mais simples da teoria da verdade como correspondência tomará que uma sentença, proposição ou o que quer que seja é verdadeira quando ela corresponde a um fato apropriado, sendo que este fato é algo no mundo que torna a sentença ou proposição em questão verdadeira. Essa teoria requer duas coisas fundamentais: proposições ou sentenças como as coisas que podem ser verdadeiras ou falsas, atuando, portanto, como portadores de verdade e fatos como coisas no mundo, ou seja, como fazedores de verdade. Neale (2001) identifica fatos com entidades não linguísticas em um mundo externo objetivo. Deste modo, uma definição bastante simples diria que “*p*” é uma sentença ou uma proposição verdadeira se e somente se ‘*p*’ corresponde ao fato que ‘*p*’ e ‘*p*’ é uma sentença ou proposição falsa caso não exista um fato com o qual ‘*p*’ corresponda’. Por meio desta definição, uma sentença como ‘A neve é branca’ é verdadeira se, e somente se, é um fato que a neve é branca, e falsa caso não exista um fato com o qual ela corresponda. Como veremos a seguir, esta definição é bastante superficial e há uma série de refinamentos, como encontramos em David (1994).

De qualquer modo, uma definição de verdade que parte de tais pressupostos necessita esclarecer uma série de tópicos. Para Newman (2002), o núcleo de uma teoria da correspondência deve discutir 4 pontos fundamentais: (1) como sentenças correspondem ao mundo; (2) como proposições correspondem ao mundo; (3) a natureza de proposições; e (4) a natureza de fatos. Com isso, conseqüentemente, adentra-se em um âmbito ontológico, visto que há a necessidade de mexer com o mobiliário básico do mundo.

---

<sup>70</sup> Tarski (2006), por exemplo, terá uma teoria da verdade como correspondência, mas não a definirá em termos de fato. A concepção semântica da verdade de Tarski irá assumir que verdade é um conceito semântico e que pode ser definida em termos de outros conceitos semânticos, como o conceito de *satisfação*. A sua teoria da verdade como correspondência não leva em conta fatos. Assim, essa posição sobre a teoria da verdade como correspondência não é aceita por todos os autores.

David (1994), de modo similar, defenderá que a construção de uma teoria da verdade como correspondência requer uma explicação ontológica de fatos e uma explicação semântica da relação palavra-mundo (*word-to-world*). Young (2002), em uma crítica à versão de Davidson do *slingshot*, defende, por sua vez, que qualquer análise do conceito de verdade deve conter uma explicação acerca dos portadores de verdade (*statements*), uma explicação acerca dos fazedores de verdade (*facts*) e, por fim, especificar a relação entre eles (*correspondence*)<sup>71</sup>.

Entretanto, uma apresentação geral desta teoria esbarra no problema de não haver total concordância no tratamento dos pontos centrais. Assim, é preciso fazer algumas escolhas e focar em alguns alvos mais específicos. Para os objetivos deste trabalho, isto é, no que tange a Frege, a ênfase deve ser dada à noção própria de correspondência e, principalmente, à concepção de fato defendida pela teoria. Passemos, portanto, primeiro a uma explicação geral da noção de correspondência e, em seguida, a uma explicação da noção de fato.

Segundo Kirkham (2003), Newman (2002) e, em parte, David (1994), é possível dividir as teorias da correspondência em dois grupos, baseando-se em diferentes noções de correspondência: por um lado, correspondência como congruência e, por outro lado, correspondência como correlação. As teorias da correspondência associadas ao primeiro tipo irão alegar basicamente que há uma espécie de isomorfismo estrutural entre os portadores de verdade e os fatos quando o portador de verdade é verdadeiro. Devido a esse isomorfismo, é possível dizer se o portador de verdade corresponde ou não ao fato. Conforme Kirkham (2003, p. 173), “a estrutura das crenças (proposições, sentenças ou o que quer que se tome como portador de verdade) retrata ou reflete a estrutura dos fatos”. Assim sendo, a estrutura do portador de verdade deve ser a mesma ou similar à estrutura do fato. Russell (1912 apud KIRKHAM, 2003 p.174), com sua teoria da crença, pode ser enquadrado como um defensor de tal versão da teoria da correspondência. Segundo Russell, verdade envolveria uma congruência entre duas noções complexas; uma crença, que é uma entidade complexa, é verdadeira quando ela corresponde a um outro complexo, e é falsa quando não corresponde.

---

<sup>71</sup> Embora Young fale em fatos, ele admite que um defensor da teoria da correspondência não está necessariamente comprometido com uma ontologia. Não há a obrigação de aceitar fatos como um tipo de entidade metafísica, visto que poderia se abandonar esta noção pela de condições de verdade. Falar de fatos é, meramente, mais conveniente. “A fact is simply whatever in the world makes a statement true. The best description of the truth conditions of a statement, the fact that makes it true, is generally provided by statement itself” (YOUNG, 2002. p. 123)

Uma correspondência como congruência será, assim, constituída por duas entidades complexas estruturadas. David (1994) assumirá, em um primeiro momento, que estas entidades são sentenças e fatos. As sentenças seriam constituídas por palavras e frases, e os fatos, por coisas, objetos físicos, propriedades e relações e, talvez, por conjuntos e funções. A explicação de como sentenças correspondem a fatos teria como base a explicação de como os constituintes das sentenças corresponderiam aos constituintes dos fatos. Com isso, teríamos uma série de relações de correspondência adicionais e, de certo modo, ocultas. Nesta perspectiva, David usa uma terminologia quineana, afirmando que uma correspondência como congruência teria uma parte ideológica, a qual irá se preocupar com estas relações adicionais – tal parte culmina em uma teoria semântica com o intuito de explicar como as partes da sentença referem-se às partes do fato –, e uma parte ontológica, que deveria explicar como os constituintes simples dos fatos combinam-se dentro de complexos, ou seja, identificar a “cola” que mantém os constituintes unidos em um todo. Para Kirkham (2003), contudo, parece que a mera congruência é condição necessária e suficiente para a correspondência<sup>72</sup>.

A correspondência como correlação, por outro lado, mantém que a estrutura da sentença simplesmente determina a estrutura do fato. De acordo com esta versão da teoria da correspondência, todo portador de verdade está correlacionado a um estado de coisas<sup>73</sup>. Caso o estado de coisas aconteça, então o portador de verdade é verdadeiro. Contudo, “a correlação é resultado de convenções linguísticas, que são elas mesmas o resultado do desenvolvimento histórico da linguagem” (KIRKHAM, 2003, p. 173-174). Neste sentido, a correspondência entre um portador de verdade e o mundo não seria nada mais do que uma mera estipulação arbitrária ou convencional.

De acordo com Kirkham, quem teria defendido essa posição é J. Austin. Na visão de Austin (1950 apud KIRKHAM, 2003, p. 180), a concepção de correspondência como congruência é ineficaz, pois ela não consegue explicar certos pontos como, por exemplo, que em certas linguagens utiliza-se apenas um termo ou

---

<sup>72</sup> Kirkham defende que teorias como a de Russell, que assumem a existência de certas entidades independentes da mente, são consideradas teorias da verdade realistas. Uma teoria da verdade realista sustenta, conforme Kirkham, que para uma sentença, crença, proposição ou o que for ser verdadeira é preciso a ocorrência de um fato ou estado de coisas independente da mente.

<sup>73</sup> Essa noção será discutida a seguir.

uma expressão simples para apresentar certas situações no mundo. Tais expressões simples não são isomórficas àquilo que elas deveriam corresponder. O fato de certas expressões refletirem algo no mundo teria, para Austin, apenas um caráter de eficiência linguística. Além disso, na teoria de Austin encontramos dois tipos de convenções: convenções descritivas, as quais correlacionam sentenças com tipos de estados de coisas; e convenções demonstrativas, as quais correlacionam afirmações com estados de coisas históricos. Em Austin (1970, p. 121-122) lemos:

Convenções *descritivas* correlacionam as palavras (= sentenças) com os tipos de situação, coisa, evento, etc., encontrado no mundo.  
 Convenções *demonstrativas* correlacionam as palavras (= afirmações) com situações *históricas*, etc., encontradas no mundo.  
 Uma afirmação é dita verdadeira quando o estado de coisas histórico ao qual ela está correlacionada por convenções demonstrativas (aquele a que ela se refere) é de um tipo com o qual a sentença usada para fazê-la esteja correlacionada por convenções descritivas.

Contudo, segundo Kirkham, Austin não especifica claramente em que consistiria a natureza de tais tipos de convenções. E essa falta de clareza no que tange a convenções acaba por criar uma série de problemas à teoria de Austin. Esses problemas, entretanto, não vêm ao caso aqui.

Mas, independentemente das diferenças entre as versões sustentadas por Austin e por Russell, correspondência como correlação e correspondência como congruência, ambas defendem que certas condições necessárias e suficientes para a verdade devem ser satisfeitas<sup>74</sup>. Essas condições são: primeiro, a existência de fatos ou estados de coisas independentes da mente, e, segundo, que haja uma conexão entre o portador de verdade e o fato.

Deparamo-nos, conseqüentemente, com a noção muito provavelmente mais cara à teoria da verdade como correspondência: a noção de fato. O que são estes pretensos fatos, os quais são os correspondentes dos portadores de verdade? E por que eles devem ser tomados, dentro das teorias da correspondência, como fazedores de verdade? A resolução destas questões é absolutamente essencial para se compreender os aspectos fundamentais da crítica que um defensor da teoria da verdade como identidade faria ao teórico da correspondência, embora Frege (1997),

---

<sup>74</sup> Segundo Kirkham (1992), Austin insere em sua teoria da verdade uma teoria do significado e Russell insere uma teoria da crença. A inserção desses elementos acaba, em um primeiro momento, ofuscando as similaridades fundamentais entre as duas teorias.

por exemplo, não discuta isso em *Der Gedanke*. De acordo com o primeiro, a concepção de fato da teoria da correspondência é completamente errada. Principalmente porque fatos não são fazedores de verdade. Essa tese sustentada por um teórico da correspondência não passaria de um mito. Mas, antes, vejamos o que diz a teoria da correspondência.

Versões bastante simples da teoria da verdade como correspondência<sup>75</sup> assumem, por exemplo, que proposições ou sentenças são portadores de verdade e que para cada proposição/sentença verdadeira existe um único fato (*single fact*) no mundo com o qual ela corresponde e que a faz (*makes it*) verdadeira. Mesmo sendo improvável que está concepção se sustente, uma vez que é duvidoso que exista um fato para cada proposição verdadeira, é necessário, de qualquer maneira, uma explicação do status ontológico desses fatos. Primeiramente, Newnam (2002, p. 8) afirma que há duas abordagens acerca da natureza dos fatos: uma abordagem composicional de fatos e uma visão linguística.

A abordagem composicional assume que existem certas coisas reais e considera que um fato é obtido a partir da união de tais coisas. Como consequência, um fato, por ser composto por unidades reais, também seria uma espécie de unidade real. Esta visão de fatos é considerada como a visão clássica e pode ser atribuída a Russell, Wittgenstein e Armstrong. Em Armstrong (1997) isso se encontra de maneira extremamente clara.

Armstrong (1997) afirmará que estados de coisas (Armstrong usa esta terminologia ao invés de fato)<sup>76</sup> são compostos. Contudo, para explicitar a composição dos estados de coisas, Armstrong apela para a doutrina fregeana da insaturação de conceitos. Como vimos anteriormente (cap. 2.1.3), Frege, em *Über Begriff und Gegenstand*, realiza uma distinção entre objetos e conceitos. As primeiras entidades são saturadas, ou seja, não necessitam de complementação,

<sup>75</sup> Chamadas por Newman (2002) de *naïve versions*.

<sup>76</sup> A maioria dos autores utiliza, indiscriminadamente, fatos e estados de coisas como sinônimos. Entretanto, David (1994) e Kirkham (1992) realizarão algumas distinções. David (1994) argumentará que sentenças representam de alguma maneira estados de coisas. Quando o estado de coisas é obtido, então a sentença é verdadeira. Caso contrário, quando o estado de coisas não é obtido, a sentença é falsa. Por sua vez, sentenças que não representam estados de coisas, não são nem verdadeiras, nem falsas. A noção de fato é inserida como sendo o mesmo que um estado de coisas obtido. Assim, estados de coisas não obtidos não são fatos. Kirkham (1992) afirmará que a noção de fato é menos ampla que a de estado de coisas. De acordo com ele, fatos são estados de coisas que acontecem no mundo real. Todo fato seria um estado de coisas, mas não o contrário. Entre os estados de coisas encontramos fatos potenciais, ou seja, aqueles fatos que não acontecem no mundo real como, por exemplo, 'x é um quadrado redondo'.



enquanto que os conceitos são insaturados, necessitam de algo que os complemente. Nesse contexto, para Armstrong, um estado de coisas como 'a sendo *F*' seria dividido em duas partes: 'a' como um particular e '*F*' como a propriedade universal tida por 'a'. '\_\_\_ sendo *F*' seria uma apresentação adequada de um universal. Esse universal é chamado de *estado de coisas tipo (state-of-affairs type)*, e a inserção de um particular nesta estrutura insaturada, por meio da cópula, daria origem a uma entidade complexa, isto é, daria origem a um fato.

A visão linguística dos fatos, por outro lado, segundo Newman (2002), parte de certas expressões linguísticas e destaca algumas delas na explicação de sua forma linguística como descrevendo estados de coisas. Os estados de coisas seriam introduzidos simplesmente como as entidades descritas por tais expressões. A consequência disso é que haveria uma grande quantidade de estados de coisas, já que existe um grande número de possíveis expressões linguísticas do tipo certo. Austin, segundo Newman (2002, p. 140), pode ser aproximado dessa visão linguística dos fatos.

Embora essa distinção entre duas abordagens acerca dos fatos seja de certo modo esclarecedora, ainda não fica claro qual o status ontológico dos fatos. É importante discutir isso, pois a teoria da verdade como identidade possui uma concepção ontológica de fatos e esta concepção, ao menos com respeito a versão modesta da teoria, não é compartilhada com as teorias da correspondência. Newman (2002, p. 141) apresenta quatro possibilidades para lançar luz a questão. As três primeiras possibilidades são consistentes com a abordagem composicional dos fatos, e a última, com a visão linguística. Lemos em Newman (2002, p. 141):

1. Fatos são unidades reais, no sentido de serem eles mesmos coisas com poderes causais. Fatos, então, seriam particulares como coisas ordinárias e habitariam o reino espaço temporal.
2. Fatos são unidades reais, não no sentido de serem eles mesmos unidades com poderes causais, mas porque eles contribuem de algum modo para os poderes causais de outras unidades.<sup>77</sup>
3. Fatos são unidades arbitrárias ou ficcionais e não são reais em nenhum sentido. Assim como o pensamento de Russell sobre as classes.

---

<sup>77</sup> Em Frege, parece que temos uma concepção de fato nesse estilo. Fatos são entidades reais e em *Der Gedanke* (1997, p. 344) ele afirmará que, embora fatos não tenham poderes causais, ainda assim eles podem ter consequências nas ações daquele que os apreende. É possível que um pensamento verdadeiro (um fato para Frege) contido em uma sentença pertencente a ciência, por exemplo, tenha influência indireta no mundo exterior. A própria comunicação de um pensamento por aquele que o apreendeu cria certas modificações no mundo.

4. Fatos não são nenhum tipo de unidade, mas são explicados pela forma como locuções factuais são usadas, de modo que falar sobre fatos é simplesmente um modo geral de falar de como as coisas são no mundo.

Normalmente, as concepções de fato sustentadas pelas teorias da correspondência fazem parte do grupo 1. Dodd (2000), ao construir sistematicamente uma teoria da verdade como identidade, irá atacar a ideia de que uma sentença ou proposição tem relatos no mundo (*have wordly relata*). A concepção de fato como sendo constituído por unidades reais, um objeto e uma propriedade, é chamada por Dodd de concepção robusta de fato (ver 1.2.2). Tais fatos desempenhariam o papel de fazedores de verdade.

Na perspectiva de Newman (2002), em oposição a Dodd (2000), os fatos parecem ser as entidades adequadas para serem os fazedores de verdade. Para toda sentença existe um fato e, em virtude deste fato, a sentença é verdadeira. Mas há motivos para se suspeitar de fatos como fazedores de verdade, posto que a noção de correspondência parece ser artificial. Contudo, Armstrong (1997) apresenta um argumento para a existência de estados de coisas (fatos) e, de certo modo, justifica seu papel como fazedores de verdade. O argumento é chamado de *truth-maker argument* (argumento do fazedor de verdade).

O argumento consiste basicamente no seguinte: toma-se o caso de um particular  $a$  que instancia um universal  $F$ , isto é, ' $a$  é  $F$ '. A primeira questão posta por Armstrong é que deve haver algo no mundo que torne essa sentença verdadeira, que sirva como o que ele chama de fundamento ontológico para sua verdade. Primeiramente,  $a$  deve ser excluído desse papel, uma vez que  $a$  é tomado simplesmente como um particular à parte de suas propriedades. Poder-se-ia pensar que o par  $a$  e  $F$  desempenharia o papel em questão. Contudo, mesmo indo na direção certa, segundo Armstrong, seria possível pensar em  $a$  e  $F$  como existentes e ainda assim  $a$  não sendo  $F$ . " $F$  pode ser instanciado em outro lugar" (ARMSTRONG, 1997, p. 115). Para que ' $a$  é  $F$ ' seja verdadeira, há a necessidade de algo que faça com que isso seja verdadeiro e este algo deve ser alguma unidade no mundo. O melhor e mais óbvio candidato é o estado de coisas de  $a$  sendo  $F$ . Conforme Armstrong, nesse estado de coisas (fato),  $a$  e  $F$  são unidos<sup>78</sup>. A aceitação do *truth-maker argument* tanto para a existência de estados de coisas, bem como para a

<sup>78</sup> Dodd (2000, p. 3) define o argumento por meio do seguinte princípio: "Para uma (proposição) ' $p$ ' ser verdadeira, existe pelo menos uma entidade, distinta de ' $p$ ', cuja existência implica que ' $p$ ' é verdadeira". Este é o princípio TM, citado no capítulo inicial.

aceitação deles como aquilo que faz com que sentenças sejam verdadeiras, não traz consigo, segundo Armstrong, qualquer consequência indesejável ou inaceitável.

Assim, por questões vinculadas ao objetivo do capítulo, coloco uma pedra sobre a questão e tomo fatos ou estados de coisas, no interior das teorias da correspondência, como unidades reais e, por conseguinte, como fazedores de verdade, uma vez que é esta, comumente, a posição defendida pelos teóricos da correspondência e também porque é a imagem que os defensores da teoria da verdade como identidade irão sustentar<sup>79</sup>. Sentenças ou proposições verdadeiras corresponderiam a fatos e estes fatos, como entidades no mundo, tornariam as sentenças ou proposições verdadeiras. Há uma série de críticas construídas contra a teoria da correspondência e uma série de problemas adicionais que ela deve resolver, principalmente com respeito à falsidade, mas tais discussões necessitariam de um espaço muito maior do que o disponível. No capítulo 4, algumas questões serão retomadas, mas antes, na próxima subseção, veremos a crítica que Frege constrói a esta tentativa de definir o conceito de verdade.

### **3.1.2 Os argumentos de Frege contra a Teoria da Verdade como Correspondência**

Um dos aspectos mais importantes da concepção fregeana de verdade diz respeito a sua rejeição da tese de que este conceito possa de alguma maneira ser definido. Essa posição de Frege tem como alvo qualquer tentativa de definir verdade, mas, especialmente, a teoria da verdade como correspondência. Em *Logik* e em *Der Gedanke*, é possível encontrar os principais argumentos de Frege contra a possibilidade de definição do conceito. Além disso, na literatura secundária há uma vasta discussão sobre esse tema, ressaltando, principalmente, a parte final do argumento de Frege, a saber, o *argumento do regresso*. Essas discussões são encontradas, por exemplo, em Dummett (1973), Soames (1998), Ricketts (2005), Levine (2005) e Sluga (2005). Buscarei reconstruir, primeiramente, a crítica de Frege

---

<sup>79</sup> É importante ressaltar que Frege não tem essa posição. Em nenhum momento ele irá dizer que as tentativas de definir verdade como correspondência entendem fatos desta maneira. O problema dele com a teoria da correspondência é que ela tenta definir verdade por meio de uma relação entre uma ideia e algo no mundo e isso é psicologismo. Além disso, e principalmente, as entidades que entram nessa relação possuem naturezas diferentes, o que impossibilitaria uma relação de correspondência.

localizada nos dois textos citados para, em seguida, apresentar a discussão na bibliografia.

Dentro da concepção fregeana de lógica, o conceito de verdade angaria um status muito especial. Tanto em *Logik* como em *Der Gedanke*, Frege enfatiza a centralidade que esta noção possui. Para a lógica, verdade é tão importante e central como são para a Ética e a Estética os conceitos de Bem e de Belo. E, nesse sentido, “a palavra ‘verdadeiro’ assinala o objeto da lógica” (FREGE, 1997, 325). Porém, a explicação adequada deste predicado somente pode ser dada através daquilo que Frege denomina ‘leis do ser verdadeiro’.

Nesse sentido, a tarefa da lógica consiste em descobrir as leis da verdade, do ser verdadeiro (*Wahrsein*), diferentemente de outras ciências, como a física ou a química que tem como meta descobrir verdades particulares. As leis da verdade são descritivas, tais como as leis da natureza, não admitindo exceção, são elas que de certo modo nos ensinam como deve ser o pensar logicamente correto. Nesse ponto, contudo, há a necessidade de distinguir, como visto em 2.2, entre ser verdadeiro e tomar como verdadeiro, isto é, entre lógica e psicologia. O conceito de verdade não pode ser reduzido a algo psicológico.

Para uma análise adequada do conceito de verdade, é necessário delimitar a que tipo de coisas é possível aplicar o predicado ‘verdadeiro’. Na linguagem cotidiana, o predicado de verdade surge em várias situações que, logicamente falando, são irrelevantes. Fala-se, por exemplo, de verdadeiro amigo, sentimento verdadeiro ou, até mesmo, verdade de uma obra de arte. Além disso, ‘verdadeiro’, no sentido lógico, não deve ser confundido com ‘verídico’ ou ‘veraz’. Todos estes usos do predicado de verdade são, conforme Frege (1997, p. 326), usos que não constituem o objetivo da ciência.

Em *Der Gedanke* (1997, p. 326), Frege defende que verdade assume a forma linguística de um adjetivo e é atribuída a imagens, ideias ou representações, sentenças e pensamentos. As sentenças são concebidas como conjuntos de sons ou imagens em um papel que carregam um conteúdo objetivo chamado de pensamento (*Gedanke*). Tais pensamentos são os portadores primários de verdade. Mas nem todas as sentenças podem receber um valor de verdade ou conter um pensamento neste sentido. Sentenças que expressam exclamação, imperativas ou interjeitivas, não podem ser verdadeiras nem falsas.

As imagens, por sua vez, objeto perceptível através dos sentidos, podem ser chamadas de verdadeiras quando houver uma *intenção*<sup>80</sup>, quando ela está no lugar de algo, representando alguma coisa. Do mesmo modo ocorre com as representações que somente podem ser verdadeiras quando corresponderem a algo. Nesse sentido haveria uma espécie de relação de correspondência entre uma imagem ou entre uma ideia e um objeto real. Isso, entretanto seria uma espécie de definição psicologista de verdade.

Contudo, em *Logik* (1979, p.128), Frege afirma explicitamente que seria inútil empregar uma definição para esclarecer aquilo que se entende pela palavra 'verdadeiro'. Ao se dizer, por exemplo, que uma determinada ideia é verdadeira, no caso dela concordar com a realidade, já necessitaríamos ter em mãos aquilo que pretendemos definir. Essa afirmação contém o núcleo da crítica de Frege à teoria da verdade como correspondência e é retomada por ele de maneira mais clara em *Der Gedanke*, onde ele apresenta três argumentos (ou um argumento composto de três partes) para a refutação desta teoria. No trecho que segue Frege (1997, p 326-327) apresenta sua crítica:

Podemos, pois, presumir que verdade consiste em uma correspondência entre uma imagem e seu objeto. Mas correspondência é uma relação. Isto porém se choca com o modo habitual de se usar a palavra "verdadeiro", que não é uma palavra relacional e nem contém nenhuma indicação de nada com o qual algo deva corresponder. Se ignoro que uma imagem é suposta representar a Catedral de Colônia, então não sei com que comparar esta imagem a fim de decidir sobre sua verdade. Uma correspondência só pode ser perfeita quando as coisas em correspondência coincidem; quando não são coisas distintas. Para verificar a autenticidade de uma cédula é preciso superpô-la a uma cédula autêntica. Mas seria ridículo tentar superpor uma moeda de ouro a uma cédula de vinte marcos. A superposição de uma coisa por uma ideia só seria possível se a coisa fosse também uma ideia. E se a primeira correspondesse perfeitamente à segunda, então ambas coincidiriam. Ora, isto é justamente o que não se quer, quando se define a verdade como a correspondência entre uma ideia e um objeto real. Pois é absolutamente essencial que o objeto real seja distinto da ideia. Mas se assim for, não pode haver correspondência perfeita, verdade perfeita. Assim sendo, nada seria verdadeiro, pois o que é apenas parcialmente verdadeiro não é verdadeiro. A verdade não admite um mais ou menos. Ou será que admite? Não se poderia estabelecer que há verdade quando a correspondência se dá sob determinado aspecto? Mas sob qual aspecto? O que deveríamos fazer, então para decidir se algo é verdadeiro? Deveríamos investigar se é verdadeiro que, digamos, uma ideia e um objeto real se correspondam segundo o aspecto estabelecido. E, do mesmo modo, novamente nos defrontaríamos com uma pergunta do mesmo gênero que a anterior, e o jogo recomeçaria uma vez mais. Assim malogra qualquer outra

---

<sup>80</sup> Dummett (1973, p. 442) afirmará que a verdade de uma pintura é relacional, isto é, podemos dizer que uma pintura é ou não verdadeira se conhecermos o outro termo da relação, a saber, o objeto que ela representa e, além disso, se ela corresponde rigorosamente àquilo que ela pretende representar.

tentativa de explicar verdade como correspondência. E malogra também qualquer outra tentativa de definir o ser verdadeiro. Pois numa definição cumpre indicar certas notas características da verdade; e ao aplicá-la a um caso particular surgiria novamente a questão de se é verdadeiro que tais notas são constatadas. E assim nos moveríamos em círculo. Por conseguinte, é provável que o conteúdo da palavra “verdadeiro” seja único e indefinível.

O primeiro argumento utilizado por Frege em sua crítica baseia-se nas diferentes categorias ou mesmo funções lógicas das noções de propriedade e de relação. Ao tomarmos que verdade é uma propriedade<sup>81</sup> de sentenças ou de ideias e uma sentença ou ideia é dita verdadeira no caso dela corresponder com algo, então nos deparamos com um problema. Uma propriedade, apesar de Frege não dizer isso, é uma qualidade intrínseca ou extrínseca de objetos, uma qualidade especial, particularidade de algo. Na sentença ‘a neve é branca’ a qualidade de ser branca representa uma propriedade da neve. Nas sentenças onde são expressas propriedades encontramos apenas um lugar vazio, como por exemplo, ‘a neve é x’, ou ‘x da neve’ onde ‘x’ deve ser completado com algo, no caso ‘branca’ ou ‘a brancura’, respectivamente.

Em uma relação, diferentemente, está se fazendo uma vinculação entre duas coisas. Relacionar coisas é vinculá-las entre si, e, nesse sentido, é possível falar em correspondência entre dois objetos distintos. Ao dizer ‘João é mais velho do que Pedro’, construímos uma relação entre dois objetos, João e Pedro. Em uma relação, temos dois lugares vazios que necessitam de complemento: ‘x é mais velho do que y’ ou ‘x corresponde a y’ são exemplos de relações. Na visão de Frege, correspondência assume a característica de ser uma relação.

Por meio desta distinção entre propriedade e relação, Frege edifica o seu primeiro argumento contra as teorias da correspondência. Soames (1998) apresenta o argumento de Frege de uma maneira bastante simples, afirmando que sua conclusão aplica-se não apenas a pinturas, mas também a outros portadores de verdade, como sentenças e proposições. O argumento é construído por Soames (1998, p. 24) do seguinte modo:

---

<sup>81</sup> Para Frege, como visto na seção 2.3.1, o predicado ‘verdadeiro’ não é um predicado no sentido tradicional. Mesmo assim, de um ponto de vista metodológico, ele assume essa posição para tentar mostrar os erros da teoria da correspondência. No escrito póstumo *My Basic Logical Insights*, para citar um exemplo, Frege afirmará: “A palavra ‘verdadeiro’ não é um adjetivo no sentido ordinário” (1997, 9. 251).

1. Gramaticamente, 'verdadeiro' é um predicado aplicado a objetos individuais e deve referir-se a uma propriedade, se ele refere-se a algo.
2. Correspondência é uma relação tida entre pelo menos dois objetos.
3. Assim, verdade não é correspondência – isto é, a palavra 'verdadeiro' não se encontra em uma relação de correspondência (posto que ela não se encontra em nenhuma relação).

Dito de outra maneira, gramaticalmente a palavra 'verdadeiro' é um adjetivo e os adjetivos são modos de atribuição de uma propriedade. Como correspondência não é uma propriedade, e sim uma relação, verdade não pode, conseqüentemente, consistir em correspondência. 'X corresponde a y' funciona como um predicado relacional, da mesma maneira que 'João é mais velho do que Pedro'. Por outro lado, nas sentenças 'é verdade que x' ou 'a sentença x é verdadeira', faz-se uso de predicados que somente possuem um local livre.

Embora a conclusão do argumento seja correta, ela não tem força contra as teorias da verdade como correspondência. Para Soames (1998, p. 24), as teorias da correspondência, sejam elas corretas ou não, não são afetadas por esse argumento de Frege porque 'verdadeiro' não quer dizer 'corresponder a', ou que esta propriedade é idêntica à relação de correspondência. Na verdade, essas teorias irão defender que verdade é uma propriedade relacional, ou seja, a propriedade de corresponder a alguma coisa na realidade. Um exemplo disso ocorre quando se diz 'x é pai'. Nesse caso, ser pai é uma propriedade, mas uma propriedade relacional, uma vez que todo pai é pai de alguém. A propriedade de ser pai, conforme Soames (1998, p. 24), não é idêntica à relação de paternidade, posto que a primeira é associada a indivíduos e a segunda, a pares de indivíduos. Nas teorias da correspondência aconteceria algo similar entre verdade e correspondência, e isso enfraquece o argumento de Frege.

Entretanto, parece que o próprio Frege percebeu a fraqueza do argumento ao tomar, metodologicamente, na seqüência de *Der Gedanke*, que verdade poderia consistir em correspondência. Nesse ponto, ele entra no seu segundo argumento, que é uma *reductio ad absurdum*. Assume a posição defendida pelos teóricos da correspondência e leva essa posição às últimas conseqüências na tentativa de refutá-la. Esta *reductio ad absurdum* funda-se em uma distinção entre dois tipos diferentes de correspondência: por um lado, uma correspondência perfeita e, por outro lado, uma correspondência apenas parcial. A correspondência perfeita parece ser um tipo de correspondência como congruência, pois assume que as entidades

necessitam ter uma estrutura idêntica. A correspondência parcial, por sua vez, possivelmente estaria vinculada com uma correspondência como correlação.

Assim, a primeira espécie de correspondência deveria supor que a verdade de uma sentença  $p$ , por exemplo, somente poderia ser alcançada se  $p$  fosse idêntica ao fato com o qual ela devesse corresponder. Entretanto,  $p$  e o fato com o qual esta sentença corresponde são coisas diferentes. Uma correspondência para ser perfeita necessitaria que as duas entidades em questão pertencessem ao mesmo plano, ou seja, fossem ambas sentenças ou ambos fatos. O exemplo utilizado por Frege (FREGE, 1997, p. 327) para aclarar esse ponto é aquele da tentativa de determinação da autenticidade de uma cédula. Para determinar se uma cédula é autêntica, seria preciso compará-la, superpô-la a outra cédula, a uma cédula cuja autenticidade é garantida. Não faria sentido, contudo, compará-la a algo distinto dela, tal como uma moeda. Consequentemente, de acordo com a definição de correspondência, verdade não pode ser perfeita, uma vez que há a necessidade de que os objetos que entram nessa relação sejam objetos distintos. “Uma verdade supostamente é distinta do fato que ela corresponde” (SOAMES, 1997, p. 24).

Por outro lado, se tomarmos verdade como sendo apenas parcial, defrontamo-nos com outra questão que para Frege é bastante significativa. O conceito de verdade não é algo que admite graus: ou uma sentença assertiva completa é verdadeira, falsa ou não tem valor de verdade. Não faria sentido, dentro de sua concepção lógica, falar de sentenças que são parcialmente verdadeiras. “... o que é parcialmente verdadeiro não é verdadeiro. A verdade não admite um mais ou menos” (FREGE, 1997, p.327)<sup>82</sup>.

Com isso, verdade como correspondência não poderia nem ser perfeita, já que isto implicaria identidade<sup>83</sup>, e nem ser parcial, pois Frege assume que este conceito é simples, primitivo e não admite qualquer graduação. Apesar disso, Frege indaga se não haveria a possibilidade de pensar verdade acontecendo sob um determinado aspecto, ou seja, pensar que uma ideia e um objeto real ou uma sentença e um fato correspondessem sob um ponto de vista específico. Essa suposição dá origem à parte final da argumentação fregeana contra as teorias da

<sup>82</sup> No escrito póstumo *Logik* de 1897 (1979, p. 126) já encontramos essa tese.

<sup>83</sup> Como será exposto no próximo capítulo, Thomas Baldwin (1991, p. 49) irá defender que esta posição fregeana constituirá o argumento principal para negar a sua defesa de uma teoria da verdade como identidade. Dodd/Hornsby (1992), entretanto, criticarão fortemente Baldwin, afirmando que o alvo de Frege é apenas as teorias da correspondência.



correspondência e é denominada pela maioria dos autores, como já foi dito, *argumento do regresso*. Tal argumento é reconstruído por vários autores da literatura. Tomo como base Soames (1998) – que afirmará que o argumento segue por dois caminhos: um enfatizando regresso e o outro, circularidade –, Ricketts (2005) e Dummett (1973). Basicamente, a reconstrução do argumento se assemelha em muito nesses autores, variando em poucos aspectos. O que importa é que eles concordam que qualquer tentativa de definição de verdade como correspondência irá pressupor o conceito que ela busca definir.

Dummett (1973, p. 442-443) afirmará que, na perspectiva de Frege, verdade não pode ser reduzida a outra coisa mais fundamental. Ao se pensar que a verdade de uma determinada sentença possa consistir em algum gênero de correspondência com outra coisa, chamada, por Dummett, de  $W$ , então, para determinar se esta correspondência é obtida, seria necessário investigar a verdade de outra sentença. Esta sentença adicional seria ‘Esta sentença corresponde com  $W$ ’. Se a verdade desta última sentença consistisse, por sua vez, em sua correspondência com alguma coisa adicional,  $W^*$ , então, para determinar sua verdade, precisaríamos investigar a verdade da sentença ‘A sentença “Esta sentença corresponde com  $W$ ” corresponde com  $W^*$ ’. Tal situação leva a um regresso ao infinito. Além disso, a verdade de uma sentença não é relacional. Na ontologia fregeana, segundo Dummett (1973, p. 442), fatos não são constituintes da realidade, do reino da *Bedeutung*, mas do reino do sentido. Um pensamento não é verdadeiro somente no caso dele corresponder com um fato. Se ele é verdadeiro, então ele é um fato e não existem duas coisas entre as quais uma comparação deve ser feita a fim de descobrir se elas correspondem<sup>84</sup>.

Ricketts (2005, p. 236) estabelecerá o argumento de modo bastante similar ao de Dummett. Assim como Dummett (1973), Ricketts também afirma que a verdade de ideias ou de imagens, em última instância, é reduzida à verdade de sentenças que expressam pensamentos. A definição de verdade da teoria da correspondência, assim, irá aplicar a definição para determinar, por exemplo, que a ideia representando ‘Sócrates é mortal’ corresponde com a realidade. Este ato implica, para Ricketts (2005), fazer um juízo, no caso, que certa ideia tem certa propriedade. Fazer isso, entretanto, requer uma segunda aplicação da definição, a saber, a ideia

---

<sup>84</sup> Dodd (2000, p. 114) considerará de extrema importância esta afirmação de Dummett para a construção da versão fregeana da teoria da verdade como identidade.

representando a correspondência entre a ideia Sócrates sendo mortal com a realidade. Dito de modo mais simples, para julgar que  $p$  é preciso, anteriormente, julgar que  $p$  corresponde com a realidade. E isso leva a um regresso.

Ricketts (2005) defende que a crítica de Frege a teoria da correspondência tem como pano de fundo suas disputas com o psicologismo e com o empirismo. A definição de verdade dada pelas teorias da correspondência seria, de certo modo, uma definição psicologista de verdade. Ela tomaria entidades mentais como inseridas na relação de correspondência. A maior motivação que levaria Frege a rejeitar esta definição, para Ricketts (2005, p. 236), consiste na concepção fregeana de juízo, a qual se reflete em sua concepção da própria lógica. No argumento do regresso, a concepção de juízo tem um papel fundamental e tiraria a aparência que o argumento é um mero sofisma como defende Dummett (1973, p. 443). Na visão empirista, juízos são conjuntos de representações mentais. Desse modo, a verdade de juízos sobre corpos materiais deveria consistir em alguma concordância entre as representações e os corpos que elas representam. Contudo, conforme Frege (1997, p. 329), um juízo não tem nada de subjetivo, ele consiste no reconhecimento da verdade de um pensamento. O argumento do regresso, como consequência, teria como meta rejeitar a identificação de pensamentos com alguma série de objetos na ordem espaço-temporal.

Soames (1998, p. 25), por sua vez, reconstruirá o argumento de Frege de duas maneiras diferentes, uma delas realçando o regresso e outra, a circularidade. A primeira maneira se assemelha às reconstruções de Dummett (1973) e Ricketts (2005) e não é necessário repetir. Já a segunda maneira de ver o desenrolar do argumento merece alguma ênfase. Supomos que verdade seja definível e que a definição seja a seguinte: *para qualquer proposição  $p$ ,  $p$  é verdadeira se e somente se  $p$  é  $T$* <sup>85</sup>. Nesse caso, decidir se uma proposição  $p$  é verdadeira envolve decidir se a proposição  $p$  é  $T$  é verdadeira. Contudo, isso é uma definição circular, pois, toda vez que indagarmos pela verdade de uma proposição, sentença ou pensamento  $p$ , teremos que saber se  $p$  é  $T$ . Posto que definições não podem ser circulares, conclui-se que verdade é indefinível.

Assim, tem-se de modo razoavelmente claro a estratégia argumentativa de Frege contra as teorias da verdade como correspondência. Na próxima seção,

---

<sup>85</sup>Conforme Soames (1998, p. 24).

examinarei as críticas contra o argumento de Frege, principalmente as de Dummett (1973) (1981) (1991) e Levine (2005). Juntamente, será analisada a concepção fregeana de definição encontrada no escrito póstumo *Logic in Mathematics* de 1914 (Frege, 1979) e em *On the Foundations of Geometry: Second Series* de 1906 (Frege, 1984). Isso é importante pois Levine (1996) afirmará que, embora Frege negue que verdade seja definível, ainda seria possível falar em elucidação do conceito.

### 3.1.3 A Tese da Indefinibilidade da Verdade e a Concepção Fregeana de Definição

A tese fregeana de que verdade seja um conceito indefinível se assenta em uma divisão entre dois tipos diferentes de conceitos: conceitos simples e conceitos complexos<sup>86</sup>. Conceitos complexos são aqueles conceitos que são constituídos por conceitos simples. Neste sentido, pode-se dizer que os conceitos complexos são capazes de serem definidos em termos de conceitos simples. Um exemplo tirado da matemática poderia ser o conceito 'triângulo'. Temos a possibilidade de analisar ou definir tal conceito por meio das notas características que o constituem: ângulo interno de  $180^{\circ}$ , três lados, etc.

Por outro lado, temos aqueles conceitos que não podem ser definidos ou analisados em termos de outros conceitos mais básicos. Estes conceitos simples possuem um status especial frente aos outros conceitos. São tão fundamentais e importantes que podem analisar outras coisas, mas não podem ser analisados por outros conceitos e nem mesmo ser analisados por si próprios. O ponto a discutir seria se o conceito de verdade pertence ao grupo dos conceitos simples. A resposta dada por Frege (1979, p. 126, 1997, p. 327) é positiva. Verdade é um conceito simples, primitivo, *sui generis* e indefinível. Contudo, para esclarecer porque o conceito de verdade é indefinível é preciso de antemão esclarecer o que Frege entende por 'definição'.

Em *On the Foundations of Geometry: Second Series* e, posteriormente, em *Logic in Mathematics*, Frege afirmará que, para a construção de um sistema de

---

<sup>86</sup> Está divisão não é apresentada por Frege, mas por Soames (1998, p. 24).

ciência, há a necessidade de determinar as leis de inferência e, por conseguinte, as redes de inferências que suportam todo o sistema. Nesse sentido, a procura por verdades primitivas é fundamental. Frege destaca três noções essenciais vinculadas a isto: axiomas, postulados e, principalmente, definições.

Os axiomas, segundo Frege (1979, p. 205), são aquelas verdades para as quais nenhuma prova pode ser dada e nenhuma prova sequer é necessária dentro do sistema. Os postulados, do mesmo modo que os axiomas, também são verdades, contudo estes introduzem a possibilidade de se fazer construções. Os postulados asserem a existência de algo com certas propriedades.

As definições, no entanto, diferentemente dos axiomas e postulados, não são fundamentais dentro do sistema. Para Frege, uma definição basicamente lida com signos. Em uma teoria ou em um sistema com um propósito científico há a necessidade de termos técnicos que consigam evitar as confusões da linguagem ordinária. Assim, para os fins da ciência, os termos têm de fixar *Bedeutung*, possibilitando que mal entendidos provenientes do uso ambíguo sejam evitados. A construção de uma ciência rigorosa necessita de uma linguagem rigorosa. Com isso, a partir da ideia de fixação de *Bedeutung*, surge a possibilidade de se substituir certos signos ou grupo de signos por outros que manteriam o sentido original. Um símbolo novo inserido por meio da definição teria como propósito facilitar e simplificar a expressão anterior sem que haja a alteração do conteúdo da mesma.

Porém, Frege (1979, p. 210) distingue entre dois tipos diferentes de definições. Por um lado, há as definições que ele chama *construtivas (aufbauende)*, as quais estão mais vinculadas a esta preservação de sentido e, por outro lado, as definições analíticas, nas quais haveria mudança de sentido. As definições construtivas são estipulações arbitrárias, ou seja, introduzem símbolos totalmente novos com base no sentido anteriormente dado. Para Dummett (1991, p. 18), Frege toma uma postura russelliana no que diz respeito às definições construtivas. De um ponto de vista lógico, elas são consideradas como pura abreviação, isto é, aquilo que define e a expressão definida mantêm o mesmo conteúdo. Uma definição, assim, seria composta por um *definiens* e por um *definiendum*. O *definiens* é o signo complexo ou o grupo de signos a ser substituído, enquanto que o *definiendum* é a expressão nova que substitui a anterior. As definições construtivas, desse modo, não passariam de manipulação arbitrária de símbolos, tautologias, portanto. Uma

definição, com isso, implicaria identidade de *definiens* e *definiendum*, não adicionando nada substancial ao nosso conhecimento.

Por outro lado, as *definições analíticas*, segundo Frege (1979, p. 210) não são estipulações arbitrárias. Elas consistem na tentativa de captar um sentido que está ligado a um termo já em uso, o qual não é originariamente introduzido pela definição. O signo em questão já tem um sentido e somente um signo que não tem sentido prévio poderia ser arbitrariamente introduzido.

Contudo em *Logic in Mathematics*, Frege (1979, p. 210) evita chamar definições analíticas de definições próprias, optando pelas definições construtivas. De tal modo, uma definição seria apenas uma estipulação arbitrária, a qual confere a um signo qualquer o sentido de um complexo de signos. Por exemplo, tomemos '2+1=3', onde '2+1' é um complexo de signos, o *definiens*, e '3' um signo introduzido arbitrariamente para substituir '2+1', isto é, o *definiendum*. O uso de '3' em vez de '2+1' simplifica os contextos nos quais o símbolo original seria utilizado. Com base nisso, a questão de se uma análise lógica é correta não faz muito sentido. Como a definição estipula o sentido de um signo, o efeito de uma análise lógica é articular o sentido claramente. "... as palavras, signos, expressões que são usadas devem ter um sentido claro, de modo que o sentido não é conferido a elas no próprio sistema pelo significado de uma definição construtiva" (FREGE, 1979, p.211).

O ponto aqui, com respeito ao conceito de verdade, é que dentro de um sistema científico não é possível alcançar uma definição de verdade. O argumento fregeano do regresso excluiria uma definição de verdade, seja em termos de correspondência, seja por qualquer outra relação possível. Como afirma Levine (2005, p.249), para compreender o argumento de Frege contra a definibilidade da verdade é preciso considerar sua visão de definição e também sua concepção de juízo. Em certos sistemas científicos, nem todos os termos podem ser definidos. Aqueles termos mais simples e fundamentais, os quais poderiam ser chamados de 'blocos de construção de um sistema', normalmente não conseguem ser definidos e nem mesmo analisados internamente. Como verdade é um conceito simples e primitivo na concepção fregeana, então, como consequência, não poderíamos defini-lo dentro do sistema.

Mesmo assim, em *On the Foundations of Geometry: Second Series*, Frege admite que os elementos primitivos constituintes de um sistema, embora indefiníveis

internamente, podem ser elucidados do lado de fora do sistema<sup>87</sup>. Lemos neste texto (1984, p. 300):

Nós devemos admitir logicamente elementos que são indefiníveis... Visto que definições não são possíveis para elementos primitivos, alguma outra coisa deve ser introduzida. Eu chamo isto de elucidação (*explication*). É isto, portanto, que serve ao propósito de mútua compreensão entre investigadores, bem como para a comunicação da ciência aos outros.

As elucidações teriam um caráter de auxílio na comunicação e compreensão de teorias científicas. Frege (1984, p. 301) enfatizará, logo a seguir, a importância pragmática das elucidações. “O propósito de elucidações é um propósito pragmático; e uma vez que o alcançamos devemos ficar satisfeitos com ele. E aqui, devemos ser capazes de contar com a boa vontade e compreensão cooperativa” (FREGE, 1984, p. 301). Como a mútua compreensão é fundamental na ciência, e no que tange a conceitos primitivos não temos definições, então o que nos resta são tentativas de elucidação de tais conceitos. Essas elucidações ou explicações muitas vezes são obscuras e, portanto necessitam de boa vontade e cooperação na compreensão, posto que elas se apresentam por meio de metáforas, modos figurativos de expressão, etc..

Tendo isso em mente, poderíamos pensar que o conceito de verdade admitiria elucidação. Em todas as obras onde Frege discute o conceito de verdade, encontramos características ou peculiaridades que talvez pudessem ser tomadas como elucidações. Contudo, Frege, com seu argumento do regresso, parece excluir a possibilidade de definição de verdade por meio de alguma relação qualquer como também exclui a possibilidade de elucidação de verdade em termos de correspondência. Ricketts (2005) e Levine (2005), entretanto, defenderão que o argumento de Frege em defesa da tese da indefinibilidade da verdade não sustenta esta conclusão forte e Levine (2005, p 259), inclusive, apelará a Wittgenstein no *Tractatus* (3.263). Pois, para Wittgenstein, elucidações não se encontram do lado de fora de um sistema. Ao contrário de Frege, que não dá nenhuma indicação que elucidações podem ser traduzidas na notação da *Begriffsschrift* e, portanto que não seriam capazes de dar conta do conceito de verdade, para Wittgenstein poderia se falar em elucidação correspondencial de verdade.

---

<sup>87</sup> Levine (2005 p. 249) defende uma posição semelhante. Segundo ele “o argumento do regresso exclui uma *definição* fregeana de verdade, mas, por si só, não exclui uma ‘*elucidação*’ correspondencial de verdade”.

Dummett (1973) também irá encontrar problemas no argumento do regresso de Frege. De acordo com Dummett (1973, p. 443), o raciocínio de Frege demonstrando que verdade é absolutamente indefinível dá a primeira impressão de ser sofisticado. A possibilidade do regresso não tem nada a ver com o fato de verdade ser definível ou não, pois, ao tentar descobrir que, por exemplo, a teoria da relatividade é verdadeira, seria necessário perguntar pela verdade da sentença ‘A teoria da relatividade é verdadeira’ e adicionalmente ‘A sentença “A teoria da relatividade é verdadeira” é verdadeira’, e assim por diante. Parece claro, para Dummett (1973), que, mesmo se tivéssemos uma definição de verdade, poderíamos construir este tipo de argumento. Além do mais, o próprio regresso não é vicioso. Ele somente será vicioso se, para determinar a verdade de um membro da série, seria desejoso determinar a verdade do próximo membro. Poderíamos nos contentar com ‘A teoria da relatividade é verdadeira’ e aplicar isso para determinar o valor de verdade de muitas outras sentenças.

Como consequência disso, segundo Dummett (1973, p. 443-444), o argumento de Frege não sustenta que verdade é completamente indefinível. Entretanto, ele consegue ter força contra a definição de verdade sustentada pelas teorias da correspondência. Lemos em Dummett (1973, p. 444)

... o regresso infinito pode ser neutralizado desde que o resultado da aplicação da definição de ‘... é verdadeiro’ para o exemplo específico “Frege morreu em 1925” é verdadeiro’ e que tal sentença é reduzida a sentença ‘Frege morreu em 1925’ e igualmente para todos os outros exemplos específicos.

As teorias da verdade como correspondência, porém, não conseguem satisfazer esta condição. Assim sendo, o argumento de Frege consegue, de certo modo, ter sucesso contra este alvo. Para Dummett (1973), portanto, a estratégia argumentativa fregeana não é capaz de demonstrar que verdade é indefinível, mas, mesmo assim, ela consegue colocar limitações em várias definições aceitáveis de verdade.

Levine (2005, p.254) concorda com Dummett (1973) sobre os problemas conectados ao argumento do regresso fregeano. Para ele o regresso ao infinito é gerado devido a uma má aplicação da definição, pois em uma definição os termos que constituem o *definiens* são eliminados ficando-se com o termo novo introduzido. Nesse sentido, uma definição de verdade não seria uma tentativa de introduzir a

palavra 'verdadeiro', mas sim de eliminar o uso já corrente da palavra. A noção de verdade, para Frege, já está presente no juízo em que aplicamos a definição. Percebe-se, com isso, que as noções de verdade e juízo estão fortemente ligadas. Para Frege, julgar que  $\emptyset A$  (o símbolo ou constante ' $\emptyset$ ', no exemplo de Levine, consiste apenas nos termos introduzidos sem apelar à noção de verdade) é reconhecer que é verdadeiro que  $\emptyset A$ .

Na notação da *Begriffsschrift* (1997, p.52), isso já fica bastante evidente. Um juízo sempre será expresso pelo símbolo ' $\vdash$ '. Como sabido, este é o primeiro signo introduzido por Frege na *Begriffsschrift*. ' $\vdash \emptyset A$ ' quer dizer que o conteúdo de uma proposição ' $\emptyset A$ ' está sendo asserido como verdadeiro. Tudo aquilo que estiver à direita da barra do juízo está sendo julgado.

Assim, fica manifesto que, toda vez que Frege falar em juízo, ele pressupõe o conceito de verdade. Como a visão fregeana de definição pode ser aplicada apenas a juízos que não pressupõem a noção definida, então não é possível eliminar o conceito de verdade em prol de noções mais básicas. Aplicar a definição de verdade requer fazer um juízo que não pressupõe a noção de verdade, e como, para Frege, fazer um juízo pressupõe a noção de verdade, então é impossível uma definição, uma explicação que não seja circular. Ao tomar que as noções de verdade e juízo são conceitualmente ligadas, exclui-se qualquer possível definição de verdade.

O argumento de Frege em favor da tese da indefinibilidade da verdade demonstra, resumidamente, ao menos três características fundamentais de sua concepção de verdade<sup>88</sup>.

Em primeiro lugar, que verdade não é apenas indefinível, mas também é um conceito *sui generis*. Frege pressupõe que o conceito de verdade é indefinível não porque é pressuposto no conteúdo de um juízo anterior à aplicação da definição, mas porque ele é necessário no ato de julgar algum conteúdo. "... verdade está refletida não em nosso uso da palavra "verdadeiro, mas ao contrário no ato de asserção" (LEVINE, 2005, P. 255)

Em segundo lugar, o argumento de Frege não atinge apenas uma característica da teoria da verdade como correspondência em especial, mas também é aplicável a teorias pragmáticas ou coerentistas da verdade. Os mesmos problemas encontrados nas teorias da correspondência podem ser encontrados nestas outras

<sup>88</sup> Isso é encontrado em Levine (2005, p. 257), por exemplo.



tentativas de definir verdade. O problema nessas teorias é o mesmo: é necessário, para aplicar a definição de verdade, ter de antemão a noção de verdade. O argumento é dirigido contra qualquer teoria que tente definir verdade.

O terceiro ponto é que o argumento de Frege exclui não só teorias substancialistas da verdade, nas quais verdade é definida por uma propriedade substancial, mas também teorias deflacionistas ou minimalistas, as quais defendem que o predicado ‘verdadeiro’ não faz nenhuma contribuição significativa às sentenças nas quais ele ocorre (ver cap. 1). Não entrarei em detalhes sobre isso, mas cabe ressaltar que a estratégia utilizada por Frege contra as teorias substancialistas é muito semelhante à utilizada contra as teses deflacionistas e minimalistas. Para Frege, mesmo que verdade possa ser refletida na forma da sentença assertiva, isso não implica, como defendem parte dos minimalistas, que verdade não tenha nenhuma natureza. A noção de verdade é necessária em Frege para julgar, em oposição a certas teorias minimalistas que fazem juízos sem precisar da noção em questão.

### 3.2 A concepção fregeana de *Bedeutung*

Frege efetuou uma distinção que talvez tenha sido uma de suas mais importantes contribuições para o desenvolvimento posterior de toda filosofia da linguagem: a distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*. O conceito de *Sinn* aparentemente não traz consigo complicações em sua interpretação, tanto que é traduzido como ‘sentido’ ou ‘sense’ e é tomado como o conteúdo objetivo de uma expressão ou sentença. Contudo, com respeito ao conceito de ‘*Bedeutung*’, não temos a mesma situação. Ele faz parte de um grupo de conceitos da história da filosofia bastante controverso. Ele é um conceito extremamente fundamental para a compreensão da filosofia fregeana, mas, ao mesmo tempo, de difícil interpretação e até mesmo de tradução. No alemão, esse termo significa tanto ‘sentido’, ‘significado’, ‘relevância’, ‘importância’, mas não ‘referência’. Em artigos como *Funktion und Begriff* e, principalmente, em *Über Sinn und Bedeutung*, Frege apresenta sua concepção de *Bedeutung* relacionada aos nomes próprios e às sentenças assertivas completas. No escrito póstumo *Ausführungen über Sinn und Bedeutung*, redigido possivelmente

entre 1892 e 1895, Frege discute esta noção também com respeito a termos conceituais.

Entretanto, na literatura sobre Frege não encontramos total concordância sobre a interpretação desta noção. Por um longo período optou-se, ao menos nas traduções inglesas, pelos termos '*reference*'<sup>89</sup> ou '*denotation*'<sup>90</sup>. Com o passar do tempo, alguns autores optaram por novas traduções, tais como '*meaning*', '*significance*', '*semantic role*', '*truth-value potential*', etc. O grande problema vinculado a isto é que nenhuma dessas interpretações é totalmente neutra com respeito à exegese do conceito de *Bedeutung*.

Michael Beaney (1997), em *The Frege Reader*, tradução inglesa de uma série de artigos e fragmentos de textos de Frege, identifica esse problema e defende que uma tradução ideal deveria estar baseada no chamado *princípio de neutralidade exegética*, ou seja, deveria se evitar produzir versões com o intuito de resolver as questões de interpretação. Beaney, inclusive, evita traduzir o termo, optando por mantê-lo no original. O problema é que Frege utiliza o termo *Bedeutung* em pelo menos dois sentidos bem claros. Em algumas passagens é possível interpretá-lo como '*referência*', como quando ele fala da relação de um nome com seu portador (1997, p. 153). Em outros momentos, podemos interpretar o termo como '*importância*', como, por exemplo, quando Frege argumenta que, para os propósitos da ciência, precisamos de *Bedeutung* e que a *Bedeutung* de uma sentença é aquilo que importa juntamente com o pensamento expresso por ela (1997, p. 157).

Posta a questão desta maneira, procurarei apresentar as principais teses de Frege encontradas, em sua maioria, em *Über Sinn und Bedeutung* para, em seguida, reconstruir as discussões na literatura secundária. Há três interpretações de '*Bedeutung*' que eu gostaria de focar. Primeiramente, apresentarei a interpretação 'clássica', isto é, '*Bedeutung*' como '*reference*' ou '*denotation*', as quais possuem, nesse contexto, praticamente o mesmo significado. Em seguida, discutirei a interpretação de Dummett (1973, 1981), o qual utiliza '*reference*' nestes dois livros, embora em outras obras tenha optado por '*meaning*'. O detalhe importante na interpretação de Dummett são as noções de '*semantic role*' e a ideia de que a relação tida entre um nome e seu portador serve como protótipo para a explicação da relação de referência para os outros tipos de expressões, inclusive sentenças.

<sup>89</sup> Dummett (1973), Sluga (1973) e (1980), Soames (1998).

<sup>90</sup> Burge (1986).

Por fim, tratarei da interpretação “revisionista” de Tugendhat, que optará por traduzir o termo alemão por ‘*significance*’, sendo que, na tentativa de buscar uma explicação unitária de ‘*Bedeutung*’ que fosse aplicável aos três tipos de expressões – nomes, sentenças e predicados –, ele insere um termo técnico, denominado ‘*truth-value potential*’.

### 3.2.1 A apresentação fregeana do conceito de *Bedeutung*.

A distinção fregeana entre *Sinn* e *Bedeutung* aparece pela primeira vez em *Funktion und Begriff* de 1891. Nas obras que antecedem este artigo, principalmente na *Begriffsschrift*<sup>91</sup> de 1879, Frege ainda não tinha em mãos estes dois termos técnicos. Ao invés de *Sinn* e *Bedeutung*, Frege fala em ‘conteúdo julgável’, aquilo que se julga importante dentro de um processo inferencial (FREGE, 1997 p. 49). Já em *Funktion und Begriff*, temos explicitamente a distinção entre as duas noções. Lemos no texto (2009, p.93),

Temos de distinguir assim sentido de *Bedeutung*. Certamente, “2<sup>4</sup>” e “4 . 4” têm a mesma *Bedeutung*, isto é, são nomes próprios do mesmo número, mas não têm o mesmo sentido. Daí terem “2<sup>4</sup> = 4<sup>2</sup>” e “4 . 4 = 4<sup>2</sup>” a mesma *Bedeutung*, mas não o mesmo sentido; o que neste caso, significa não conter o mesmo pensamento.

Dito de uma maneira resumida, o conceito de *Bedeutung* surge em *Funktion und Begriff* motivado pelas discussões sobre os enunciados de identidade, onde há a busca pela explicação das diferenças de valor cognitivo entre certas expressões<sup>92</sup>. Neste texto, Frege já defende que nomes próprios, assim como sentenças assertivas completas, possuem *Bedeutung* e que existe uma espécie de conexão funcional entre a *Bedeutung* do todo, ou seja, da sentença e a *Bedeutung* de seus constituintes. Esse é o princípio de substitutividade, que será desenvolvido em *Über Sinn und Bedeutung*<sup>93</sup>.

<sup>91</sup> É possível falar que em Frege temos duas semânticas. A primeira delas é encontrada na *Begriffsschrift*, a segunda a partir da publicação de *Funktion und Begriff*.

<sup>92</sup> Essa ideia é endossada por Sluga (1975).

<sup>93</sup> Em *Funktion und Begriff* a *Bedeutung* de uma sentença é concebida como o valor que uma função ganha quando completada por um objeto.

Em *Über Sinn und Bedeutung*, Frege retoma novamente essa discussão com respeito aos enunciados de igualdade. Não me deterei nisto porque estas questões já foram tratadas no capítulo 2. O que realmente vem ao caso são as teses fregeanas sobre *Bedeutung*.

Frege, inicialmente, tratará da concepção de *Bedeutung* com respeito aos nomes próprios. Na acepção fregeana, a noção de nome próprio (*Eigennamen*) é um sinal ou uma expressão saturada que “se refere” (*bedeutet*) a um objeto determinado. Um nome próprio de modo algum pode designar um conceito e, por isso, não pode tomar o lugar de um predicado. Entre os nomes próprios utilizados por Frege, ele identifica pelo menos nove, os quais nem sempre se confundem com o uso ordinário do termo ‘nome próprio’. Alcoforado (FREGE, 2009, 131) cita os seguintes exemplos de nomes próprios: 1. ‘Aristóteles’; 2. ‘Ulisses’; 3. numerais – como ‘2’; 4. demonstrativos singulares – como ‘este’; 5. denominações de objetos únicos – como ‘Vênus’; 6. descrições definidas – como ‘o discípulo de Platão’, ‘o mestre de Alexandre Magno’; 7. ‘Estrela da Manhã’; 8. ‘quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias’; 9. sentenças ou proposições, enquanto expressões saturadas que designam valores de verdade<sup>94</sup>. Para não confundir as coisas, por enquanto tratarei, metodologicamente, as sentenças ou proposições separadamente.

A primeira vez que Frege fala em *Bedeutung*, em *Über Sinn und Bedeutung*, é no trecho que segue (1997, p. 152-153):

É, pois, plausível que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua *Bedeutung*, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. A *Bedeutung* de “estrela da tarde” e “estrela da manhã” é a mesma, mas não o seu sentido. [...] por “sinal” e por “nome”, entendo qualquer designação que desempenhe o papel de um nome próprio, cuja *Bedeutung* seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção a mais ampla), mas não um conceito ou uma relação [...]

Esse fragmento deixa claro a abrangência que a noção de nome próprio tem em Frege e a necessidade de que sua *Bedeutung* não seja confundida com um conceito ou com uma relação. A *Bedeutung* de um nome próprio é um único objeto, mesmo que ao nome possa estar associada uma série de modos de apresentação.

<sup>94</sup> Percebe-se aqui que Frege faz uma assimilação entre sentenças e nomes próprios. Isso será muito importante para Dummett (1973, 1981), como se verá mais adiante.

Nomes próprios, como ‘o último filho de Leopold Mozart’, ‘o autor de *A Flauta Mágica*’ ou ‘Wolfgang Amadeus Mozart’ “*bedeuten*” o mesmo objeto, a saber, o compositor alemão Wolfgang Amadeus Mozart. Tais nomes contêm, evidentemente, modos de apresentação diferentes, fazem contribuições informativas diferentes sobre a *Bedeutung*, mas esta permanece inalterada.

Todavia, existem casos nos quais nomes próprios, mesmo tendo sentido, não designam nada. É possível citar alguns exemplos muito interessantes onde temos um sentido, mas não temos *Bedeutung*. O primeiro caso ocorre em nomes próprios que são utilizados na própria ciência. Frege dá dois exemplos, um tirado da astronomia e outro baseado em um teorema da Análise, mas poderíamos pensar em vários outros. ‘O corpo celeste mais distante da Terra’, primeiro exemplo de Frege, tem um sentido, podemos apreendê-lo, mas é muito duvidoso que tenha uma *Bedeutung*. O mesmo acontece com o outro exemplo dado, ‘a série que converge menos rapidamente’. Mas, diferentemente do primeiro exemplo, é provado matematicamente que tal nome não tem uma *Bedeutung*, pois, “... para cada série convergente dada, uma outra série que converge menos rapidamente pode sempre ser encontrada” (FREGE, 1997, p. 153).

O segundo caso onde temos um sentido, mas não *Bedeutung*, diz respeito a nomes próprios que pertencem à ficção ou à poesia, como Frege fala em vários momentos. Nomes como ‘Ulisses’, ‘o herói da Odisséia de Homero’, ‘Sherlock Holmes’ e ‘o amigo do Dr. Watson’ também possuem um sentido, assim como os exemplos dados anteriormente, mas não possuem *Bedeutung*. Tais nomes são, na verdade, ‘nomes próprios aparentes’ ou ‘pseudo nomes próprios’. “Nomes que falham ao cumprir o papel usual de um nome próprio, que é nomear alguma coisa, podem ser chamados nomes próprios falsos” (FREGE, 1979, p. 130). Eles parecem desempenhar a função de um nome com *Bedeutung*, mas, em realidade, apenas tem um caráter estético e não científico. Os personagens que aparecem nas obras de arte não são cientificamente interessantes, no sentido em que Frege deseja construir uma ciência, mesmo que causem encanto estético.

Outra tese importante de Frege com respeito à *Bedeutung* dos nomes próprios está associada à circunstância em que usamos as palavras não da maneira costumeira, mas indiretamente, ou seja, quando fazemos uso do discurso indireto. Frege diz em *Über Sinn und Bedeutung* (1997, p. 153-154)

Se as palavras são usadas de modo costumeiro, o que se pretende é falar de sua *Bedeutung*. Mas pode acontecer que se deseje falar das próprias palavras ou de seu sentido. O primeiro caso se dá quando as palavras de outrem são citadas em discurso direto. Nesse caso, as palavras de quem cita “*bedeuten*”, imediatamente, às palavras de quem é citado, e somente estas últimas têm sua *Bedeutung* costumeira.

Um exemplo simples do uso do discurso indireto ocorre quando dizemos algo como: ‘Goethe disse “Escrever é um ócio muito trabalhoso”’. Neste caso, as palavras entre aspas não devem ser tomadas nem com o sentido e nem com a *Bedeutung* costumeiros (*gewöhnliche Bedeutung*). A *Bedeutung* passa a ser o sentido costumeiro das palavras entre aspas. As palavras no discurso indireto têm uma *Bedeutung* indireta (*ungerade Bedeutung*). A grande motivação de Frege para fazer a distinção entre *Bedeutung* costumeira e indireta é para não ter problemas com o princípio de substitutividade com respeito a expressões com a mesma *Bedeutung*.

Tal princípio de substitutividade, o qual Frege toma de Leibniz<sup>95</sup>, tem lugar importante na discussão sobre a *Bedeutung* das sentenças. Da mesma maneira que os nomes possuem um sentido e uma *Bedeutung*, as sentenças assertivas completas, as quais, segundo Frege, expressam um pensamento, também os possuem. A primeira questão que surge é se o pensamento é o sentido ou a *Bedeutung* das sentenças. Para solucionar isso, Frege apela para o princípio de substitutividade. Imagina-se um caso em que temos dois nomes cuja *Bedeutung* seja a mesma. “Se substituirmos uma palavra da sentença por outra palavra que tenha a mesma *Bedeutung*, mas sentido diferente, esta substituição não poderá ter nenhuma influência sobre a *Bedeutung* da sentença” (FREGE, 1997, p. 156). Se na sentença ‘O discípulo de Platão foi mestre de Alexandre Magno’ substituirmos ‘O discípulo de Platão’ por outro nome próprio, cuja *Bedeutung* seja a mesma, como, por exemplo, ‘o autor da *Ética a Nicomaco*’, teremos uma nova sentença, que expressará um novo pensamento, mas a segunda sentença será verdadeira assim como a primeira. ‘O autor da *Ética a Nicomaco* foi discípulo de Platão’, entretanto, não tem o mesmo sentido da sentença anterior. Aquele que desconhece que ‘o discípulo de Platão’ e ‘o autor da *Ética a Nicomaco*’ são a mesma pessoa ou tem a mesma *Bedeutung* poderia tomar um pensamento como verdadeiro e outro como falso. Assim, Frege conclui que a *Bedeutung* de uma sentença não pode ser o pensamento expresso por

<sup>95</sup> O princípio de Leibniz citado por Frege em *Über Sinn und Bedeutung* é o seguinte: “Eadem sunt, quae sibi mutuo substitui possunt, salva veritate”. Isso poderia ser traduzido por algo como “São iguais os que se podem substituir mutuamente, preservando a verdade”.

ela. Mas qual seria, então, a *Bedeutung* de uma sentença assertiva completa? E qual a importância em se buscar uma *Bedeutung* para a sentença?

A resposta de Frege à primeira pergunta causou e ainda causa desconforto em vários autores da tradição e comentadores da obra fregeana. Frege afirma algo que já havia feito em *Funktion und Begriff*, que a *Bedeutung* de uma sentença assertiva é um valor de verdade. Poderíamos, segundo Frege (1997, p. 157), ficar apenas com o sentido de uma sentença, caso não quiséssemos ir além do pensamento. A busca pela *Bedeutung* de uma sentença está associada a uma atitude científica. Ao fazer ciência estamos preocupados com o valor de verdade de nossas sentenças, não apenas com o conteúdo expresso por elas. Por isso é importante que os termos, os nomes próprios que constituem a sentença, tenham uma *Bedeutung*, pois se um constituinte da sentença for um nome próprio aparente, desprovido de *Bedeutung*, a sentença como um todo também será desprovida de *Bedeutung*, ou seja, não terá valor de verdade. No seguinte trecho Frege desenvolve um pouco essa ideia (2009, p. 139):

Somos assim levados a reconhecer o *valor de verdade* de uma sentença como sendo sua *Bedeutung*. Por valor de verdade de uma sentença entendo a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores de verdade. Por brevidade, chamo a um de o Verdadeiro e a outro de o Falso. Toda sentença assertiva, caso importe a *Bedeutung* de suas palavras, deve ser considerada como um nome próprio; e, sua *Bedeutung*, é ou o Verdadeiro ou o Falso. Estes dois objetos são reconhecidos, pelo menos tacitamente, por todo aquele que julgue, que considere algo como verdadeiro, até mesmo por um cético.

A tese fregeana de que todas as sentenças verdadeiras têm a mesma *Bedeutung* (o Verdadeiro) e todas as sentenças também têm a mesma *Bedeutung* (o Falso) deu origem a muitas discussões na literatura. Até porque o Verdadeiro e o Falso são tomados como dois objetos. Muitos dos problemas de interpretação que serão discutidos nas próximas seções têm origem nessa passagem de *Über Sinn und Bedeutung*. Frege apresenta uma tese bastante nebulosa e que parece ser contra-intuitiva, pois normalmente pensa-se que uma sentença, quando verdadeira, deve estar em alguma espécie de relação com um fato e não com um objeto, como o Verdadeiro. A maneira mais natural de analisar a verdade ou falsidade de uma afirmação ou sentença é por meio de sua conexão com a realidade. Uma sentença verdadeira descreveria um aspecto da realidade, uma sentença falsa não o faria. Uma sentença descreveria objetos, propriedades de objetos, relações, estados de

coisas, fatos, entre outras entidades. Por isso, uma posição como a de Frege é um pouco estranha<sup>96</sup>.

A afirmação de que as sentenças verdadeiras têm como *Bedeutung* o Verdadeiro é conhecida na literatura como *slingshot argument* ou argumento da funda. Autores como Church<sup>97</sup> (1943, apud KRÜGER, 1995), Gödel (1964, apud BURGE 1986, p. 97), Davidson (1969, 1984) e muitos outros tomaram o argumento de Frege de que todas as sentenças verdadeiras têm a mesma *Bedeutung* (e, do mesmo modo, todas as falsas) como base para criticar a teoria da verdade como correspondência. Assim, duas questões surgem: se Frege antecipou esse argumento e se o utilizou para fazer essa crítica. A resposta à primeira questão parece ser positiva, mesmo que Frege não tenha formalizado o argumento como outros autores o fizeram posteriormente. Em *Über Sinn und Bedeutung* encontra-se uma apresentação, mesmo que não muito desenvolvida, deste argumento. Contudo, não parece que ele o utilizou para criticar as teorias da correspondência. O contexto onde Frege apresenta o argumento não é o mesmo da crítica. Em *Der Gedanke*, ele sequer cita o presente argumento ao defender que verdade é indefinível.

Dalia Drai (2002) discutirá o *slingshot*, mas especificamente a versão fregeana. Segundo Drai (2002, p. 194), a versão fregeana é de caráter duvidoso e uma de suas afirmações que obtiveram menos sucesso, posto que o tratamento fregeano de sentenças como nomes complexos é bastante problemático. Neste artigo Drai tentará tratar a principal objeção ao argumento dando uma resposta por meio de uma versão aperfeiçoada do mesmo. Para Drai (2002, p. 195) o argumento parte de duas hipóteses fundamentais. Em primeiro lugar, toma que, se substituirmos uma expressão em uma sentença por uma expressão co-referencial, a referência (Drai traduz *Bedeutung* por 'referência') da sentença completa permanecerá a mesma. Em segundo lugar, sentenças logicamente equivalentes são co-referenciais<sup>98</sup>. Contudo, essa segunda hipótese sofreu uma série de críticas e, devido a isso, Drai (2002, p. 196) substituirá a noção de equivalência lógica pela de sinonímia. A grande importância ao se tratar essa discussão é que a conclusão de Drai (2002) será que ao se efetuar essa substituição, cria-se a possibilidade de termos fatos como referentes de sentenças ao invés de valores de verdade.

<sup>96</sup> Conforme Oswaldo Chateaubriand (2001, p. 47).

<sup>97</sup> Em Church (1956, p. 27) lemos: "Uma proposição é, então, *verdadeira* se ela determina ou tem o valor de verdade verdade, *falsa* se ela tem o valor de verdade falso.

<sup>98</sup> Drai usará a reconstrução de Davidson (1984) do argumento.



A nova hipótese sustentada por Draí (2002, p. 196) é que expressões sinônimas têm a mesma referência. Na concepção fregeana, sentenças logicamente equivalentes não são necessariamente sinônimas. Draí (2002, p. 196) parte da concepção de sentido apresentada por Frege, utilizando o que ela chama de critério epistêmico. Duas sentenças A e B podem ser logicamente equivalentes, mas não sinônimas. Alguém que compreende as duas sentenças poderia acreditar que uma delas é verdadeira e, ao mesmo tempo, acreditar que a outra é falsa. Sentenças como “A Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol” e “A Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo sol” são sentenças logicamente equivalentes, mas possuem um sentido diferente, ou seja, não são sinônimas. Um problema grave da noção de equivalência lógica, segundo Draí (2002, p. 198), é que ela aplica-se apenas a sentenças e não a expressões subsentenciais, tais como nomes próprios. Seria possível postular que duas expressões são logicamente equivalentes quando elas têm a mesma referência em todos os mundos possíveis, mas ainda assim isso requer o tratamento de sentenças e expressões subsentenciais similarmente. A noção de equivalência lógica requer que duas sentenças tenham o mesmo valor de verdade em todo mundo possível, mas isso, como visto não é possível.

Equivalência lógica não é um critério bom para sinonímia, pois existem contrastes epistêmicos no sentido. Draí (2002, p. 200) introduzirá uma noção mais estrita chamada de sinonímia epistemológica (*epistemological synonymity*). Duas sentenças A e B são sinônimas quando é impossível para um falante competente, que compreende perfeitamente as duas sentenças, acreditar em uma sem acreditar na outra. “A e B são sinônimos se e somente se elas têm a mesma estrutura e todo constituinte de A é sinônimo a um constituinte correspondente de B” (DRAI, 2002, p. 200). Assim, haveria uma espécie de isomorfismo intencional entre as sentenças A e B. Ao usar esse isomorfismo intencional, de acordo com Draí (2002, p. 203) poderia se definir a referência das sentenças de tal modo que ela irá satisfazer as duas hipóteses do argumento sem ter como consequência que todas as sentenças verdadeiras tenham a mesma referência.

Draí (2002) irá defender, por fim, que a partir do uso deste isomorfismo intencional é possível definir a referência de uma sentença como as referências de seus constituintes estruturados a partir da estrutura da sentença. E a estrutura de uma sentença é, por meio deste critério, idêntica a estrutura de todas as sentenças sinônimas a ela. Consequentemente, a referência de uma sentença voltaria a ser

uma entidade composta por objetos estruturados por meio do sentido da sentença, uma vez que, Draí (2002) parte do princípio fregeano que o sentido determina a referência. Estas entidades seriam fatos e, portanto, poderia se voltar a pensar em fatos como referentes das sentenças ao invés de valores de verdade.

Embora essa posição seja interessante, em *Über Sinn und Bedeutung* não encontramos isso. Adicionalmente, Frege não aceita fatos como constituintes do reino da *Bedeutung*. Fatos na concepção fregeana não são entidades referidas por pensamentos, mas são eles próprios pensamentos. Assim, uma interpretação como a de Draí (2002) está muito distante dos textos de Frege.

Mas, retomando a apresentação da concepção fregeana de *Bedeutung*, em uma boa parte do artigo *Über Sinn und Bedeutung*, Frege ainda trata do sentido e da *Bedeutung* de sentenças subordinadas. Essas sentenças não vêm muito ao caso na discussão que está aqui em jogo e, por esse motivo, gostaria de apresentar, rapidamente, alguns comentários que Frege faz sobre a *Bedeutung* de termos conceituais, os quais encontramos no escrito póstumo *Ausführungen über Sinn und Bedeutung*.

Nesse escrito póstumo, Frege (1997, p. 173) afirmará que os termos conceituais, se utilizados corretamente em lógica, têm como *Bedeutung* um conceito. Ao tentar elucidar isso, Frege apóia-se em uma lógica extensionalista, a qual defenderá que um termo conceitual poderia ser substituído por outro termo conceitual, com a mesma extensão, sem prejuízo da verdade. Com isso, todo objeto que cair sob um conceito, irá cair sob todos os conceitos com a mesma extensão. Do mesmo modo que com os nomes, aquilo que se alterará será o pensamento expresso pela sentença. O valor de verdade, por sua vez, permanecerá inalterado. Contudo, a extensão do conceito não será a *Bedeutung* dele, visto que as extensões são objetos e não conceitos.

### 3.2.2 A interpretação “clássica” de *Bedeutung* – *Bedeutung* como referência ou denotação.

Duas interpretações que poderiam ser chamadas de “interpretações clássicas”<sup>99</sup> do conceito *Bedeutung* em Frege, entre as várias que existem, são as de Tyler Burge (1986) e Wolfgang Carl (1994). Embora Burge traduza *Bedeutung* como ‘denotation’, e Carl como ‘reference’, as duas traduções, nesse caso específico, podem ser tomadas como sinônimos<sup>100</sup>. Talvez a grande diferença seja o fato de Carl seguir a linha de Sluga (1980) e interpretar Frege por um viés epistemológico. Primeiramente, farei a apresentação de Burge (1986) e, em seguida, de Carl (1994).

Burge (1986, p. 97), diferentemente de muitos outros autores que pensam que a tese fregeana de que sentenças denotam objetos não passaria de uma tese infeliz ou, como afirmou Dummett (1973, p. 196), um absoluto desastre para a sua posterior filosofia da linguagem, defenderá ser preciso tomar seriamente as conclusões fregeanas, visto que elas são chave para sua filosofia da linguagem, matemática e lógica. Para Burge (1986), a tese de que a denotação das sentenças são os objetos o Verdadeiro e o Falso possui motivações profundas, sendo que esta visão de valores de verdade como objetos não é tão estranha assim, mas tem bases mais pragmáticas do que usualmente se pensou.

Nessa tentativa de dar uma motivação segura à visão fregeana dos valores de verdade, Burge (1986, p. 98-99) identifica quatro teses relevantes, que são:

- (a) Sentenças (quando não incompletas) têm denotações (*Bedeutungen*).
- (b) A denotação de uma sentença é seu valor de verdade.
- (c) Sentenças são do mesmo tipo lógico de termos singulares.
- (d) A denotação de uma sentença é um objeto.

Os argumentos de Frege para essas teses, frequentemente, segundo Burge (1986, p. 99), pressupõem a sua distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*, ou, na sua

<sup>99</sup> Chamo estas interpretações de ‘clássicas’, pois elas interpretarão *Bedeutung* como sendo aquilo que é referido ou denotado por um nome. Essas são interpretações estabelecidas na tradição, embora elas sofram várias críticas. A maioria dos autores que discute o conceito de *Bedeutung* em Frege o interpreta como referência.

<sup>100</sup> É evidente que, em vários autores clássicos da filosofia da linguagem, ‘referência’ e ‘denotação’ não são sinônimos.

terminologia, sentido e denotação. E, na maioria das vezes, ainda pressupõe ou fazem uso do princípio de composição (*composition principle*). Para Burge (1986, p. 99), podemos identificar dois princípios de composição em Frege, sendo que o primeiro princípio é fundamental para o pensamento fregeano, enquanto que o segundo aparece ocasionalmente. Os dois princípios de composição citados por Burge são:

- (1) A denotação de uma expressão complexa é funcionalmente dependente apenas das denotações de suas expressões componentes logicamente relevantes.
- (2) O sentido de uma expressão complexa é funcionalmente dependente apenas dos sentidos de suas expressões logicamente relevantes.

A partir da postulação dessas teses e dos dois princípios de composição, Burge passa a tratar mais a fundo os argumentos de Frege.

A justificação da tese (a), de que sentenças têm denotação, se baseia no tratamento de predicados como expressões funcionais. Ao complementarmos uma expressão insaturada com um argumento obtemos uma expressão completa com uma *Bedeutung*. Já, a justificação da tese (b) funda-se no fato que o sentido de uma sentença, o pensamento expresso por ela, permanece o mesmo, independentemente de que os componentes da sentença tenham ou não denotação. Para o pensamento expresso pela sentença, não importa a denotação de suas partes. Isso, de acordo com Burge (1986), segue-se de (1) e (2). Além disso, segue-se também que o sentido de uma sentença não pode ser concebido como sua denotação. A reconstrução de Burge (1986), da tese (a) ao menos, não foge muito daquela realizada no subcapítulo anterior, mas tem alguns detalhes importantes. Segundo Burge (1986, p. 100), Frege não está usando o termo '*denotação*' com um sentido fixo ao argumentar para (a). Ao invés disso, ele está determinado a dar ao princípio de composição (1) um papel compreensivo em sua teoria lógica e está tentando ajustar o termo '*denotação*' para o papel em que o princípio possa ser útil em uma teoria lógica sobre sentenças.

O termo '*denotação*', além do mais, não possui nenhuma implicação ontológica. '*Bedeutung*' é uma palavra comum no alemão e não há nenhuma estranheza em falar que sentenças têm uma '*Bedeutung*'. Contudo, Frege, em

*Funktion und Begriff* e *Über Sinn und Bedeutung*, introduz a noção com respeito, primeiramente, a termos singulares. Segundo Burge (1986, p. 100), os exemplos dados por Frege nesses textos sugerem que nomeação (*naming*) ou referência (*reference*) são a primeira espécie de *Bedeutung*. Aqui, estas relações são consideradas como sendo obtidas entre nomes e seus portadores ou entre um termo complexo singular e o objeto que ele representa.

Burge (1986, p. 101) cita algumas passagens de Frege onde ele apresenta o argumento para justificar que a *Bedeutung* de uma sentença não pode ser o pensamento expresso por ela. Essas passagens foram citadas anteriormente (3.2.1), exceto uma passagem de uma carta enviada a Russell em dezembro de 1902, na qual Frege (1980, p. 152) afirma:

Agora, seria impossível ver porque era de valor para nós saber se uma palavra tem ou não uma *Bedeutung* se a proposição completa não tem uma *Bedeutung* e se esta *Bedeutung* não tinha nenhum valor para nós; pois se ela tem ou não *Bedeutung* isso não afeta o pensamento. Além disso, esta *Bedeutung* irá ser algo que tem valor para nós precisamente quando estamos interessados se as palavras são significativas e, portanto, quando perguntamos sobre verdade. A *Bedeutung* de uma proposição deve ser algo que não muda quando um sinal é substituído por outro com a mesma *Bedeutung*, mas com diferente sentido. Aquilo que não muda no processo é o valor de verdade.

A conclusão clara é que nosso interesse na denotação das partes das sentenças provém de nosso interesse na denotação da sentença completa, ou seja, no seu valor de verdade. Para Burge (1986, p. 101), o argumento de Frege deve ser visto à luz do princípio de composição (1) e do uso pragmático do termo '*Bedeutung*'. A denotação das sentenças é fundamental na teoria lógica fregeana e esta depende da denotação de suas partes constituintes. Se uma parte da sentença, como um nome, não tem denotação, então a sentença completa na qual este nome está inserido também não terá denotação, mesmo que a sentença expresse um pensamento.

A tese (b), de que a denotação das sentenças é um valor de verdade, evidentemente é um desdobramento da tese fregeana anterior, isto é, pressupõe seu argumento para a tese (a). Contudo, aqui se adentra mais profundamente em sua teoria lógica. Segundo Frege, a lógica tem como finalidade revelar certas normas que governam o pensamento, e a sentença é o correlato linguístico do pensamento. Como ele diz em *Der Gedanke*, "o pensamento, em si mesmo

imperceptível pelos sentidos, veste-se com a roupagem perceptível da sentença, tornando-se, assim, para nós mais facilmente apreensível” (FREGE, 1997, 328).

O nosso interesse na denotação dos termos e das expressões funcionais, segundo Burge (1986, p. 102-103), é motivado pelo interesse nas propriedades normativas que regem o pensamento. Essas propriedades normativas são aquelas que as leis lógicas procuram revelar. As sentenças são de importância primária na teoria lógica fregeana e sua propriedade relevante é seu valor de verdade. O conceito de verdade passa a desempenhar um papel fundamental. “Verdade é a norma relevante governando nosso uso e interesse em sentenças e pensamentos. O ponto da teoria lógica deve ser a análise das leis mais gerais governando esta norma” (BURGE, 1986 p. 104)<sup>101</sup>.

Na visão de Burge (1986), os argumentos de Frege para a defesa das teses (a) e (b) são razoavelmente sólidos. Não obstante, o mesmo não se dá naquilo que compete às teses (c) e (d). As dúvidas e críticas construídas contra a ideia de que sentenças são do mesmo tipo lógico que termos singulares e que a denotação das sentenças é um objeto parecem, segundo Burge (1986, p. 111), serem justificadas. O primeiro autor que atentou para os problemas dessas teses foi justamente Russell em uma carta endereçada a Frege em fevereiro de 1903. Nesta carta, que na verdade contém comentários sobre *Über Sinn und Bedeutung*, Russell irá criticar tanto a doutrina fregeana dos valores de verdade, bem como a assimilação das sentenças aos nomes próprios. No seguinte trecho, lemos explicitamente o ponto de Russell (FREGE, 1980, p. 155-156):

Eu li seu ensaio *Über Sinn und Bedeutung*, mas ainda estou em dúvida sobre sua teoria dos valores de verdade, simplesmente porque ela parece paradoxal para mim. Eu acredito que um juízo, ou mesmo um pensamento, é algo tão inteiramente peculiar que a teoria dos nomes próprios não tem aplicação a ele.

Essa crítica de Russell ecoou na tradição e fixou-se como a base para as gerações futuras desafiarem a doutrina fregeana. Mas Burge (1986, p. 111) pensa que Russell foi levado a tomar tudo isso como paradoxal, pois não levou em conta a importância e o lugar que isso tem no sistema fregeano. Ao considerar valores de

---

<sup>101</sup> Contudo Russell (1910, apud BURGE 1986, P. 105-106) não concordou com a teoria fregeana dos valores de verdade como denotação das sentenças. Ele defendeu que existe uma variedade de diferentes tipos de denotação para as sentenças, ao invés de apenas valores de verdade. Russell falará em ‘fatos’, ‘estados de coisas’, ‘proposições’, etc.

verdade como objetos, segundo Burge, temos avanços pragmáticos, os quais teriam sido enfatizados por Frege em vários momentos. As motivações para (c) e (d) estariam envolvendo simplificações na teoria lógica. A busca pela construção de tal teoria, que fosse estabelecida por meio de uma linguagem clara e o mais simples possível e que tornaria a prática matemática mais rigorosa, mais compreensível e menos *ad hoc*, seriam pontos a favor da concepção fregeana. Além do mais, tal concepção não daria um papel central a certas considerações derivadas de intuições metafísicas.

A assimilação de sentenças a termos singulares, a tese (c), está vinculada com a distinção que Frege faz entre objetos e funções. A visão fregeana consiste basicamente na ideia de que nenhum objeto é uma função e nenhuma função é um objeto. Segundo Burge (1986, p. 114), a construção de predicados como expressões funcionais é a base mais óbvia e amplamente aceita para a tese (c) e, conseqüentemente, para a tese (d). Na *Begriffsschrift* de 1879, Frege tomou predicados como sendo signos funcionais, sendo que, em seguida, adotou a ideia de que as funções eram as denotações dos predicados, ou seja, conceitos. Os objetos, nesse sentido, funcionariam como argumento para os conceitos de primeiro nível. Tais objetos, tomados do ponto de vista lógico, são completos ou, como Frege afirma, saturados. As funções, por serem insaturadas, necessitariam de complementação, necessitariam de um objeto que caísse sob o conceito. Contudo, as sentenças, devido ao fato de não serem expressões funcionais, não têm funções como denotação. Assim, decorre que termos singulares e sentenças, por serem saturados, só podem ter como denotação objetos, no caso das sentenças, valores de verdade<sup>102</sup>.

Com certeza, tal assimilação entre nomes e sentenças causa muita estranheza. Normalmente se toma esses dois tipos de expressões como tendo grandes diferenças em teorias semânticas, mas a razão principal para Frege tratar sentenças como nomes parece estar vinculado com seu programa logicista. Para a fundamentação da aritmética na lógica eram necessários objetos lógicos fundamentais e estes, de acordo com Burge (1986, p. 122), eram os valores de verdade. “Os valores de verdade eram os objetos lógicos básicos dos quais todos os

---

<sup>102</sup> Na *Begriffsschrift*, diferentemente os valores não são valores de verdade, mas circunstâncias e até mesmo fatos.

outros seriam gerados” (BURGE, 1986, p. 122). Contudo, após o fracasso do programa logicista, Frege passou a dar menor importância aos valores de verdade.

Wolfgang Carl (1994) também discutirá de maneira detalhada a concepção fregeana de *Bedeutung*. Mas Carl optará por traduzir o termo como ‘referência’. A maior desvantagem citada na literatura contra a tradução de *Bedeutung* como *referência* é que tal tradução pode supor que haja uma relação semântica entre um nome e o objeto designado por ele. Mas, para Carl, isso não é um problema. O grande problema na tradução de *Bedeutung* consiste no fato de que os termos *Sinn* e *Bedeutung* são, em vários contextos, utilizados como sinônimos. Assim, a tradução de *Bedeutung* como *referência* parece, para Carl (1994, p. 115), ser inofensiva a respeito disso, além de ter se estabelecido na literatura.

A grande diferença entre a interpretação de Carl (1994) e a de Burge (1986) é que o primeiro defenderá que a distinção entre sentido e referência em Frege é o resultado de suas investigações sobre condições de conhecimento, ou seja, possui um fundo epistemológico. Visto que a filosofia fregeana buscava combater as teorias céticas, idealistas e empiristas, nada mais importante do que a análise da noção de verdade de uma maneira objetiva. O avanço do sentido de uma sentença ou pensamento para o seu valor de verdade é a expressão mais clara dos pressupostos epistemológicos da distinção entre sentido e referência. Sair do universo da ficção e adentrar no universo da ciência é a meta fregeana ao fazer a distinção. E isso necessita levar em conta a concepção de juízo defendida por Frege. Essa concepção, diferentemente da tradição, entenderá por juízo o reconhecimento da verdade de um pensamento. Uma explicação de juízo tem de aclarar a relação entre um pensamento e seu valor de verdade.

A noção de referência, segundo Carl (1994, p. 116), foi introduzida por Frege para estabelecer sua nova concepção de juízo. O valor de verdade de uma sentença passou a consistir em um dos componentes da noção de *conteúdo julgável*, encontrada na *Begriffsschrift*. Tal valor de verdade passou a ser a referência de tal conteúdo e de grande importância para a ciência. “A referência, portanto, demonstra ser, em todos os pontos, essencial para a ciência” (FREGE, 1979, p.123). Temos, com isso, uma atitude de investigação científica relacionada com o valor de verdade das sentenças. A referência das sentenças, para Carl (1994), e suas conexões com as noções de juízo e conhecimento fornecem a armação básica para a determinação da referência dos outros tipos de expressões.



Assim como o fez Burge (1986), Carl (1994, p. 120) também distinguirá entre certas teses ou afirmações relacionadas à teoria semântica das sentenças em Frege. Entretanto, Carl (1994) postulará cinco teses, muito semelhantes às teses encontradas por Burge (1986), a saber:

- I. O pensamento expresso por uma sentença é seu sentido.
- II. Sentenças podem ter referência.
- III. A referência de uma sentença é seu valor de verdade.
- IV. A sentença é um nome próprio.
- V. A referência de uma sentença é um objeto.

As afirmações I a III são, de acordo com Carl (1994), essenciais em *Über Sinn und Bedeutung* para efetuar a distinção entre sentido e referência no que diz respeito às sentenças assertivas e Frege estaria preocupado com sua justificação. Por outro lado, as teses IV e V estão associadas com sua teoria sobre as funções e, mesmo que Frege pense que elas seguem-se das teses anteriores, para Carl (1994) isto não está justificado.

No geral a apresentação realizada por Carl (1994) dos argumentos de Frege para essas teses em pouco se diferencia da apresentação de Burge (1986). Um ponto de desavença entre os dois autores é o fato de que, enquanto Burge (1986, p. 122) irá enfatizar que verdade e força assertiva são ideias primitivas em Frege e que ele não explica o valor da busca pela verdade, Carl (1994, p. 135) pensará que Frege buscou dar uma explicação para isso. A preocupação com a verdade estaria ligada a uma preocupação com o conhecimento. Ao proferir uma sentença com força assertiva, há explicitamente a manifestação dessa preocupação. "... o uso assertivo das sentenças tem de estar conectado com nossa preocupação com o conhecimento" (CARL, 1994, p. 143).

Um ponto muito importante na reconstrução de Carl (1994) da concepção fregeana de *Bedeutung* ou referência no caso diz respeito à importância primária dada às sentenças. A referência das sentenças funcionaria como uma espécie de quadro para a explicação da referência dos outros tipos de expressões, como nomes e termos conceituais. O fato de Frege ter partido da distinção entre sentido e referência, primeiramente no que tange aos nomes, parece ter confundido muitos intérpretes. A referência das expressões constituintes da sentença é explicada,

segundo Carl (1994, p. 116), em termos da contribuição que estas expressões fazem para a referência da sentença na qual elas ocorrem. Dummett (1981) defendeu, baseado na apresentação fregeana, que a relação entre nomes e seus portadores funcionaria como um protótipo para a explicação dos outros tipos de expressões, inclusive sentenças assertivas. Para Carl (1994), isto não estaria correto, pois Dummett levaria em conta um realismo fregeano que, segundo ele, seria inexistente. Esse realismo, postulará que existe um mundo independente da mente, sendo que é em virtude de como as coisas são neste mundo que aquilo que dizemos é verdadeiro ou falso. Esse ‘mundo real’ objetivo é chamado reino da *Bedeutung* e teria como constituintes valores de verdade. Carl (1994, p. 126-127) não aceita isso, pois, segundo ele, as referências de nossas palavras não pertencem a este ‘mundo real’, entendido conforme o realismo. Não há uma boa razão para comprometer Frege com essa posição metafísica.

Para esclarecer isso, parto para a apresentação da interpretação de Dummett em *The Interpretation of Frege’s Philosophy* (1973) e *Frege: Philosophy of Language* (1981).

### 3.2.3 A interpretação de Dummett de *Bedeutung* em Frege.

Michael Dummett, em *Frege: Philosophy of Language* (1973) e em *The Interpretation of Frege’s Philosophy* (1981) também irá discutir detalhadamente a concepção fregeana de *Bedeutung*. Nestes livros Dummett traduzirá o termo ‘*Bedeutung*’ por ‘referência’.

Para Dummett (1973, p. 81), Frege não estava satisfeito com o modo como a lógica lidava com a linguagem e, assim ele procurou dar um tratamento mais geral a ela, não apenas aquele necessário às teorias matemáticas. Frege preocupou-se com o funcionamento da linguagem e isto, de acordo com Dummett (1973, p. 83), dará origem a sua teoria do significado (*theory of meaning*). Essa teoria do significado seria constituída por três ingredientes principais, a saber: sentido (*sense*), tom (*tone*) e força (*force*), mas não pela noção de referência.

Tal noção é requerida em Frege somente quando a noção de verdade está em jogo. Quando necessitamos determinar o valor de verdade de uma sentença, faz-se necessário a referência dos termos que a constituem. Se a referência fosse

um constituinte do significado, então o sentido de uma palavra seria determinado por ela e nada mais seria preciso para definir o valor de verdade das sentenças nas quais a palavra ocorre. Palavras com a mesma referência teriam que ter o mesmo sentido e isso é absolutamente absurdo para Frege. De qualquer modo, Dummett (1973, p. 93) afirmará que, mesmo não sendo um constituinte da teoria do significado, a noção de referência desempenha um papel vital na teoria.

Na mesma linha de Burge (1986) e Carl (1994), Dummett (1973) também identifica uma série de teses relacionadas à concepção fregeana de *Bedeutung*. A fim de não repeti-las, atentar-se-á à tese de que valores de verdade são os referentes das sentenças. Segundo Dummett (1973, p. 183), a relação entre uma sentença e seu valor de verdade pode ser analisada de duas maneiras: ou é a *mesma* relação que a tida entre nomes e seus portadores ou é *análoga* a ela. Todavia, enquanto um objeto, o referente de um nome, é algo saturado ou completo, uma sentença é uma expressão que é, como diz Dummett, pré-eminentemente completa, ela é formada a partir da complementação de uma expressão incompleta, ou seja, uma função. Com isso, poder-se-ia inferir que sentenças e nomes são de diferentes tipos lógicos. “Nomes próprios e sentenças, apesar de serem ambos expressões completas no sentido fregeano, obviamente funcionam de diferentes maneiras” (DUMMETT, 1973, p. 183). Nesse sentido, se nomes e sentenças forem de diferentes tipos lógicos, seus referentes, os objetos e os valores de verdade, também teriam de ser construídos por Frege como sendo de diferentes tipos lógicos. Assim a relação entre eles seria apenas análoga.

Contudo, ao se assumir que sentenças são um tipo especial de nome, um nome próprio complexo, e que os valores de verdade são objetos, poderíamos reconhecer a relação tida entre eles como sendo a mesma. A relação entre um nome e seu portador seria, desse modo, tomada como um protótipo para a relação entre os outros tipos de expressões e suas referências. E parece que é exatamente isso que Frege faz em *Über Sinn und Bedeutung*.

A tese de que valores de verdade são os referentes das sentenças e que eles são tomados como objetos constitui, para Dummett (1973, p. 183), uma grande simplificação na ontologia fregeana. Entretanto, tal posição dá origem a uma análise da linguagem um tanto quanto implausível. Sentenças seriam um caso especial de nomes próprios e os valores de verdade seriam casos especiais de objetos. Igualmente, predicados e expressões relacionais seriam casos especiais de

expressões funcionais e os conceitos e relações, casos de funções. Para Dummett (1973, p. 184), a assimilação de sentenças a nomes próprios tem um efeito fatal na teoria fregeana do significado, além de ter efeitos desastrosos em sua filosofia da linguagem. Como diz Dummett (1973, p. 196), o fato de sentenças serem tomadas simplesmente como casos de nomes próprios faz com que os objetos o Verdadeiro e o Falso, os referentes das sentenças, não tenham nenhuma característica especial frente aos outros objetos lógicos. Eles seriam apenas dois objetos no meio de um universo vasto de objetos e, conseqüentemente, não haveria nada único sobre sentenças. Outro problema grave identificado por Dummett (1973, p. 644-645) é que tal doutrina tem como efeito o abandono do princípio de contexto apresentado por Frege nas *Grundlagen der Arithmetik*. O fato de sentenças serem do mesmo tipo lógico de nomes próprios implica que o sentido das outras expressões não pode consistir na contribuição que eles fazem para a determinação do sentido das sentenças na qual eles ocorrem.

A partir disso, Dummett introduz uma ideia, que foi alvo das críticas de Sluga (1975), principalmente, e também de Carl (1994), de que existe um componente ou um ingrediente realista na teoria fregeana da referência. Tal ingrediente realista estaria relacionado com a ideia de que a relação nome/portador (*the "name/bearer relation"*) serviria como um protótipo para a explicação da relação de referência em geral e, também, com uma tese, introduzida por Dummett, de que a concepção de referência deve ser concebida como papel semântico (*semantic role*). A noção de papel semântico pode ser definida em termos da contribuição que uma expressão faz para a determinação do valor de verdade de uma sentença na qual ela ocorre. Assim, para Dummett (1973, 1981), a concepção fregeana de *Bedeutung* teria dois elementos básicos: a relação nome/portador como protótipo e a noção de papel semântico.

O matiz realista da concepção de referência em Frege conceberá que a referência de uma expressão é seu correlato extralinguístico no mundo real, ou, como Dummett (1973, p. 197) também fala, no reino da *Bedeutung*. Isso está vinculado com a ideia de que toda vez que utilizamos um nome existe algo objetivamente do qual estamos falando. Tal realismo de Frege teria como alvo o idealismo dominante na filosofia alemã no período (ver cap.2.2). A referência das expressões não poderia ser confundida com elementos psicológicos. Dummett (1973, p. 197-198) exemplifica isso na seguinte passagem:

Quando digo “Mont Blanc é a maior montanha da Europa”, é, ele (Frege) diz, da montanha atual com a neve e o gelo que estou falando, não de alguma representação mental da montanha; e ele adiciona, em outro lugar, é se esse objeto cai ou não sob o conceito ‘maior montanha da Europa’ – um conceito que faz parte do mundo real, do reino da referência, como é a montanha em si mesma – que determina se o que eu estou falando é verdadeiro ou falso. Não pode ser que, quando estou falando de um objeto atual no mundo real, apenas consigo falar de alguma representação dele; pois, se necessário, posso especificar que pretendo referir ao objeto atual, dizendo, por exemplo, ‘Eu quero dizer a montanha real, não a representação dela’.

Entretanto, Sluga (1975) atacará fortemente essa interpretação realista. Em meio a uma avalanche de críticas a *Frege: Philosophy of Language*, Sluga (1973) tomará uma posição interpretativa completamente diferente da de Dummett. Para Sluga (1975, p. 474), em primeiro lugar, as motivações de Frege eram, antes de qualquer coisa, vinculadas com problemas de filosofia da matemática e não com a construção de uma teoria do significado. O ponto de partida de Frege, relacionado a questões da matemática, não era somente um ponto de partida histórico, mas algo que permeou toda sua obra. As preocupações de Frege com questões da chamada teoria do significado foram devidas inteiramente a questões de filosofia da matemática. Assim, a distinção entre sentido e referência (Sluga também opta por traduzir *Bedeutung* por ‘referência’) deveria ser tomada no contexto epistemológico.

Segundo Sluga (1975, p. 477), obviamente há um contraste entre realismo e idealismo, contudo Dummett dá uma variedade de interpretações pouco clara sobre o pretense realismo fregeano e, adicionalmente, atribui uma série de considerações ontológicas ao pensamento de Frege bastante controversas. De acordo com Sluga (1975, p. 477), Frege parece, ao longo de seus escritos, muito mais preocupado com questões epistemológicas que dizem respeito à natureza e ao status das verdades matemáticas do que com a construção de uma ontologia. Frege estaria, assim, na esteira de uma tradição kantiana, como demonstrado na seção 2.1.

Outro ponto salientado por ele é que Frege, em oposição ao que diz Dummett (1973, p. 644-645), não abandona o princípio de contexto. Nas *Notes for Ludwig Darmstaedter* de 1919 (Frege, 1979 p. 253), segundo Sluga (1975, p. 476), há evidências de que Frege manteve o princípio em questão. Além disso, as afirmações de que sentenças são nomes próprios e de que os significados das sentenças são primários, são absolutamente incompatíveis, e isso descaracterizaria a plausibilidade da interpretação de Dummett.

Em *The Interpretation of Frege's Philosophy* de 1981, capítulo 7, Dummett irá retomar e desenvolver alguns pontos que ficaram um pouco obscuros na obra anterior. Mas, na maior parte do tempo, ele se preocupará em rebater tanto as críticas construídas por Sluga (1975), assim como as críticas de Tugendhat (1970, 1998), as quais serão expostas a seguir.

Com respeito a Sluga, Dummett (1981, p. 152) é bastante superficial e pouco claro na resposta às críticas construídas pelo primeiro. Sluga (1975) não aceita o suposto realismo fregeano defendido por Dummett e, conseqüentemente, discorda da relação nome/portador como protótipo, visto que ela consiste num desdobramento do pretense realismo. Sluga (1975, p. 477-478) pensa que atribuir a Frege esse realismo é ignorar o contexto histórico da filosofia dele. Frege tinha como objetivo dar uma resposta acerca da natureza das verdades matemáticas, tinha uma empreendimento epistemológico, portanto. A resposta dada por Dummett (1981, p. 152) baseia-se na ideia de que Sluga assimilou os dois elementos anteriormente citados, constituintes da concepção fregeana de *Bedeutung*, como sendo somente um. A noção de papel semântico seria uma noção distinta da relação nome/portador como protótipo, as quais Sluga teria tomado como virtualmente idênticas e incompatíveis. De qualquer maneira, Dummett (1981) prioriza bastante a discussão com Tugendhat. Por tal motivo, apresento agora a interpretação, que pode ser chamada de interpretação 'revisionista' do conceito de *Bedeutung* em Frege, realizada por Tugendhat.

### **3.2.4 A interpretação 'revisionista' de Tugendhat: *Bedeutung* como 'significância'.**

Ernst Tugendhat (1998), no artigo *El significado de la expresión "Bedeutung" em Frege*<sup>103</sup>, resultado de uma conferência apresentada em Oxford em 1969, afirma explicitamente que a tradução de *Bedeutung* por 'referência' é defeituosa. Esta tradução, segundo Tugendhat, faz supor que Frege entendeu por *Bedeutung* de uma expressão o objeto designado por ela, mas isso não pode estar correto, pois Frege

---

<sup>103</sup> No original de 1970 *The Meaning of Bedeutung in Frege*.

fala, no escrito póstumo *Ausführungen über Sinn und Bedeutung*, de *Bedeutung*<sup>104</sup> não somente no caso de nomes e sentenças, mas também de predicados. Não obstante, diferentemente de nomes e sentenças, predicados não designam objetos.

Assim, Tugendhat defende o uso de uma terminologia diferente. No seu uso corrente, *Bedeutung* corresponde ao que alguns autores traduziram para o inglês como '*meaning*', ou seja, 'significado'. Mas também é possível, em vários contextos, traduzir o termo como 'importância' ou 'significância/significação'. Para Tugendhat (1998, p. 144), Frege evidentemente não entendeu por *Bedeutung* o que a palavra significa nos contextos semânticos correntes, mas sim o seu segundo sentido, 'significância'. Este termo engloba tanto a noção utilizada nas traduções de *Bedeutung* como '*meaning*', bem como a noção de importância. Além disso, segundo Tugendhat (1998, p. 144), ela está relativamente livre de certas associações determinadas na teoria semântica.

Contudo, a partir disso, ele procura construir uma interpretação que consiga dar uma explicação unitária do que Frege quer dizer com 'significação', que seja aplicável aos vários tipos de expressões – nomes, sentenças e predicados –, e que não traga as dificuldades provenientes do uso da noção de referência. Para tanto, baseado em Carnap, parte da análise da possibilidade de se abordar a noção de significância num sentido próximo ao de extensão. Se assim fosse, esta posição não implicaria necessariamente, exceto no caso dos nomes, que a extensão devesse ser um objeto. Duas sentenças teriam a mesma extensão caso tivessem o mesmo valor de verdade, dois nomes, caso designassem o mesmo objeto. Entretanto, mesmo indo na direção certa, esta alternativa não satisfaz Tugendhat (1998, p. 146), pois a expressão 'extensão' se define diferentemente com respeito aos nomes, sentenças e predicados.

Por conseguinte, para explicitar a noção de significação, Tugendhat (1998, p. 147) propõe o termo técnico *potencial de valor de verdade*, o qual é, em certos aspectos, uma espécie de equivalência extensional e corresponde, segundo ele, ao que Dummett (1973, 1981) denominou *papel semântico*. Dois nomes 'a' e 'b' têm o mesmo potencial de valor de verdade quando cada um é, nas palavras de Tugendhat (1998, p.148), ampliado/estendido a uma sentença por meio da mesma

---

<sup>104</sup> Paulo Alcoforado, na tradução brasileira deste texto, opta por '*Digressões sobre o Sentido e a Referência*'. Já na tradução inglesa dos *Nachgelassene Schriften* (Escritos Póstumos), encontra-se '*Comments on Sense and Meaning*'.

expressão e ambas as sentenças resultantes têm o mesmo valor de verdade. 'A estrela da Manhã' e 'A estrela da Tarde', por exemplo, têm o mesmo potencial de valor de verdade, pois ao serem inseridas em uma função como 'x é um corpo iluminado pelo Sol', trarão como resultado duas sentenças com o mesmo valor de verdade. Essa definição pode ser expandida também para sentenças e predicados. O único porém é que sentenças que têm o mesmo potencial de valor de verdade simplesmente têm o mesmo valor de verdade.

A explicação de Tugendhat (1998) tem duas importantes vantagens. A primeira delas é a importância central dada às sentenças. A unidade semântica primária, na sua análise, não é um nome, mas sim uma sentença. E isso é confirmado em várias passagens da obra de Frege (1987, p. 23) onde há a postulação do princípio de contexto, o qual afirma que um nome somente obtém significado no contexto de uma sentença. Assim, para Tugendhat (1998, p.150), Frege procedeu de maneira inversa na apresentação da sua teoria da *Bedeutung* e isto deve ter sido a razão principal para utilizar a terminologia dos nomes para a significação das sentenças, o que acarretou as conseqüentes confusões na interpretação. De acordo com o princípio de contexto, há uma conexão funcional entre a parte e o todo. A parte, no caso um nome, somente pode ser definido com base na função que ele desempenha no todo, isto é, na sentença. Com isso, a interpretação de *Bedeutung* como significação e, conseqüentemente, como potencial de valor de verdade lança luz sobre a natureza das sentenças e sua composição, coisa que a interpretação como referência não faz adequadamente. A interpretação de Tugendhat (1998), desse modo, torna desnecessário assimilar sentenças a nomes próprios.

A segunda vantagem desta análise é no tratamento dado aos predicados. Frege defende que predicados também possuem uma *Bedeutung*, sendo a *Bedeutung* de um predicado um conceito. Entretanto em *Über Begriff und Gegenstand*, ele faz uma distinção entre conceito e objeto, defendendo que, em nenhuma circunstância, as duas noções devem ser confundidas. Isso cria uma grande dificuldade, portanto, ao se aplicar aos predicados o mesmo que foi aplicado aos nomes e sentenças. Um conceito não é um objeto e, assim, a conseqüência óbvia é que a referência de um predicado não pode ser um objeto. Mas isso não ocorre ao se falar em significação. Dois predicados têm o mesmo potencial de valor



de verdade se tiverem a mesma extensão e as sentenças na qual eles ocorrem tiverem o mesmo valor de verdade.

Dummett (1973), entretanto, fará várias críticas a esta nova tentativa de Tugendhat de explicar o conceito fregeano de *Bedeutung*. Para Dummett (1973, p. 199), a proposta de Tugendhat de explicar referência, na sua terminologia, por meio de potencial de valor de verdade deixa de lado a relação nome/portador como protótipo e apresenta a concepção de referência somente como papel semântico. O potencial de valor de verdade de uma expressão seria tão somente o papel semântico que esta expressão desempenharia, isto é, sua contribuição para a determinação do valor de verdade da sentença na qual ela ocorre.

Dois problemas rapidamente suscitados por Dummett (1973) contra a interpretação de Tugendhat são que, em primeiro lugar, tal interpretação contravém o realismo de Frege, deixando a explicação de *Bedeutung* num âmbito puramente semântico. O fato de Tugendhat (1998) negar a relação nome/portador como protótipo implicará uma negação da tese central do realismo fregeano. Tal interpretação “despiu a noção de referência do caráter de ser uma *relação* com algo extralinguístico” (DUMMETT, 1973, p. 200). A relação de referência tornar-se-ia simplesmente uma relação entre expressões. Em segundo lugar, Tugendhat não dá, na opinião de Dummett (1973, p. 199), uma explicação razoável e clara daquilo que realmente é o chamado potencial de valor de verdade.

Além disso, as pretensas vantagens da interpretação de *Bedeutung* como potencial de valor de verdade não seriam tão vantajosas como pensou Tugendhat (1998). A desnecessária assimilação de sentenças a nomes, por exemplo, não é uma vantagem desta interpretação, pois o próprio Dummett (1973, p. 200) reconhece que a suposição de que valores de verdade são objetos não passaria de uma afirmação arbitrária de Frege. Outra crítica a Tugendhat consiste no fato de que a noção de referência posta por Dummett (1973, 1981) é mais básica do que a noção de papel semântico ou a noção de potencial de valor de verdade de Tugendhat. Papel semântico é apenas um constituinte da noção de referência em Frege.

Tugendhat (1998, p. 158), no Postscriptum de 1975, rebaterá as críticas de Dummett (1973) afirmando que a tese central de seu artigo não foi rebatida em *Frege – Philosophy of Language*, ao contrário, parece ter sido confirmada. A busca por uma explicação unitária do conceito de *Bedeutung* em Frege aplicável a todos os

três tipos de expressões – nomes, sentenças e predicados – somente pode ser alcançada por meio da inserção da noção de potencial de valor de verdade, a qual corresponde ao que Dummett (1973, 1981) chama papel semântico. A principal crítica de Dummett (1973, p. 200) a Tugendhat consistiria na tese de que a interpretação de *Bedeutung* como significação e, conseqüentemente, como potencial de valor de verdade, iria na contramão do realismo fregeano, pois esta interpretação ignora a relação nome/portador como protótipo.

Entretanto Tugendhat (1998, p. 160) discorda totalmente disso. Segundo ele, se tomarmos o realismo de Frege como concebendo que as sentenças são verdadeiras ou falsas independentemente da questão de se podemos reconhecer sua verdade, então a tese de que as sentenças são primárias com respeito aos nomes não contravém de forma alguma o realismo entendido desta maneira. A decisão de se uma sentença é verdadeira não é algo extralinguístico. Além disso, a própria relação nome/portador como protótipo permite uma interpretação tanto realista como idealista. Sem contar que tal relação supõe que os predicados e seus referentes devam estar em uma condição semelhante aos nomes e seus portadores. Essa pretensa relação análoga não fica nada clara em Frege com respeito aos predicados e, na reflexão de Dummett, segundo Tugendhat (1998, p. 162), falta uma explicação sobre isso. A conclusão do Postscriptum de Tugendhat (1998) é que a relação nome/portador como protótipo é uma explicação insustentável para a compreensão da significação dos outros tipos de expressões. As noções de potencial de valor de verdade ou papel semântico em Dummett, por outro lado, teriam sucesso no esclarecimento da questão.

Uma coisa precisa ser levada em conta, contra as interpretações de Carl (1994), Sluga (1975) e Tugendhat (1998), os quais negam o realismo de Frege. Uma interpretação realista de Frege está muito mais próxima de uma interpretação fiel de seus textos. Evidentemente, não se pode negar que ele tem preocupações epistemológicas. Inclusive, como será visto em 3.3, o contexto da identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros é um contexto epistêmico. Apesar disso, encontramos várias passagens de Frege (1979, p. 3, 127, 134, 137, 148, 206, 1997, p. 157-15, 337) onde ele defende que pensamentos, funções, números, valores de verdade, etc. são independentes da mente daquele que os apreende. Nesse sentido, parece correto dizer Frege postula um realismo, mesmo que isso não implique um realismo platônico. E, esse realismo, está associado também à concepção de

*Bedeutung*. O Verdadeiro, por exemplo, faz parte do terceiro reino, sendo, portanto independente da mente. É verdade que Frege busca, em oposição ao empirismo e ao idealismo, provar a objetividade que certas noções possuem, mas isso pode, tranquilamente ser associado a um realismo. Além disso a interpretação de Dummett de *Bedeutung* como sendo por um lado papel semântico e, por outro lado, um protótipo para a explicação da *Bedeutung* de outras expressões parece bastante plausível.

### **3.3. A concepção fregeana de ‘fato’ e a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros.**

Posta a discussão desta maneira, cabe a partir de agora entrar no ponto central da dissertação: a identificação fregeana entre fatos e pensamentos verdadeiros. Tal identificação é considerada a principal evidência para atribuir a Frege uma teoria da verdade como identidade. Dodd (2000), inclusive, utilizará a concepção fregeana de fato como uma espécie de modelo para a construção de uma teoria geral da verdade como identidade. Contudo, antes de discutir isso, é preciso fazer alguns comentários sobre a concepção de fato defendida por Frege, pois se, em *Der Gedanke*, temos uma concepção que se encaixa perfeitamente no pensamento de Dodd (1992, 2000), na *Begriffsschrift*, Frege parece apresentar uma noção bastante diferente. Adicionalmente, também é necessário explicitar o contexto da identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros em *Der Gedanke*.

Neste célebre artigo de 1918, Frege (1997, p. 342) explicitamente afirma:

“Fatos! Fatos! Fatos!” exclama o cientista, quando quer inculcar a necessidade de uma fundamentação segura para a ciência. O que é um fato? *Um fato é um pensamento que é verdadeiro* (grifo meu). Mas o cientista certamente não reconhecerá como fundamento seguro da ciência algo que depende de estados de consciência mutáveis do homem. A tarefa da ciência não consiste em um criar, mas em um descobrir pensamentos verdadeiros.<sup>105</sup>

<sup>105</sup> No original (FREGE, 1990, p. 359): “»Tatsachen! Tatsachen! Tatsachen!« ruft der Naturforscher aus, wenn er die Notwendigkeit einer sicheren Grundlegung der Wissenschaft einschärfen will. Was ist eine Tatsache? *Eine Tatsache is ein Gedanke, der wahr ist.* Als sichere Grundlage der Wissenschaft aber wird der Naturforscher sicher nicht etwas anerkenne, was von den wechselnden Bewußtseinszuständen von Menschen abhängt. Die Arbeit der Wissenschaft besteht nicht in einem Schaffen, sondern in einem Entdecken von wahren Gedanken.”

Dodd (1992, p. 320), como veremos em detalhes no próximo capítulo, assume que esta afirmação contém o núcleo do que poderia ser chamado de uma teoria da verdade como identidade. O conteúdo de uma sentença, uma proposição ou, no caso de Frege, um pensamento verdadeiro não estaria em uma relação de correspondência com um fato, mas sim em uma relação de identidade. E, de acordo com Dodd (1992, 2000), fatos não seriam entidades compostas por objetos e propriedades, mas por conteúdos objetivos, modos de apresentação de objetos e propriedades. A partir desta visão, fatos pertenceriam ao reino do sentido e não ao reino da referência.

Frege, entretanto, parece apresentar duas noções distintas de fato ao longo de suas obras. Na *Begriffsschrift* de 1879, em alguns momentos ele usa o termo 'fato', contudo não dá uma explicação muito clara do que poderia consistir tal noção. Aquilo que fica bastante evidente é que, já nesse texto, é possível perceber uma aproximação entre as noções de verdade e fato, como Sluga (2005, p. 274) também salienta.

No prefácio e na primeira seção da *Begriffsschrift*, Frege (1997, p. 48, 54, 62) dá três possíveis explicações da noção de fato, as quais parecem não serem totalmente compatíveis. No prefácio, ao dar uma justificativa geral da necessidade de uma conceitografia, Frege afirma que as verdades que requerem justificação podem ser divididas em dois grupos. O primeiro grupo, que obviamente é detentor de maior firmeza, consiste das verdades cujas provas são puramente lógicas. Tais provas são fundadas em leis nas quais todo conhecimento repousa. Essas provas, conseqüentemente, prescindiriam das particularidades das coisas. O segundo tipo de justificação de verdades, por sua vez, seria aquele cujas provas seriam motivadas por *fatos* empíricos. Frege não explica em que consistiriam esses fatos empíricos, mas a simples postulação da existência deles leva a crer que ele não reduz, ao menos nesta obra, fatos a conteúdos de sentenças, ou a pensamentos verdadeiros, como fará mais adiante. Dodd (1992, 1999, 2000) em nenhum momento citará a *Begriffsschrift* ao discutir a teoria da verdade como identidade em Frege. E, caso Frege assuma que fatos empíricos existam e que tais fatos sejam compostos por objetos e propriedades, então a interpretação de Dodd (1992, 2000) será duvidosa. Em *Der Gedanke*, Frege parece defender a versão da teoria da verdade como identidade que Dodd (2000) tem em mente, mas o mesmo não

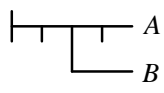
acontece na *Begriffsschrift*. Mas isso será discutido no próximo capítulo. Por enquanto me reduzo a fazer uma apresentação do que Frege falou sobre fatos.

O segundo momento onde Frege cita a noção de fato na *Begriffsschrift* está na primeira seção e vincula-se tanto com a rejeição da distinção entre sujeito e predicado quanto com a postulação de um único predicado para todos os juízos. No §3 Frege (1997, p. 54) afirma:

Imagine uma linguagem na qual a proposição “Arquimedes foi morto na captura de Siracusa” é expressa do seguinte modo: “A violenta morte de Arquimedes na captura de Siracusa é um *fato*”. Mesmo aqui, se alguém quiser, sujeito e predicado podem ser distinguidos, mas o sujeito contém todo o conteúdo e o predicado serve apenas para apresentá-lo como um juízo. Tal linguagem deve ter apenas um único predicado para todos os juízos, a saber, ‘é um *fato*’. Pode-se ver que aqui não há lugar para sujeito e predicado no sentido usual. Nossa *Begriffsschrift* é uma linguagem deste tipo e o símbolo  $\vdash$  é o predicado comum para todos os juízos.

Sluga (2005, p. 274) defenderá que Frege, na *Begriffsschrift*, não está preocupado primeiramente com a construção de uma lógica da verdade, mas antes com a construção de uma lógica do juízo. Nessa fase, que segundo Sluga consiste na primeira fase do pensamento de Frege sobre verdade, “a noção de verdade desempenha um papel secundário” (SLUGA, 2005, p. 274). Segundo ele, Frege está mais preocupado com questões de conhecimento do que com questões sobre verdade. E isso é justificado pela própria terminologia que Frege utiliza. Inclusive, Frege não fala que juízos são verdadeiros ou falsos, mas afirmados ou negados. E, nesse contexto, o primeiro símbolo dessa lógica do juízo é o símbolo ‘ $\vdash$ ’, que, como visto, tomaria o lugar do predicado ‘é um fato’. Diferentemente da primeira noção de fato citada por Frege, essa noção tem certa ligação com aquela apresentada em *Der Gedanke*. Se, em *Der Gedanke*, Frege defenderá que o conteúdo objetivo de uma sentença assertiva, isto é, um pensamento, quando verdadeiro é um fato, na *Begriffsschrift* temos algo muito similar. Aquele conteúdo que se segue das barras horizontal e vertical é um conteúdo julgável que possui um valor de verdade, embora Frege não fale nesses termos, e tal conteúdo é verdadeiro. De grande importância para isso é a barra vertical. Caso tivéssemos apenas a barra horizontal, não expressaríamos um juízo, mas teríamos apenas um mero complexo de ideias, ou, como Frege (1997, p. 53) prefere, ‘a circunstância que’ ou ‘a proposição que’.

O terceiro momento onde Frege fala em fato está no §7, onde ele já tem em mãos os símbolos de condicionalidade e negação. A noção de fato surge aqui no

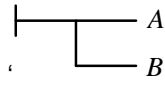
seguinte contexto: toma-se o símbolo . A e B, neste caso, denotam conteúdos julgáveis e tal símbolo pode ser lido, segundo Frege (1997, p. 62), como 'tanto A como B são fatos'. Isso acontece porque a única possibilidade obtida é que A e B são ambos afirmados<sup>106</sup>. Por meio de uma tabela de verdade, com a notação lógica utilizada atualmente, podemos justificar isso. Na tabela de verdade que segue podemos visualizamos a situação.

<b>B</b>	<b>A</b>	$\neg A$	$B \rightarrow \neg A$	$\neg(B \rightarrow \neg A)$
a	a	n	n	<b>A</b>
n	a	n	a	n
a	b	a	a	n
n	n	a	a	n

A única possibilidade obtida é que as proposições A e B são ambas afirmadas. Para Frege, portanto, isso quer dizer que ambas são fatos. Tal definição, entretanto, parece-me bastante obscura e não parece se encaixar na noção de fato apresentada anteriormente. Frege realmente não explica em detalhes, na *Begriffsschrift*, o que são fatos e tal situação dificulta um pouco a interpretação. A única coisa evidente é que não é possível pensar que ele teve uma noção de fato equivalente nos dois períodos.

Em *Der Gedanke*, Frege, como citado, tem uma noção de fato bastante peculiar e muito diferente da concepção clássica de fato como estados de coisas,

---

<sup>106</sup> Na notação lógica fregeana, como já visto no capítulo 2, o símbolo  'supõe quatro possibilidades:

- (1) A é afirmado e B é afirmado;
- (2) A é afirmado e B é negado;
- (3) A é negado e B é afirmado;
- (4) A é negado e B é negado.

Ao utilizar o símbolo de negação – a barra vertical entre as barras horizontais, exceto a barra da condicional que liga A a B – temos que a única possibilidade é que tanto A como B são afirmados. Por causa disso, Frege afirmará que o símbolo denota que A e B são fatos.

constituintes do mundo ou do reino da *Bedeutung*. Mas vejamos como Frege chega a esta identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros.

O contexto da identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros está inserido na discussão sobre a objetividade dos pensamentos. Nas páginas que antecedem esta identificação, Frege procura demonstrar que pensamentos não são pertencentes nem ao conteúdo mental do sujeito que os apreende, nem ao mundo físico. Pensamentos, assim, não são ideias na mente de um portador e nem coisas no mundo exterior (ver 2.2.4). Os pensamentos, devido ao seu caráter de independência de qualquer portador e de intemporalidade, pertencem a um terceiro domínio, o qual Frege chama de terceiro reino<sup>107</sup>. O fato de pensamentos serem independentes daquele que os apreende torna possível, de acordo com Frege, a construção de uma ciência segura. Se pensamentos fossem simplesmente ideias, encontradas nas mentes das pessoas, não haveria a possibilidade de uma ciência comum. As ciências naturais teriam o mesmo grau de certeza da astrologia ou da alquimia, ou seja, não teriam fundamentos seguros, seriam obras de ficção. A característica possuída pelos pensamentos, de serem apreendidos e não criados pelo sujeito, demonstra, para Frege (1997, p. 342), que eles estão numa relação estreita com a verdade. Aquilo que é verdadeiro o é independentemente de reconhecê-lo como verdadeiro ou mesmo pensá-lo. “Ao pensar não produzimos pensamentos, mas os apreendemos” (FREGE, 1997, p. 342).

E é exatamente neste contexto que Frege afirmará que fatos são pensamentos que são verdadeiros. Um cientista, ao realizar o seu trabalho, não buscará criar pensamentos verdadeiros, mas descobri-los. Caso não fosse assim, se a ciência criasse pensamentos, adentraríamos no universo da psicologia. Os pensamentos nada mais seriam do que criações na mente do cientista, ideias, portanto. Consequentemente, tanto a lógica como a matemática tornar-se-iam parte da psicologia. Estaríamos divagando num mundo das opiniões e não da ciência. Fatos, com isso, seriam a garantia da construção de uma ciência firme e segura. Em *Der Gedanke*, desse modo, temos uma noção de fato que não é constituída por entidades empíricas e muito menos psicológicas. Fato é explicado, basicamente, em termos de pensamento e verdadeiro, ambos independentes da mente e do mundo

---

<sup>107</sup> Os pensamentos, entretanto, teriam algo em comum tanto com as ideias como com as coisas físicas. Com as ideias compartilhariam a característica de não serem percebidos pelos sentidos e, com as coisas físicas de não necessitarem de um portador.

físico. Assim, o que fica claro é que Frege procura determinar, neste contexto o que são fatos. Ele não está preocupado, como poderia pensar Dodd (1992, 2000) em determinar o que seja verdade. É possível associar isso a uma teoria ou uma tese sobre verdade, mas Frege não tinha isso em mente.



## 4. AS DISCUSSÕES NA LITERATURA SECUNDÁRIA ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE FREGE E A TEORIA DA VERDADE COMO IDENTIDADE

### Introdução

No capítulo anterior, foi realizada uma reconstrução das principais teses e argumentos de Frege que tinha ligação com a teoria da verdade como identidade, principalmente a sua crítica à teoria da verdade como correspondência e sua identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros (juntamente com sua teoria da *Bedeutung*). Neste capítulo, o objetivo principal será apresentar e debater as discussões encontradas na literatura secundária.

Existem duas discussões, uma formal e outra mais informal, e uma interpretação paralela que necessitam ser apresentadas pormenorizadamente. A primeira discussão gira em torno da questão de se Frege realmente teria defendido uma teoria da verdade como identidade, enquanto que a segunda interessa-se em elucidar qual versão ele teria defendido: uma versão modesta ou uma versão robusta.

As personagens da primeira discussão são Thomas Baldwin (1991) e Julian Dodd (juntamente com Jennifer Hornsby) (1992). Baldwin, no artigo *The Identity Theory of Truth* (1991), ao fazer um apanhado histórico do desenvolvimento da teoria da verdade como identidade, atribui-a a autores como Bradley, Moore, Russell e, até mesmo, Hegel. No entanto, no que tange a Frege, Baldwin (1991) dá uma resposta negativa. Segundo sua interpretação, Frege, em *Der Gedanke*, refutou a teoria da verdade como identidade, baseado na sua crítica à teoria da verdade como correspondência. Para Baldwin, a teoria da verdade como identidade é um caso limite das teorias da correspondência. Ela herda das teorias da correspondência a ideia de que a verdade de um juízo consiste na relação entre ele e a realidade. A diferença é que a relação, ao invés de ser de correspondência, é de identidade. Assim, Baldwin interpreta a crítica e rejeição fregeana da teoria da verdade como correspondência como sendo, ao mesmo tempo, uma crítica à teoria da verdade como identidade.

Essa interpretação, porém, é fortemente criticada por Dodd (1992) em uma resposta a este artigo de Baldwin - redigida juntamente com Jenifer Hornsby - e em um livro de 2000, intitulado *An Identity Theory of Truth*. Para Dodd e Hornsby (1992), a interpretação de Baldwin é implausível, pois ele ignora a grande distância, num espaço metafísico, entre a teoria da verdade como identidade e a teoria da verdade como correspondência. O erro principal de Baldwin consistiria em reduzir a teoria da verdade como identidade a um gênero de teoria da verdade como correspondência e, desse modo, rejeitá-la. De acordo com Dodd e Hornsby (1992), Baldwin pensa assim devido ao fato de que ambas as teorias têm algo em comum: ambas tomam que a palavra 'verdadeiro' aplica-se a alguma coisa de modo a obter uma relação. No entanto, para Dodd (1992, 2000), a teoria da verdade como identidade não seria um caso de teoria da correspondência devido ao fato de que, quando a relação é de identidade, não é necessário nada que seja distinto do que pode ser verdadeiro para se explicar o que verdade é, ou seja, uma proposição verdadeira simplesmente é idêntica a um fato. Não é necessário um outro elemento diverso.

Além disso, Dodd (1992, 2000) tem uma segunda observação a fazer contra Baldwin. Mesmo que Frege não tenha formulado explicitamente uma teoria da verdade como identidade, ele afirma que fatos são pensamentos que são verdadeiros. Assim sendo, se Baldwin (1991) estiver correto, há uma contradição em Frege, pois, se ele rejeita a teoria da verdade como identidade no início do texto, como ele pode expor uma ideia, logo em seguida, que se encaixa perfeitamente na tese central da teoria em questão? Para Dodd (1992, 2000), isso sugere que a interpretação de Baldwin (1991) é errada, de modo que é razoável atribuímos a teoria da verdade como identidade a Frege.

No livro *An Identity Theory of Truth*, Dodd (2000) esclarece e desenvolve certas teses apresentadas na crítica a Baldwin. Neste livro, Dodd constrói uma teoria sistemática acerca da noção de fato, sendo que, antes de tudo, é preciso refutar a tese de que fatos são estados de coisas, entidades constituídas por objetos e propriedades. Fatos concebidos como estados de coisas (as teorias da verdade como correspondência tomam fatos nessa acepção) são fazedores de verdade (*truthmakers*), pertencentes ao reino da *Bedeutung*. Para Dodd (2000), entretanto, as teorias que se apóiam nisso estão apoiadas sobre um mito, a saber, que verdades necessitam de fazedores de verdade. Fatos, segundo ele, não são estados

de coisas, mas sim, conforme encontramos em Frege, pensamentos verdadeiros. Fatos são ocupantes do reino do sentido e não do reino da *Bedeutung* (ver cap. 1).

A segunda discussão baseia-se em uma resposta afirmativa à primeira, isto é, supõe que Frege tenha defendido uma teoria da verdade como identidade. Não há uma discussão propriamente dita na literatura, mas temos interpretações completamente opostas acerca da identificação fregeana entre fatos e pensamentos verdadeiros. Essa ‘discussão’ tem origem na distinção entre duas versões da teoria da verdade como identidade: uma versão robusta e uma versão modesta. Como esclarecido no capítulo 1, a versão robusta da teoria concebe que o fato que *a* é *F* e a proposição que *a* é *F* são um e o mesmo estado de coisas. Nesse sentido, uma versão robusta toma fatos de maneira semelhante ao modo que são concebidos nas teorias da verdade como correspondência: fatos são estados de coisas, entidades as quais são compostas por objetos e suas propriedades. Assim, numa versão robusta, a relação de identidade é entre um item do reino da *Bedeutung* e um item do reino do sentido.

A versão modesta, por outro lado, não concebe fatos desta maneira. Fatos são pertencentes ao reino do sentido e não são constituídos por objetos e propriedades, e sim por modos de apresentação de objetos. Fatos não são estados de coisas que tornam pensamentos verdadeiros, eles são idênticos a pensamentos verdadeiros. Assim, a versão modesta envolve uma redução dos fatos aos pensamentos verdadeiros.

Dodd (2000) defende que, em Frege, podemos encontrar uma versão modesta, mesmo que ele não a tenha apresentado como tal. A versão robusta não pode ser atribuída a Frege, pois, de acordo com a sua teoria da *Bedeutung*, a referência de um pensamento verdadeiro é o Verdadeiro e não um fato.

Além disso, a própria estrutura ontológica dos fatos não nos permite a atribuição da versão robusta a Frege, uma vez que fatos, para Dodd (2000), são constituídos por sentidos fregeanos e não por objetos. O que parece corroborar a tese de Dodd (2000) é a tese aquela que é defendida por Dummett em *Frege Philosophy of Language* (1973). Dummett (1973, p. 442) afirma que fatos, na ontologia fregeana, não são constituintes da realidade, do reino da *Bedeutung*, como objetos e propriedades. Eles são, na verdade, idênticos a pensamentos verdadeiros. Assim, eles pertencem ao reino do sentido e, desse modo, não podemos dizer que um pensamento é verdadeiro somente no caso dele corresponder a um fato.

No entanto, Gary Kemp, no artigo *Truth in Frege's 'Law of Truth'* (1995), tem uma posição totalmente contrária a esta de Dodd (2000). Para Kemp (1995), pensamentos verdadeiros não representam fatos ou estados de coisas, mas eles são fatos ou estados de coisas. Assim, de acordo com Kemp, a verdade de um pensamento não pode ser separada daquilo que faz com que o pensamento seja verdadeiro. A verdade do pensamento que Aristóteles foi discípulo de Platão não pode ser desvinculada do fato ou do estado de coisas que Aristóteles foi discípulo de Platão. Uma afirmação como esta deixa clara a aproximação da tese de Kemp (1995) com aquilo que Dodd (2000) denomina versão robusta da teoria da verdade como identidade.

Existe ainda na literatura outra importante interpretação sobre a identificação que Frege faz entre fatos e pensamentos verdadeiros, que pode vir a auxiliar na solução deste quebra-cabeça. Essa interpretação é dada por Sluga em artigos como *Frege on the Indefinability of Truth* (2005), *Truth before Tarski* (1999) e *Truth and the Imperfection of Language* (2007) e dá origem a uma terceira questão significativa com respeito ao tema. Qual o objetivo de Frege ao identificar fatos com pensamentos verdadeiros?

Sluga (2005), após fazer um apanhado histórico sobre o desenvolvimento da concepção fregeana de verdade, afirma que a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros, encontrada em *Der Gedanke*, está vinculada a uma resposta às noções de verdade e fato contidas no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein. Muitos dos temas tratados em Frege estão presentes em Wittgenstein (2001), sendo que, em ambos os textos, *Der Gedanke* e o *Tractatus*, uma das principais metas - e que nos interessa em especial - é tentar caracterizar o conceito de verdade. Contudo, os textos divergem profundamente com respeito à maneira como essa possível caracterização se dá. Wittgenstein (2001), influenciado principalmente por Russell, possui, no *Tractatus*, uma concepção correspondencial de verdade, isto é, a correspondência com os fatos constitui a natureza da verdade. Segundo ele, o mundo é a totalidade dos fatos, são eles os constituintes principais da realidade e tais fatos são associados a estados de coisas.

Passo agora a uma apresentação mais detalhada das discussões na literatura.

## 4.1 Teria Frege defendido uma teoria da verdade como identidade em *Der Gedanke*?

### 4.1.1 A resposta negativa de Thomas Baldwin.

Baldwin (1991) dará uma caracterização bastante geral da chamada teoria da verdade como identidade, definindo-a basicamente como a tese segundo a qual a verdade de um juízo consistiria fundamentalmente na identidade do conteúdo desse juízo com um fato. O conteúdo de um juízo, por conseguinte, seria idêntico a um fato. Nesse sentido, a teoria da verdade como identidade seria muito parecida com uma teoria da verdade como redundância (*redundancy theory*), ou seja, com as teorias segundo as quais o predicado de verdade não faz uma contribuição significativa ao conteúdo de um juízo. Entretanto, isto não é totalmente correto, pois a teoria da identidade, segundo Baldwin (1991, p. 35), compartilha uma característica com as teorias da verdade como correspondência, a saber, que a verdade de um juízo consiste em uma relação entre ele e a realidade. Existem contrastes evidentes entre as teorias da correspondência e a teoria da identidade, mas, de certa maneira, poder-se-ia dizer que a última pode ser entendida como um caso limite das primeiras.

Como visto no capítulo 1, Baldwin (1991) atribui a tese de que a verdade de um juízo ou de uma proposição consiste na identidade dele com a realidade a vários autores, dentre os quais, autores herdeiros da tradição idealista, tais como Bradley (1914, apud BALDWIN, 1991), que defenderá, por exemplo, uma espécie de identidade do conhecimento com a realidade. Até mesmo Hegel (1995)<sup>108</sup>, na *Lógica*, teria, na interpretação de Baldwin (1991, p. 40), uma espécie de teoria da

---

<sup>108</sup> Stern (1993) negará esta tese de Baldwin (1991). Segundo Stern (1993, p. 645), Baldwin (1991) teve uma compreensão errada da concepção hegeliana de verdade ao afirmar que ela consiste em uma espécie de teoria da verdade como identidade. E, como consequência, está iludido ao afirmar que ele teve importância no desenvolvimento histórico desta teoria. Para refutar a tese de Baldwin (1991), Stern (1993, p. 645) se apoiará em uma distinção efetuada por Heidegger (2007) entre *verdade proposicional* e *verdade material*. Verdade será proposicional quando aplicada a sentenças, proposições, juízos ou afirmações, com base na concordância deles com o modo como as coisas são. Por outro lado, verdade será material quando ela é atribuída a alguma coisa com base na concordância da coisa com sua essência. “Assim, enquanto verdade proposicional aplica-se aos nossos juízos ou declarações, verdade material aplica-se às coisas e a suas naturezas” (STERN, 1993, p. 645). Para Stern (1993, p. 645-646), Hegel teria defendido um tipo de verdade material, ao passo que a teoria da verdade como identidade é proposicional.

verdade como identidade. Outros autores célebres da tradição analítica, como Russell e Moore, igualmente teriam defendido, em algumas de suas obras, teses que se aproximam desta teoria. Entretanto, quando a discussão versa sobre Frege, Baldwin (1991, p. 43) decididamente dá uma resposta negativa. Para ele, Frege, em *Der Gedanke*, chegou a discutir a teoria da identidade e claramente refutou-a.

Baldwin (1991, p. 43) se baseia no seguinte trecho de *Der Gedanke* (FREGE, 1997, p.327 ) para justificar sua opinião:

Uma correspondência só pode ser perfeita quando as coisas em correspondência coincidem; quando não são coisas distintas. Para verificar a autenticidade de uma cédula é preciso superpô-la a uma cédula autêntica. Mas seria ridículo tentar superpor uma moeda de ouro a uma cédula de vinte marcos. A superposição de uma coisa por uma ideia só seria possível se a coisa fosse também uma ideia. E se a primeira correspondesse perfeitamente à segunda, então ambas coincidiriam. Ora, isto é justamente o que não se quer quando se define a verdade como a correspondência entre uma ideia e um objeto real. Pois é absolutamente essencial que o objeto real seja distinto da ideia. Mas se assim for, não pode haver correspondência perfeita, verdade perfeita. Assim sendo, nada seria verdadeiro, pois o que é parcialmente verdadeiro não é verdadeiro. A verdade não admite um mais ou um menos.

Neste trecho de Frege, temos, como discutido em 3.1.2, um dos argumentos contra a concepção correspondencial de verdade. O argumento é o segundo usado por Frege para criticar as tentativas de definir verdade por meio de correspondência e seria uma espécie de *reductio ad absurdum*. A teoria da verdade como correspondência não seria capaz de dar uma boa definição de verdade, pois ela necessitaria que as entidades que entrassem na relação de correspondência pertencessem à mesma esfera, contudo isso implicaria identidade. Como a definição de correspondência necessita que as entidades sejam distintas, não é possível definir verdade por meio desta pretensa identidade. A conclusão de Frege, segundo Baldwin (1991, p. 43), é que a teoria da identidade pode ser reduzida a qualquer teoria da correspondência.

Além disso, Frege teria rejeitado a teoria da verdade como identidade, pois ela borra a sua distinção entre sentido e referência. Frege, de acordo com Baldwin (1991, p. 43), defenderá que os pensamentos expressos pelas sentenças são entidades genuínas, pertencentes ao terceiro reino. Contudo, diferentemente de Moore, por exemplo, ele não aceitará que pensamentos tenham alguma relação com estados de coisas. Os pensamentos não se referem a estados de coisas, mas são constituídos por sentidos. "Pensamentos são funções dos sentidos, de nomes próprios, predicados e outras expressões, e estes sentidos pertencem a um terceiro reino, distinto dos objetos

externos ordinários e de nossas ideias psicológicas” (BALDWIN, 1991, P. 43). Os estados de coisas têm, como constituintes, objetos e propriedades e, levando em conta a explicação de Frege, não podem ser identificados com pensamentos. Os constituintes dos estados de coisas são os referentes das expressões que constituem os pensamentos, e os pensamentos, por sua vez, são constituídos por modos de apresentação das entidades que compõe os estados de coisas.

É facilmente perceptível que Baldwin (1991), nesta apresentação, é carente de uma distinção fundamental dentro da teoria da verdade como identidade, que é a distinção entre versões modesta e robusta da teoria. E talvez este seja um dos motivos dele reduzir essa teoria a um gênero de teoria da correspondência e, conseqüentemente, negar que Frege a tenha defendido<sup>109</sup>. Possivelmente, Baldwin nem sequer aceitaria uma versão modesta, pois para ele uma teoria da verdade precisa dar uma definição de verdade. Como a versão modesta não dá uma resposta acerca da relação linguagem e mundo, Baldwin parece não a levar em conta. Para aclarar isto, vejamos a crítica de Dodd e Hornsby (1992) e Dodd (1999, 2000) a esta posição de Baldwin (1991).

#### **4.1.2 As críticas de Julian Dodd a interpretação de Baldwin.**

Em um pequeno artigo publicado como resposta ao artigo de Baldwin (1991), Julian Dodd e Jennifer Hornsby (1992) criticam fortemente a tese de Baldwin de que não podemos encontrar em Frege uma teoria da verdade como identidade. A interpretação de Baldwin (1991), segundo a qual Frege explicitamente discutiu e rejeitou a tese da identidade, é considerada por esses dois autores como implausível. Dodd e Hornsby (1992) utilizam dois pontos básicos para combater a visão de Baldwin (1991). O primeiro ponto ressalta que a teoria da verdade como identidade não é um caso de uma teoria da verdade como correspondência. Baldwin (1991, p. 43) pensa desta maneira devido ao fato de que as duas teorias têm em comum que a palavra “verdadeiro” aplica-se a alguma coisa em virtude da obtenção de uma relação. “Mas isto é tudo o que elas têm em comum” (DODD/HORNSBY, 1992, p. 319).

---

<sup>109</sup> Baldwin (1991, p. 51), inclusive, pensa que a teoria da verdade como identidade é uma teoria da verdade absolutamente indefensável.

Além disso, segundo eles (1992, p. 320), mesmo Frege fala como se a tese da identidade não fosse um caso de teoria da correspondência. No seguinte trecho, temos uma explicação disso (DODD/HORNSBY, 1992, P. 320)

Quando ele diz “É absolutamente essencial que a realidade seja distinta da ideia”, Frege está circunscrevendo sua posição inimiga, falando sobre “o que é procurado quando verdade é definida como correspondência”. A fim de capturar seu pensamento, então, precisamos reservar o termo “teoria da correspondência” a uma teoria que mantém que algo distinto do que aplica-se a que a palavra “verdadeiro” deve ser invocado como relacionado a ela, a fim de dizer em que sua verdade consiste.

A conclusão aqui será que a teoria da identidade não é um caso limite de teoria da correspondência. Não é necessário, em uma teoria da identidade, buscar algo que seja distinto do que poderia ser verdadeiro a fim de explicar o que verdade é. Verdade consistiria puramente na identidade com um fato, ou seja, uma proposição verdadeira simplesmente é idêntica a um fato.

O segundo ponto que corroborará a crítica de Dodd e Hornsby (1992) e Dodd (2000), consiste na passagem de *Der Gedanke* em que Frege afirma: “Um fato é um pensamento que é verdadeiro” (FREGE, 1997, p. 342). O argumento de Frege na passagem citada anteriormente contra a teoria da correspondência somente pode ser lido corretamente, de acordo com Dodd e Hornsby (1992, p. 320), se a teoria da identidade for uma teoria que escapa desta *reductio*. Diferentemente das teorias da verdade como correspondência, a teoria da verdade como identidade não busca definir verdade. Desse modo, a crítica de Frege é totalmente compatível com essa teoria, inclusive é compatível com a tese deflacionista.

A concepção de fato defendida por Frege e sua identificação entre fato e pensamento verdadeiro encaixam-se perfeitamente no *slogan* da teoria da verdade como identidade e, além disso, podem ser considerados como um argumento contra a teoria da correspondência. A teoria da verdade como identidade, para Dodd (1999, 2000), pode ser tomada como um antídoto contra a concepção de fato defendida pelos teóricos da correspondência, e nesse sentido ela seria uma teoria dos fatos e não uma teoria da verdade. E mesmo que Frege não tenha formulado explicitamente uma teoria da verdade como identidade, a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros indica que ele possui uma relação muito próxima com esta teoria.

Ao construir uma teoria sistemática sobre verdade como identidade Dodd (2000) procurará, primeiramente, caracterizar a doutrina substancial defendida pelas



teorias da verdade como correspondência. Em seguida, tentará solapar esta teoria e substituí-la por uma teoria da verdade como identidade. Por fim, irá casar esta teoria da verdade como identidade com a tese deflacionista. O segundo objetivo de Dodd (2000), principalmente, apóia-se em grande medida na identificação realizada por Frege entre fatos e pensamentos verdadeiros. Dodd (2000, p. 3) caracterizará a teoria da verdade como correspondência, basicamente, como vinculada ao princípio do *truth-maker argument*, tal como defendido por Armstrong (1997, p. 115). Para uma proposição  $p$  ser verdadeira, existe pelo menos uma entidade, distinta de  $p$ , cuja existência implica que  $p$  é verdadeira. Esta entidade distinta de  $p$  é um estado de coisas e, dentro das teorias da verdade como correspondência, para Dodd (1992, 1999, 2000), fatos são concebidos como fazedores de verdade, com objetos e propriedades como constituintes.

Entretanto, apoiando-se na afirmação de Frege em *Der Gedanke*, Dodd (2000) argumentará que fatos não são estados de coisas, mas são constituídos por modos de apresentação de objetos e propriedades, eles seriam, assim, apenas portadores de verdade. Fatos pertenceriam, portanto, ao chamado reino do sentido e não ao reino da *Bedeutung*, como as teorias da correspondência os tomariam. Com isso, a identificação fregeana entre fatos e pensamentos verdadeiros tornar-se-ia um ponto fortíssimo tanto na rejeição das teorias da verdade como correspondência – embora Frege não argumente dessa maneira – quanto na construção de uma teoria da verdade como identidade. E esta identificação é o núcleo da teoria defendida por Dodd (2000).

Realmente, parece que Dodd (2000) tem razão ao alegar que Frege tem uma ligação com a teoria da verdade como identidade. Frege, evidentemente, não tomou essa afirmação como sendo uma teoria da verdade, mas, mas ele discute a questão se fatos pertencem ao reino do sentido ou ao reino da *Bedeutung*. Em *Der Gedanke*, ao afirmar que fatos são pensamentos verdadeiros, parece que Frege tem em mente que os fatos pertencem ao reino do sentido. A crítica à teoria da verdade como correspondência e a afirmação de que fatos são pensamentos verdadeiros são de grande valor na defesa da posição de Dodd.

Mesmo assim, poder-se-ia pensar que essa teoria da verdade como identidade conflitaria com as outras teses fregeanas sobre verdade. Embora aparentemente isto seja plausível, Dodd (2000, 118) defenderá que a atribuição da teoria da verdade como identidade a Frege não conflita nem com a visão fregeana

de que verdade é um conceito *sui generis* e indefinível, nem com a tese deflacionista<sup>110</sup>. A teoria da verdade como identidade não possui as pretensões habituais das teorias da verdade, ela não pretende definir o que é verdade, mas, antes de tudo, demonstrar os erros cometidos pelas teorias clássicas da verdade, principalmente a tese central da teoria da verdade como correspondência de que a verdade de uma sentença necessita de fazedores de verdade. Além disso, a teoria da verdade como identidade não tem problemas com as teorias deflacionistas sobre verdade, ao contrário, ela somente pode ser complementada por uma visão deflacionista.

Contudo, a interpretação de Dodd (2000) é um pouco artificial. Frege (1979, p. 127, 1997, p. 326-327) na sua crítica a teoria da verdade como correspondência, não fala em fatos ou na correspondência com fatos, mas na correspondência com a realidade. Nesse sentido, Dodd (2000) não faz uma interpretação totalmente fiel de Frege. Na verdade, ele constrói essa teoria da verdade como identidade usando algumas teses de Frege para corroborá-la. O contexto da identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros, em Frege, não é um contexto de crítica a teoria da verdade como correspondência, mesmo que essa identificação sirva para atacá-la, mas um contexto epistemológico. Frege estaria respondendo a pergunta 'o que é um fato?' e não 'o que é verdade?'. Ademais, é sabido que certas teorias da verdade como correspondência, como a de Tarski (2006), não utilizam a concepção de fato para definir verdade.

De qualquer maneira, pode-se concluir que Frege (1997, p 342) tem ao menos um esboço de uma teoria da verdade como identidade. O que não fica totalmente claro é qual versão da teoria pode ser atribuída a ele. Passamos, então, a segunda discussão, isto é, ao esclarecimento acerca de qual versão da teoria da verdade como identidade podemos encontrar em Frege.

---

<sup>110</sup> É preciso ressaltar que Frege não é um deflacionista; Dodd (2000, p. 118) também ressalta isso. Ele defende que o predicado 'é verdadeiro' não faz nenhuma contribuição substancial ao pensamento expresso pela sentença na qual ele ocorre, mas isso não exclui o conceito de verdade da discussão.

## 4.2 A relação de Frege com as versões modesta e robusta da teoria da verdade como identidade

### 4.2.1 Frege e a versão modesta da teoria da verdade como identidade.

Dodd (2000), após criticar as principais teses defendidas pelas teorias da verdade como correspondência, defende que proposições devem ser construídas como pensamentos fregeanos e, ao identificar fatos com pensamentos verdadeiros, postulará uma distinção entre duas versões da teoria da verdade como identidade, baseando esta distinção nas distintas concepções de fato defendidas por elas. Por um lado, teríamos uma versão robusta, na qual fatos são entendidos como estados de coisas e pensamentos verdadeiros são idênticos a eles. Por outro lado, teríamos uma versão modesta da teoria, onde fatos nada mais seriam do que sentidos fregeanos, mas igualmente idênticos a pensamentos verdadeiros. Para Dodd (2000), Frege defendeu, mesmo sem afirmar isso explicitamente, uma versão modesta da teoria da verdade como identidade.

Ainda que exista ao longo das obras de Frege muito mais sobre verdade do que apenas uma teoria da verdade como identidade, a defesa de uma versão modesta é explícita quando ele responde, em *Der Gedanke*, a pergunta “O que é um fato?” com a afirmação “Um fato é um pensamento que é verdadeiro” (FREGE, 1997, p. 342). A evidência, para Dodd (2000, p. 114), portanto, está em preto e branco no texto de Frege. Dodd (2000, p. 114) cita, inclusive, a seguinte passagem de Dummett (1973, p. 442)<sup>111</sup>, que auxilia na sua interpretação de Frege como um defensor da versão modesta.

Fatos, na ontologia de Frege, não são constituintes da realidade, do reino da *Bedeutung*, ao lado de objetos, valores de verdade, conceitos, relações e funções. Eles são, ao invés, identificados com pensamentos verdadeiros. ‘É um fato que Hannibal cruzou os Alpes’ é simplesmente outro modo de dizer ‘O pensamento que Hannibal cruzou os Alpes é verdadeiro’. Fatos, como pensamentos verdadeiros, assim pertencem não ao reino da referência, mas àquele do sentido. Portanto, não podemos dizer que um pensamento é verdadeiro somente no caso dele corresponder com um fato: se ele é verdadeiro, então ele é um fato, e não existem duas coisas entre as quais uma comparação pode ser feita com o intuito de descobrir se eles correspondem.

<sup>111</sup> Estou assumindo uma interpretação realista de *Bedeutung*, pois como discutido no capítulo anterior há mais evidências para defender essa posição do que a oposta.

A teoria da correspondência busca definir verdade por meio de uma relação entre algo pertencente a um âmbito linguístico e algo na realidade. Como na concepção fregeana, por meio do argumento do regresso, verdade não pode ser definida, e como Frege toma fatos como pertencentes a um terceiro reino, constituídos por sentidos, a atribuição da versão modesta da teoria da verdade como identidade a Frege parece ser correta, segundo Dodd (2000, p. 115). A concepção fregeana de fato impossibilita qualquer teoria da correspondência, pois fatos não seriam fazedores de verdade, mas idênticos a pensamentos verdadeiros.

Porém, evidentemente, existem discussões no que tange à atribuição da versão modesta da teoria a Frege. Baldwin (1991), como já citado, é um que não compartilhará da posição de Dodd. Para ele, Frege rejeitou a teoria da identidade por tomá-la como um gênero de teoria da correspondência. Dodd (2000, p. 115), por sua vez, pensará que Baldwin (1991) apenas levou em conta uma versão robusta. A versão modesta não é uma teoria da correspondência e, portanto, não cai sob o escopo do argumento de Frege para rejeitá-las<sup>112</sup>. A posterior identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros justificaria isso.

Além da objeção de Baldwin (1991), ainda haveria duas preocupações a serem resolvidas a fim de atribuir a Frege a versão modesta da teoria da verdade como identidade. A primeira é que Frege nunca se apresentou como um defensor da teoria. A segunda é que 'verdadeiro', para Frege, não é um termo relativo e isto poderia sugerir que ele seria contrário ao uso da relação de identidade para explicar a noção de verdade.

Sobre o primeiro ponto, Dodd (2000, p. 118) reconhece que Frege, ao afirmar que fatos são idênticos a pensamentos verdadeiros, certamente não tem em mente que isso fosse uma teoria da verdade. Para Dodd (2000, p. 118), uma teoria da verdade, nos moldes que Frege poderia pensar, seria reservada a algo que procurasse dar uma definição, redução ou explicação do que é verdade. Uma versão modesta da teoria da verdade como identidade não tem estas aspirações e, conseqüentemente, não é uma teoria da verdade nestes moldes.

O segundo ponto retoma a discussão do final da última seção onde foi dito que a visão fregeana sobre verdade possui duas características que se destacam:

---

<sup>112</sup> Contudo, Dodd (2000, p. 116) afirmará que é preciso distinguir entre o argumento de Frege contra as teorias da correspondência e sua posição frente a elas. O argumento para Dodd (2000, p. 116) é fraco e incapaz de refutá-las. A posição de Frege, por outro lado, tem seu mérito.

verdade como um conceito *sui generis* e indefinível (resultado do argumento do regresso) e a transparência do predicado ‘é verdadeiro’. A questão aqui é se essas duas características são compatíveis com a versão modesta da teoria da verdade como identidade. As possíveis dificuldades para torná-las compatíveis foram parcialmente respondidas na seção anterior, principalmente com respeito à primeira característica. Recapitulando-a, a teoria da verdade como identidade, neste caso a versão modesta, não busca definir verdade, assim é totalmente compatível com a tese de que “verdade é, obviamente, algo tão primitivo e simples que não é possível reduzi-la a algo ainda mais simples” (FREGE, 1997, p. 228). Mas, mesmo que verdade seja um conceito primitivo, é possível dizer algo de interessante sobre ele. Um exemplo disso pode ser explicar as relações que ele tem com outros conceitos.

Por outro lado, a segunda característica merece uma elucidação mais detalhada. Como Frege (1979, p. 233, 252, 1997, p. 229, 328, etc.) irá defender em vários textos, o predicado de verdade não faz uma contribuição significativa para o pensamento expresso por uma sentença (ver 2.3.2). Afirmar, por exemplo, que ‘*p* é verdadeiro’ é a mesma coisa que afirmar que *p*. Para Frege, ‘*p* é verdadeiro’ pode ser substituído por ‘*p*’, *salva veritate*, dentro de contextos hiperextensionais. ‘A neve é branca’ e ‘A neve é branca é verdadeiro’ têm o mesmo sentido.

Para as teorias deflacionistas, o predicado de verdade, essencialmente, não acrescenta nada nos contextos onde ele surge. “O predicado de verdade existe somente por motivo de certa necessidade lógica” (HORWICH, 1990, p. 02). Inclusive, há deflacionismos mais extremos que negarão que verdade seja substancial. Com respeito a Frege, autores como Soames (1999), Burge (1986) e Horwich (1990) afirmam que ele teria defendido uma posição deflacionista. Contudo, para Dodd (2000, p. 120), Frege não foi um deflacionista enquanto tal. Ele – Frege (1979, p. 129, 1997, p. 158, 229) – concorda com algumas teses deflacionistas, mas assume que é a forma da sentença assertiva o primeiro operador de verdade e não o predicado ‘é verdadeiro’. A verdade está afirmada internamente no juízo. O fato de o conceito de verdade ser transparente não exclui a possibilidade de verdade ser uma propriedade substancial. A tese da transparência da verdade, para Dodd (2000, p. 121), não implica que verdade seja também uma noção insubstancial, como defenderia o deflacionismo. A transparência da verdade é completamente distinta da tese deflacionista.

Assim, a teoria da verdade como identidade não conflita com a concepção deflacionista da verdade. Isto se dá porque as duas teorias/teses possuem diferentes interesses. A versão modesta da teoria da verdade como identidade tem como meta ilustrar o erro cometido pelas teorias da correspondência ao tomar fatos como fazedores de verdade. Em adição, a versão modesta não afirma que verdade necessita ser compreendida via a noção de identidade. “Um teórico da versão pode, no entanto, considerar o predicado de verdade como nada mais do que um aparelho de descitação (*disquotation*)” (DODD, 2000, p. 120).

Para Dodd (2000, p. 123), o predicado ‘é verdadeiro’, em Frege, é um termo monádico e tal situação poderia fazer com que alguém fosse levado a supor que o conceito de identidade, caracterizado como uma relação entre dois termos, não pudesse ser uma elucidação de verdade. Tal objeção estaria correta caso não se fizesse a distinção entre duas tarefas filosóficas, a saber, dar a forma lógica de uma sentença e dizer alguma coisa sobre o conceito expresso por um predicado. Quando Frege afirma que ‘é verdadeiro’ é um predicado monádico, segundo Dodd (2000, p. 123), ele está preocupado basicamente em dar a forma lógica das predicções de verdade. Uma versão modesta da teoria da verdade como identidade, diferentemente, está preocupada com a natureza do conceito expresso pelo predicado.

Consequentemente, nenhuma objeção à visão de Frege como um defensor da versão modesta da teoria consegue ter êxito. Assim, Dodd (2000) conclui, com base na identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros, que ele teria defendido tal versão da teoria. Isto, contudo, como se verá agora, é discutível.

#### **4.2.2 Frege e a versão robusta da teoria da verdade como identidade.**

Dodd (2000) apresentará duas presumíveis evidências para refutar a possível atribuição da versão robusta da teoria da verdade como identidade a Frege. A primeira evidência é a afirmação bastante citada de que fatos são pensamentos que são verdadeiros. Posto que uma versão robusta da teoria tomará que fatos são estados de coisas, constituídos por objetos e propriedades, vê-se uma incompatibilidade entre a visão fregeana e a versão robusta. A segunda evidência seria a tese de Frege de que a *Bedeutung* de pensamentos verdadeiros é o

Verdadeiro. Aqui pressupõe-se que a tese do realismo de Dummett esteja correta. Não existiram, portanto, estados de coisas no mundo com os quais tais pensamentos teriam relação.

Neste ponto, entretanto, entraria em jogo, e faria sentido, a discussão levantada no final do capítulo anterior. Frege apresenta uma concepção de fato, tal como supõe Dodd (1992, 1999, 2000), somente em *Der Gedanke*, uma das suas últimas obras. Em textos que o precedem, como a *Begriffsschrift*, não temos a mesma concepção de fato. Além disso, há tentativas, como as de Draai (2002), de interpretar o *slingshot* de maneira diferente. Tudo isso poderia levar a uma explicação diferente daquela oferecida por Dodd (2000), aproximando Frege da versão robusta. Mas, para tornar mais clara uma interpretação de Frege como um defensor desta versão, apresento a interpretação de Gary Kemp (1995) em *Truth in Frege's 'Law of Truth'*.

Na verdade, não existe uma discussão propriamente dita entre Dodd e Kemp acerca de qual versão Frege defendeu. Nem Dodd cita Kemp em seus textos, nem Kemp cita Dodd. Contudo, os dois autores discutem o mesmo problema e dão respostas bastante diferentes. De qualquer maneira, Kemp (1995) não tem em mãos a terminologia utilizada por Dodd (1999, 2000). Ele não fala em teoria da verdade como identidade e, evidentemente, não cita versões modestas ou robustas da teoria. Mas a questão discutida é a mesma – a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros –, e a interpretação de Kemp (1995) encaixa-se perfeitamente naquilo que Dodd (2000) chamará de versão robusta da teoria da verdade como identidade. Mas vejamos qual é a posição de Kemp (1995).

Kemp (1995), em seu artigo, procura, basicamente, clarificar algumas teses sobre verdade encontradas em *Der Gedanke*, dentre elas, a tese da redundância do predicado de verdade, a concepção fregeana de pensamento, juízo e fato. Neste contexto, Kemp (1995, p. 32) afirmará que os pensamentos verdadeiros de Frege são, simultaneamente, as unidades cognitivas ou epistêmicas básicas e são idênticos a o que chamamos de fatos, de leis matemáticas ou leis lógicas. Somente levando em conta isso é que o raciocínio de Frege sobre verdade ganha força. E isto também está vinculado com a não associação de pensamentos a representações mentais. “Conhecimento é a compreensão de *fatos* e leis, não da representação deles” (KEMP, 1995, p. 32).

Ao discutir a crítica de Frege à teoria da verdade como correspondência, Kemp (1995, p. 38-39) entrará na discussão acerca da relação entre pensamentos, fatos e estados de coisas. Neste contexto, ele lançará a afirmação que o caracterizará como interpretando Frege enquanto um defensor da versão robusta da teoria da verdade como identidade. Kemp (1995, p. 39) explicitamente defende que, para Frege, pensamentos verdadeiros não representam fatos ou estados de coisas. Tal tese está associada claramente à crítica de Frege a concepção psicologista da lógica, que tomará pensamentos como conteúdos mentais. Por conseguinte, pensamentos verdadeiros são fatos ou estados de coisas. Do mesmo modo, princípios matemáticos e leis lógicas seriam pensamentos verdadeiros.

A verdade de um pensamento, na interpretação de Kemp (1995, p. 40), não pode ser algo separado do que faz com que o pensamento seja verdadeiro, ou seja, deve existir algo distinto do pensamento, com o qual ele possui uma relação íntima que o torna verdadeiro. Como correspondência é rejeitada por Frege (1997, p. 326-327, 1979, p. 127), e ele afirma que fatos são pensamentos verdadeiros, a única relação possível é uma espécie de identidade. “O fato que um dado pensamento é verdadeiro é ontologicamente distinto, embora necessariamente equivalente ao fato que torna o pensamento verdadeiro” (KEMP, 1995, p. 39). Não fica totalmente claro, nesta sentença, o que Kemp entende por ‘necessariamente equivalente’ e como isso se daria. Contudo, com respeito à ‘ontologicamente distinto’, aparentemente não há problemas. Aquilo que torna os pensamentos verdadeiros, se forem estados de coisas entendidos classicamente, possivelmente pertenceriam ao reino da *Bedeutung*, enquanto que pensamentos verdadeiros pertenceriam, na concepção fregeana, a um terceiro reino. Kemp (1995, p. 40) dá um exemplo que talvez ajude. Segundo ele, a verdade do pensamento que ‘o gato está sobre o tapete’ não pode ser distinguido do estado de coisas que nós descrevemos como o gato estando sobre o tapete.

Assim, teríamos em Kemp (1995) um contraponto à interpretação oferecida por Dodd (2000). O problema é que Frege (1997) não fala, em *Der Gedanke*, sobre estados de coisas que tornam pensamentos verdadeiros. Segundo Dummett (1981, p. 444), Frege não empregou a noção de *tornar* o pensamento expresso por uma sentença verdadeiro para não se comprometer ou, simplesmente, para evitar a concepção de fato ou estado de coisas como pertencentes ao reino da *Bedeutung*. E isso enfraquece a interpretação de Kemp (1995), pois ele parece pressupor um reino



da *Bedeutung*. Mas, na *Begriffsschrift*, tal interpretação poderia ter maior plausibilidade, pois, neste texto, Frege (1997, p. 48) fala em fatos empíricos, os quais poderiam ser interpretados como sendo estados de coisas. Além disso, tais fatos empíricos teriam a função de justificar certas verdades, ou seja, tornar certos pensamentos ou circunstâncias verdadeiras. Com isso, mais acertadamente do que afirmar que Frege defendeu, em *Der Gedanke*, uma versão robusta da teoria da verdade como identidade, seria afirmar que ele a defendeu na *Begriffsschrift*. Desse modo, teríamos de levar em conta esse texto dos primórdios de Frege em conta na discussão, coisa que Dodd ignora.

#### 4.3 A interpretação de Sluga: Frege e a discussão com Wittgenstein

Uma interpretação muito importante e que não está diretamente ligada às duas discussões anteriores pertence a Hans Sluga (1999, 2005, 2007). Sluga também discutirá a identificação fregeana entre fatos e pensamentos verdadeiros, contudo sua interpretação se voltará a uma possível crítica de Frege a Wittgenstein. De acordo com Sluga (1999, 2005, 2007), Frege fez essa identificação com o objetivo de criticar as concepções de verdade e fato encontradas no *Tractatus Logico-Philosophicus*. Wittgenstein (2001) teria defendido, nesta obra, influenciado por Russell, uma teoria da verdade como correspondência e uma noção de fato como estado de coisas. Frege, em *Der Gedanke*, ataca a teoria da verdade como correspondência e constrói uma noção de fato como pensamento verdadeiro para criticar essas teses.

Sluga (2005), em *Frege on the Indefinability of Truth*, fará uma rica apresentação sobre o desenvolvimento da concepção fregeana de verdade. Sluga (2005, p. 78) identificará seis (*sic*)<sup>113</sup> fases no pensamento de Frege sobre verdade, que inicia na *Begriffsschrift* e termina em *Der Gedanke* com a tese da indefinibilidade da verdade e com a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros. Realizarei uma rápida apresentação destas a fim de mapear a questão para chegar à tese que interessa à discussão no momento.

---

<sup>113</sup> Sluga fala em seis fases, mas na verdade cita sete.

A primeira fase do desenvolvimento da noção de verdade em Frege encontra-se na *Begriffsschrift*. Neste texto, entretanto, Frege ainda não fala diretamente no conceito. Frege, segundo Sluga (2005, 78), possui, nesse período, uma lógica do juízo ao invés de uma lógica da verdade. A noção de verdade tem apenas um papel secundário. Frege estaria mais preocupado com questões de conhecimento do que propriamente com questões sobre verdade. Tanto é que, na apresentação de sua notação lógica, ele prefere utilizar os termos ‘afirmação’ e ‘negação’ ao invés de ‘verdade’ e ‘falsidade’. Ainda assim, Frege tinha em mente que a noção de verdade era essencial à lógica, contudo ele deu a ela um papel implícito na *Begriffsschrift*.

A segunda fase do pensamento fregeano sobre verdade surge dentro de um contexto de críticas a *Begriffsschrift*. Em *Boole’s Calculating Logic and the Begriffsschrift*, *Boole’s Logical Formula Language and My Begriffsschrift* e em *On the Aim of a Begriffsschrift*, escritos entre 1881 e 1882, Frege modifica sua terminologia. Ele passa a usar os termos ‘certo’ (*richtig*) e ‘errado’ (*falsch*) e muda, inclusive, sua caracterização da lógica. De uma lógica das leis do pensamento passa a uma lógica que trata das inferências corretas.

Nas *Grundlagen der Arithmetik* de 1884, tem início a terceira fase, chamada por Sluga (2005, p. 81) de ‘a objetividade da verdade’. Aqui, Frege caracterizará as provas lógicas em termos de ‘verdade’. Nas *Grundlagen*, Frege (1997) está preocupado com questões de fundamentação da aritmética, principalmente com a determinação do caráter analítico ou sintético dos juízos. Para tanto, Frege procura provar que a lógica não está ligada à psicologia. Assim, ele propõe uma separação radical entre a lógica e a psicologia, entre a esfera do objetivo e a do subjetivo. A concepção de verdade como algo objetivo tem caráter capital para a efetivação do programa logicista.

A fase seguinte do desenvolvimento da concepção fregeana de verdade consiste na introdução dos valores de verdade, o Verdadeiro e o Falso, objetos denotados por sentenças assertivas. A introdução destes valores de verdade, para Sluga (2005, p. 83), distanciará Frege de qualquer explicação de verdade como sendo uma propriedade ou uma característica relacional de proposições. Esta fase tem início nos clássicos artigos *Funktion und Begriff* de 1891, *Über Begriff und Gegenstand* e *Über Sinn und Bedeutung*. A postulação destes valores teria sido influência de filósofos neo-kantianos, como Wildelband e Hermann Lotze. Para Sluga (1980, 2005), teria sido Lotze quem introduziu a linguagem dos valores dentro

da filosofia e, inclusive, teria sido ele quem primeiro falou em Belo e Bem como valores objetivos<sup>114</sup>. Essa posição também é defendida por Gotfried Gabriel (2002). O que fica claro aqui é que Frege introduz tais valores a partir das distinções entre função e objeto e, em seguida, entre sentido e referência. O Verdadeiro e o Falso seriam, primeiramente, valores de funções.

A quinta fase é aquela que foi muito discutida no capítulo anterior e consistiria na tese da indefinibilidade da verdade, apresentada, pela primeira vez, em *Logik* de 1897. Neste texto, Frege assumirá que ‘verdadeiro’ caracteriza a meta da ciência. Com base nisso, defenderá o caráter primordial e básico do conceito de verdade. Em *Logik*, encontram-se muitas teses que serão retomadas e desenvolvidas em *Der Gedanke*. Uma destas teses é acerca da noção de fato. Segundo Sluga (2005, p. 86-87), Frege não havia empregado tal noção desde a *Begriffsschrift*, onde afirmou que o sinal do juízo poderia ser lido como um predicado, querendo dizer que o conteúdo do juízo ‘é um fato’. No texto de 1897, Frege “reintroduz a noção de fato e vincula-a, em um surpreendente giro, à noção de pensamento” (SLUGA, 2005, p. 86). A base de Sluga (2005) é a seguinte afirmação de Frege em *Logik*: (1979, p. 131):

O sentido de uma sentença assertiva eu chamo um pensamento. Exemplos de pensamentos são leis da natureza, leis matemáticas, fatos históricos: todos estes encontram expressão em sentenças assertivas. Posso agora ser mais preciso e dizer: o predicado ‘verdadeiro’ aplica-se a pensamentos.

Neste sentido, a noção de fato estaria subsumida a noção de pensamento. O próximo local onde Frege utilizará novamente a noção de fato será em *Der Gedanke*, ao identificar fatos com pensamentos verdadeiros. Contudo, a intuitiva visão que poderia se ter de que fatos têm, como correlatos mentais, pensamentos é, como já discutido, totalmente absurda para Frege. Pensamentos, para ele, não são representações do mundo, ao contrário, eles constituem o mundo. Fatos, na interpretação de Sluga (2005, p. 87, 2007, p. 08), não são localizados no nível da *Bedeutung*. O critério, portanto, de identidade entre fatos e pensamentos verdadeiros não pode ser um critério extensional. Ao contrário, precisamos de um critério intensional, pois os fatos fregeanos estão no nível do sentido. Este seria o

---

<sup>114</sup> Frege em vários textos, inclusive nas primeiras linhas de *Der Gedanke*, cita ‘o verdadeiro’ como fundamental para a lógica, assim como o seriam ‘o belo’ e ‘o bem’ para a estética e a ética, respectivamente.

argumento fundamental de Frege, de acordo com Sluga (2005, p. 87), para não conceber verdade como a correspondência entre pensamentos verdadeiros e fatos, pois nem fatos e muito menos pensamentos estão no reino da *Bedeutung*.

A penúltima fase do desenvolvimento fregeano sobre verdade estaria localizada por volta de 1915, quando Frege escreve o escrito, publicado postumamente, *My Fundamental Logical Insights*. Esta fase teria como característica o retorno à primazia do juízo. Frege (1979, p. 251-252), dentre outras coisas, defenderá a tese da redundância do predicado de verdade e, conjuntamente, a tese de que asserção encontra-se não na palavra 'verdadeiro', mas na força assertiva com que proferimos uma sentença. A primeira noção na lógica seria a de asserção.

Todos estes períodos históricos, vinculados com o desenvolvimento da concepção fregeana de verdade, segundo Sluga (2005, 89), culminarão, em *Der Gedanke*, em uma crítica à concepção wittgensteineana de verdade encontrada no *Tractatus*. Na opinião de Sluga (1999, p. 34), Russell e Wittgenstein compartilhariam a tese de que o conceito de fato deve ser tomado como um conceito central em qualquer caracterização semântica de verdade. Contudo, Frege rejeita isto, defendendo, por sua vez, que o presente conceito pressupõe o conceito de verdade. A evidência disso está na afirmação de que um fato é um pensamento que é verdadeiro. Tanto Russell (1956, apud SLUGA, 1999) quanto Wittgenstein (2001) terão uma posição correspondencial frente à definição do conceito de verdade. E Frege, ao criticar a teoria da verdade como correspondência e ao identificar fatos com pensamentos verdadeiros, estaria buscando refutar a posição, principalmente de Wittgenstein. Sluga (2005, p. 89) chamará a crítica de Frege de *Critique of the Picture Theory of Truth*.

Wittgenstein, influenciado principalmente por Russell, possui, no *Tractatus*, uma concepção correspondencial de verdade, isto é, a correspondência com os fatos constitui a natureza da verdade. O conceito de fato relacionado a isso é fundamental na construção da concepção encontrada no *Tractatus*. Segundo Wittgenstein (2001, p. 135), o mundo consiste de fatos e estes são associados a estados de coisas, são eles os constituintes principais da realidade. Em suma, um fato é a existência de um estado de coisas. Inclusive a combinação de nomes que constituem uma sentença também é um fato. Uma sentença seria verdadeira se ela fosse, de algum modo, uma espécie de mapa ou pintura da realidade ou do mundo. Em Wittgenstein, os objetos – as coisas – não são as entidades fundamentais. Os

objetos ligam-se e, a partir da ligação entre eles, tem-se estados de coisas, tem-se fatos.

Já nesse ponto, com respeito aos constituintes mais básicos do mundo, podemos encontrar uma grande diferença em relação a Frege. Se Frege tem uma ontologia, o que parece ser o caso, as entidades básicas, pelo menos no seu segundo sistema, não são fatos nem estados de coisas, mas objetos e funções, entidades saturadas e insaturadas. Na ontologia fregeana fatos não seriam entidades fundamentais e estados de coisas, possivelmente, não teriam lugar. Desse modo, os dois autores divergem nas concepções mais básicas e isso se reflete na consequente divergência com respeito à noção de verdade.

Para Frege, como lemos no início de *Der Gedanke*, a verdade de uma sentença ou pensamento não pode consistir no fato dela corresponder ou ser uma pintura da realidade. O ponto de Frege seria que não poderia haver uma correspondência perfeita entre o mundo e a sentença. Para Sluga (2005, p. 91), o centro da crítica de Frege à teoria da correspondência defendida por Wittgenstein e também por Russell consistiria na noção de fato que ele emprega. A noção de fato nas teorias da correspondência tem uma função fundamental. E, em grande parte dos casos, tais fatos têm poderes causais e são constituídos por objetos e propriedades. Em Wittgenstein (2001), teríamos exatamente esta concepção. Ao tomar fatos como pensamentos verdadeiros, pertencentes à esfera do sentido e não da *Bedeutung*, Frege lançaria a base para a refutação da teoria de Wittgenstein. Fatos são simplesmente pensamentos verdadeiros e verdade não pode ser definida por meio da relação de correspondência.

Sluga, todavia, em nenhuma ocasião discutirá ou dará a entender que esta identificação que Frege faz entre fatos e pensamentos verdadeiros poderia vir a ser uma teoria da verdade. Entretanto, ao fazer uso de um critério intensional para a identidade dos fatos, ele se aproxima e aceita muito daquilo defendido por Dodd (1992, 1999, 2000) na construção de uma versão modesta da teoria da verdade como identidade. O que chama a atenção é que tanto Sluga quanto Dodd defenderão que a identificação de Frege tem como objetivo criticar as teorias da verdade como correspondência. Dodd não chega a discutir qual seria a teoria ou o autor que Frege está atacando, o que dá certo mérito a interpretação histórica de

Sluga<sup>115</sup>. Por outro lado, não há evidências de que Sluga chegou a conhecer a interpretação de Dodd, mas, possivelmente, entraria em acordo com este em vários momentos.

Mesmo parecendo razoável pensar que a identificação fregeana entre fatos e pensamentos verdadeiros possa ser utilizada como crítica às teorias da verdade como correspondência, há certos problemas com isso. Frege, como já ressaltado, no contexto em que apresenta essa identificação não deixa isso explícito. Na verdade, são dois contextos completamente diferentes. O contexto da crítica de Frege as tentativas de definir verdade como correspondência é um contexto de disputa com o psicologismo e com a definição de verdade dada por essa corrente. A identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros, por sua vez, é oriunda de uma busca por uma ciência segura, ou seja, tem uma base epistêmica. Assim, afirmar categoricamente que Frege defendeu uma teoria da verdade como identidade é bastante complicado.

A versão modesta da teoria da verdade como identidade, além do mais, nem sequer é uma teoria da verdade no sentido real do termo. Ela é uma teoria que busca explicar o que são fatos e, nesse sentido, tomará uma posição fregeana frente a eles. A versão robusta que, de maneira diferente, assume que há uma relação entre linguagem e mundo, parece estar mais próxima de uma teoria da verdade, mas Frege, em *Der Gedanke* ao menos, não irá se comprometer com a existência de estados de coisas.

---

<sup>115</sup> Sluga sustenta sua posição com base na evidência histórica de que Frege, no período em que redigiu *Der Gedanke*, tinha contato direto com Russell e, principalmente, com Wittgenstein.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como propósito principal analisar a relação entre a concepção fregeana de verdade e a teoria da verdade como identidade. O ponto de partida desta discussão teve origem na afirmação de Frege em *Der Gedanke* de 1918 de que um fato é um pensamento que é verdadeiro. Após as devidas considerações, tentou-se analisar se em Frege podemos encontrar uma versão desta teoria. Essa teoria da verdade pode ser caracterizada como a tese segundo a qual verdade pode ser explicada por meio dos conceitos de identidade e fato. Buscou-se, desde o início, seguir uma estrutura que levasse em conta os principais pontos relevantes para a vinculação de Frege a essa teoria.

No primeiro capítulo, partiu-se de uma exposição bastante geral sobre as teorias da verdade. Foram expostas as principais motivações de tais teorias, os principais conceitos utilizados por elas e as principais distinções encontradas nas tentativas de analisar o conceito de verdade. Em seguida, após estabelecer em que consiste uma teoria da verdade, adentrou-se no tratamento e discussão da teoria da verdade como identidade. Foi utilizada como ponto de partida a teoria da verdade como identidade elaborada por Julian Dodd, especialmente em *An Identity Theory of Truth*. Uma proposição qualquer como '*p*', para essa teoria, é verdadeira se, e somente se, '*p*' é idêntica a um fato. Nesse sentido, a teoria da verdade como identidade é visão alternativa as clássicas teorias da verdade como correspondência. Enquanto as teorias da correspondência postulariam um dualismo entre linguagem e mundo, a teoria da verdade como identidade negaria esse dualismo. Além disso, uma das principais teses da teoria da correspondência, a saber, que sentenças ou proposições necessitam de fazedores de verdade – sendo que tais fazedores de verdade são fatos – é posta em xeque. Para a teoria da verdade como identidade não existem fazedores de verdade. Os fatos são considerados simplesmente como portadores de verdade, idênticos a proposições verdadeiras, concebidas num sentido fregeano.

Na sequência do capítulo foi apresentada a distinção entre duas versões desta teoria da verdade como identidade. Por um lado teríamos uma versão modesta e por outro lado uma versão robusta. A distinção entre essas versões, como salientado em vários momentos, funda-se na concepção de fato que cada uma

delas têm. A versão modesta os concebe como pensamentos verdadeiros, os quais são constituídos por sentidos fregeanos. A versão robusta, por sua vez, concebe fatos como estados de coisas. De qualquer maneira, a relação entre pensamentos verdadeiros e fatos, em ambas as versões da teoria, é uma relação de identidade.

O capítulo 2 da dissertação focou na reconstrução de alguns pontos muito importantes da filosofia de Frege, especialmente aqueles que têm relação com o conceito de verdade. Assim, primeiramente, partiu-se da apresentação da tentativa fregeana de fundamentação da aritmética, o programa logicista. Tal programa tinha como propósito provar que as verdades da aritmética eram analíticas *a priori* e não sintéticas, como teria defendido Kant. Frege pensava que as sentenças, axiomas e leis da aritmética poderiam ser definidos em termos puramente lógicos, posto que a lógica é analítica. Caso isso fosse possível, então toda certeza da lógica passaria também para a aritmética e está estaria fundamentada com o rigor necessário. Contudo, para a realização desse propósito, Frege viu-se obrigado a construir uma lógica mais rigorosa que a disponível no período. Essa lógica formal, chamada *Begriffsschrift*, seria uma ferramenta capaz de efetivar o projeto epistemológico fregeano.

Na *Begriffsschrift*, Frege introduz uma série de noções que serão muito importantes para o desenvolvimento posterior de sua filosofia, inclusive sobre a noção de verdade. Nesta obra, Frege fala nas noções de ‘afirmação’ e ‘negação’ que mais tarde darão origem as noções de ‘verdadeiro’ e ‘falso’. Além disso, na apresentação de seu simbolismo lógico, surge a noção de ‘fato’. Diferentemente do que Frege falará em *Der Gedanke* quase quatro décadas depois, ele parece defender a existência de fatos empíricos. Na verdade, como foi demonstrado, ele tem pelo menos duas noções diferentes de fato nessa obra. O ponto é, se Frege tem uma concepção de fato que pode ser associada a estados de coisas, então na *Begriffsschrift* poderíamos ter uma versão robusta da teoria da verdade como identidade.

Nesta obra, Frege também irá inserir as noções de função e argumento, as quais serão desenvolvidas em *Funktion und Begriff* de 1891 e darão origem a distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*. Neste artigo e em *Über Sinn und Bedeutung* de 1892, ele sustentará que sentenças possuem uma *Bedeutung* e que ela é um valor de verdade, o Verdadeiro ou o Falso. Esses valores de verdade são concebidos como objetos.



Após a apresentação do programa filosófico de Frege, de sua notação lógica e das principais noções de sua semântica e ontologia, partiu-se para uma abordagem das partes positiva e negativa da concepção fregeana de verdade. Primeiramente, foi apresentada a parte negativa – a crítica de Frege à concepção psicologista da lógica, a qual toma verdade simplesmente como o reconhecimento geral por partes dos falantes. A própria teoria da verdade como correspondência seria uma definição psicologista de verdade, pois ela pressupõe, para a definição do conceito de verdade, uma relação entre uma ideia e algo no mundo. Frege nega isso, sustentando que pensamentos são as entidades que podem ser verdadeiras ou falsas e que de nenhum modo podem ser confundidos com ideias ou representações mentais. Por conseguinte, verdade tem um caráter de objetividade.

A parte positiva de sua concepção de verdade está relacionada a uma série de teses encontradas ao longo de suas obras. Mesmo não tendo construído uma teoria sistemática sobre o tema, Frege dá indicações muito claras sobre em que consiste o conceito de verdade. Dentre estas indicações podemos encontrar evidências que o vinculam com o realismo acerca de verdade, com a tese deflacionista – embora, evidentemente, Frege não seja deflacionista – e também a teoria da verdade como asserção. Todas essas teses possuem ligação com a teoria da verdade como identidade, principalmente as duas primeiras. Segundo Frege, fatos ou pensamentos verdadeiros pertencem a um terceiro reino e, portanto há um comprometimento com uma posição realista, embora isso não implique platonismo. A tese da redundância do predicado ‘é verdadeiro’ também está vinculada com a teoria da verdade como identidade e não conflita com a visão fregeana de que verdade é um conceito simples e indefinível. Frege não é um deflacionista, pois ele defende que verdade é um conceito substancial, embora o predicado ‘é verdadeiro’ não seja capaz de exprimi-lo. O operador de verdade para Frege está na forma da sentença assertiva.

No terceiro capítulo o objetivo foi apresentar os alicerces para a defesa de uma teoria da verdade como identidade por parte de Frege. Para tanto foi necessário reconstruir a crítica que ele faz contra as teorias da verdade como correspondência, a sua concepção de *Bedeutung* e o contexto da identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros.

A crítica de Frege contra as teorias da verdade como correspondência, encontrada no escrito póstumo *Logik* de 1897 e, em mais detalhes, em *Der*

*Gedanke*, tem como argumento básico a ideia de que uma tentativa de definir verdade como correspondência leva a um regresso ao infinito. Na realidade, não só as tentativas de definir verdade dessa maneira, mas todas as outras tentativas de definir o conceito levam a esse regresso. Verdade é um conceito *sui generis* e indefinível.

Conjuntamente com a abordagem da crítica de Frege à teoria da verdade como correspondência também foi apresentada, detalhadamente, sua concepção de *Bedeutung*. Essa concepção é muito importante, pois a noção de fato em *Der Gedanke*, é consequência da distinção entre sentido e *Bedeutung*. Fatos, nesse texto, são considerados pensamentos verdadeiros, ou seja, pensamentos cuja *Bedeutung* seja o Verdadeiro. Os pensamentos verdadeiros não corresponderiam a fatos, os quais tornariam estes pensamentos verdadeiros, mas teriam como *Bedeutung* um único objeto, o Verdadeiro. Isso pressupõe uma concepção realista de *Bedeutung*, tal como apresentada por Dummett (1973, 1981). E isso implica a não aceitação de uma explicação como a de Tugendhat (1998), na qual ao se dizer que a *Bedeutung* de uma sentença é o Verdadeiro, não estaria se dizendo nada sobre a relação da sentença com o mundo.

Contudo, o ponto central para a atribuição da teoria da verdade como identidade a Frege, claramente é a identificação realizada por ele, em *Der Gedanke*, entre fatos e pensamentos verdadeiros. O conteúdo de uma sentença verdadeira estaria em uma relação de identidade com fatos e fatos, neste texto, são reduzidos à modos de apresentação de objetos e propriedades. O contexto da identificação, antes de qualquer coisa, está associado a um contexto científico. Para a construção de uma ciência segura é preciso que os pensamentos tenham uma *Bedeutung*. Adicionalmente, eles precisam ser tomados objetivamente. Os pensamentos têm a característica de não serem criados pela mente do sujeito, isto é, não são ideias encontradas na mente de alguma pessoa. A característica dos pensamentos de serem apreendidos e não criados os coloca em uma relação com a verdade. A verdade dos pensamentos nada tem a ver com o reconhecimento por parte dos falantes, mas está dada antes mesmo deles serem apreendidos.

No último capítulo o objetivo foi apresentar e discutir como a identificação fregeana entre fatos e pensamentos verdadeiros é compreendida na literatura secundária. Dodd (2000), por exemplo, atribui a Frege uma versão modesta da teoria. Por outro lado, Kemp (1995) parece lhe atribuir uma versão robusta,

enquanto Sluga (2005) associa essa identificação com uma crítica de Frege a Wittgenstein.

Entretanto é um pouco complicado tirar uma conclusão positiva e definitiva sobre tudo isso. Há vários pontos a serem destacados. Em primeiro lugar, Frege ao identificar fatos com pensamentos verdadeiros, está tentando explicar o que são fatos e não dar uma caracterização do que seja verdade. Assim, fica evidente que ele não estava pretendendo construir uma teoria da verdade em termos de identidade. Ao contrário, é Dodd (1992, 1999, 2000) que se apropria desta tese de Frege e edifica uma teoria da verdade como identidade, vinculando a identificação com uma crítica a teoria da verdade como correspondência.

Em segundo lugar, as duas versões da teoria da verdade como identidade não parecem ser versões da mesma teoria. A versão robusta busca explicar verdade por meio da relação entre a linguagem e o mundo, ou seja, é uma teoria da verdade no sentido próprio. A versão modesta, diferentemente, mais parece uma teoria sobre o caráter ontológico dos fatos do que uma teoria da verdade. Inclusive, poderia se dizer que ela é uma tese deflacionista mascarada. Ela não pretende definir o que seja verdade, apenas criticar tentativas de definição. Portanto ela é uma teoria muito pouco informativa.

Em terceiro lugar, a apresentação clara da relação desta teoria com a concepção fregeana de verdade, necessita de antemão esclarecer e tomar posições frente a questões muito complexas em torno da filosofia de Frege. Um exemplo diz respeito ao realismo. Neste trabalho optou-se, no final do capítulo 3, por tomar uma posição positiva frente a esse pretensão realismo, pois parece que existem evidências textuais fortes em Frege para defendê-lo. Contudo, como visto isso é bastante discutível. Dodd (2000), inclusive, tem posições um tanto controversas sobre isso. Ele nega que a identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros compromete-se com o realismo, mas, ao mesmo tempo, aceita a distinção de Dummett (1973, 1981) entre reino do sentido e reino da *Bedeutung*, que é uma distinção fundada no realismo.

De qualquer maneira, levando em conta a ideia central encontrada na teoria da verdade como identidade, especialmente na versão modesta, de que o conteúdo de uma proposição e um fato encontram-se em uma relação de identidade, é razoável sustentar que a afirmação de Frege que fatos são pensamentos verdadeiros associa-se a esta teoria, mesmo que ela não seja uma teoria da

verdade, mas uma teoria dos fatos. Ainda que, em *Der Gedanke*, o contexto fregeano da identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros não seja o contexto pretendido por Dodd (2000), um esboço da versão modesta pode ser encontrado. A versão robusta, dificilmente pode ser atribuída a Frege, em *Der Gedanke*, pois ele não aceita fatos como estados de coisas. Talvez no contexto da *Begriffsschrift* isso poderia acontecer, mas é muito arriscado afirmar isso devido a escassez de evidências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2006.

ARMSTRONG, D. **A World of States of Affairs**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

AUSTIN, J. **Philosophical Papers**. Ed. by J. Urmson and G. Warnock. Oxford: Clarendon Press, 1970.

BALDWIN, T. The Identity Theory of Truth. **Mind**, Vol. 100, 1991, p. 35-52.

BRAITHWAITE, R. **La Naturaleza del Creer**. In: GRIFFITHS, P. Conocimiento y creencia. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 47-67.

BURGE, T. Frege on Truth. In: **Frege Synthesized: Essays on the Philosophical and Foundational Work of Gottlob Frege** (Synthese Library). Ed. by L. Haaparanta and J. Hintikka. Dordrecht: Reidel Publishing Company, 1986, p. 97- 154.

CARL, W. **Frege's Theory of Sense and Reference**. Its Origins and Scope. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CANDLISH, S. Identifying the Identity Theory of Truth. **Proceedings of the Aristotelian Society**, 99 (2), 1999a, p. 233-240.

\_\_\_\_\_. A Prolegomenon to an Identity Theory of Truth. **Philosophy**, 74, 1999b, p. 199-220.

CHATEAUBRIAND, O. **Logical Forms. Part I – Truth and Description**. Campinas: Unicamp, 2001.

CHURCH, A. **Introduction to Mathematical Logic**. Princeton: Princeton University Press, 1956.

DAVID, M. **Correspondence and Disquotation**. An Essay on the Nature of Truth. New York: Oxford University Press, 1994.

DAVIDSON, D. **Inquiries Into Truth and Interpretation**. Oxford: Clarendon Press, 1984.

\_\_\_\_\_. True to the Facts. **The Journal of Philosophy**, vol. 66, Nº 21, 1969, p. 748-764.

DODD, J. **An Identity Theory of Truth**. Chippenham and Eastbourne: Palgrave Macmillan, 2000.

\_\_\_\_\_. Hornsby on the Identity Theory of Truth. **Proceedings of the Aristotelian Society**, Volume 99 – 2, 1999, p. 225-232.

DODD, J., HORNSBY, J. The Identity Theory of Truth: Reply to Baldwin. **Mind**, 1992 p. 319-322.

DRAI, D. The Slingshot Argument: An Improved Version. **Ratio** (new series) XV 2 June 2002, p. 194-204.

DUMMETT, M. **The Interpretation of Frege's Philosophy**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. **Frege and Other Philosophers**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **Frege. Philosophy of Language**, London, Harper and Row, 1973.

FISH, C. e MACDONALD, C. On McDowell's Identity Conception of Truth. **Analysis**, 67.1, 2007, p. 36-41

\_\_\_\_\_. The Identity Theory of Truth and the Realm of Reference: where Dodd goes wrong. **Analysis**, 69.2, 2009, p. 297-304.

FREGE, G.. The Thought. **The Frege Reader**. Ed. by M. Beaney. Oxford: Blackwell, 1997, 325-345.

\_\_\_\_\_. **The Frege Reader**. Ed. by M. Beaney. Oxford: Blackwell, 1997.

\_\_\_\_\_. **Posthumous Writings**. Ed. por H. Hermes, F. Kambartel e F. Kaulbach, e trad. por P. Long and R. White, Oxford: Basil Blackwell. Trad. inglesa de G. Frege, *Nachgelassene Schriften und Wissenschaftlicher Briefwechsel*, Band 1, ed. por H. Hermes, F. Kambartel e F. Kaulbach, Hamburg: Meiner, 1979.

\_\_\_\_\_. **Kleine Schriften**. Ed. By I. Angelelli, second edition. Hildesheim: Olms, 1990.

\_\_\_\_\_. **Collected Papers on Mathematics, Logic and Philosophy**. Ed. by Brian McGuinness. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

\_\_\_\_\_. **Philosophical and Mathematical Correspondence**. Ed. by McGuinness and Kaal. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **Frege's Lectures on Logic: Carnap's Student Notes. 1910-1914**. Trad. e editado por Erich H. Reck e Steve Awodey; baseado no texto alemão, editado com introdução e anotação de Gottfried Gabriel. Chicago: Open Court Publishing Company, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. **The Basic Laws of Arithmetic. Exposition of the System**. Trad. Montgomery Furth. Los Angeles: University of California Press, 1964.

\_\_\_\_\_. **Os Fundamentos da Aritmética**. Uma Investigação Lógico-Matemática sobre o Conceito de Número. Trad. Luís Henrique dos Santos. In. Frege/Peirce: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. **Die Grundlagen der Arithmetik.** Stuttgart: Reclams Universal, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gottlob Freges Brietwechsel mit D. Hilbert, E. Husserl, B. Russell, sowie ausgewählte Einzelbriefe Freges.** Ed. by G. Gabriel, H. Hermes, C. Thiel, & A. Veraart. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1976.

GABRIEL, G. Frege, Lotze, and the Continental Roots of Early Analytic Philosophy. In: **From Frege to Wittgenstein.** Perspectives on Early Analytic Philosophy. Ed. By Erich Reck. 2002, p. 39-51.

GREIMANN, D. Frege's Understanding of Truth. In. **Gottlob Frege. Critical Assessment of Leading Philosophers.** Ed. by Michel Beaney and Erich H. Reck, Vol. 2. London: Routledge, 2005, 295-314.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio – Vol. I: A Ciência da Lógica,** Tradução de Paulo Menezes, São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HEIDEGGER, M. Da Essência da Verdade. In: **Ser e Verdade.** Trad. E. Leão. Petrópolis: Vozes, 2007.

HORNSBY, J. The Facts in Question: A Response to Dodd and Candlish. **Proceedings of the Aristotelian Society**, 99 (2), 1999, p. 241–245.

\_\_\_\_\_. Truth: The Identity Theory of Truth. **Proceedings of the Aristotelian Society**. 97, 1997, p. 1-24.

HORWICH, P. **Truth.** Oxford: Basil Blackwell, 1990.

HUSSERL, E. **Investigaciones Logicas I.** Trad. M. Moriente e J. Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1999.



KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad. De Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Mourão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lógica**. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

\_\_\_\_\_. Prolegômenos a Toda Metafísica Futura. Trad. Tânia Mara Bernkopf. In. **Kant: Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. Investigação Sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral. Trad. Luciano Codato. In. **Escritos Pré-Críticos**. São Paulo: UNESP, 2005.

KEMP, G. Truth in Frege's 'Law of Truth'. **Synthese**, 105, 1995, p. 31-51.

KIRKHAM, R. **Teorias da Verdade**. Uma Introdução Crítica. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003

KIRKHAM, Richard. **Theories of Truth**. A Critical Introduction, Cambridge/M., MIT Press, 1992.

KNEALE, W.; KNEALE, M. **O Desenvolvimento da Lógica**. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1993.

KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Oxford: Blackwell, 1980.

KRÜGER, L. Has the Correspondence Theory of Truth Been Refuted? From Gottlob Frege to Donald Davidson. **European Journal of Philosophy**, 3:2, 1995, p. 157-173.

KÜNNE, W. **Conceptions of Truth**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

LEVINE, J. Logic and Truth in Frege. In. **Gottlob Frege. Critical Assessment of Leading Philosophers**. Ed. by M. Beaney and E. Reck. Vol. II. London: Routledge, 2005, p. 248-269.

MCDOWELL, J. **Mind and World**. London: Harvard University Press, 1994.

MOORE, G. E. The Nature of Judgement. In: **Três Ensaio de G. E. Moore**. Ed. Geraldo Ormieres. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 143-160.

\_\_\_\_\_. Truth. In: **Dictionary of Philosophy and Psychology. Vol 2**. Ed. by J. Baldwin. London: Macmillan, 1902.

NEWMAN, A. **The Correspondence Theory of Truth**. An Essay on the Metaphysics of Prediction. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NEALE, S. **Facing Facts**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

PICARDI, E. Sigwart, Husserl and Frege on Truth and Logic, or Is Psychologism Still a Threat? **European Journal of Philosophy**, 5:2, 1997, p. 162-182.

\_\_\_\_\_, E. Frege's Anti-Psychologism. In: **Gottlob Frege**. Critical Assessments of Leading Philosophers. Ed. by Beaney and Reck, vol. 1. London: Routledge, 2005 p. 340-358.

PORTA, M. La Cuestión Noética en Frege, su Concepto de Intencionalidad y su Influencia sobre Husserl. (Uma Contribuição al Estúdio de los Orígenes de la Filosofía Contemporánea). **Thémata**. Num. 24, 2000, p.83-114.

RICKETTS, T. Logic and Truth in Frege. In. **Gottlob Frege**. Critical Assessment of Leading Philosophers. Ed. by M. Beaney and E. Reck. Vol. II. London: Routledge, 2005, p. 121-140.

RODRIGUES FILHO, A. Fazedores-de-Verdade. **Dois Pontos**. Vol. 6, n. 2, 2009, p. 27-78.

RUSSELL, B. Da Denotação. In: **Russell/Moore** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, 1974.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Essays**. New York: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. **The Principles of Mathematics**. London: Cambridge University Press, 1903.

SLUGA, Hans. Frege on the Indefinability of Truth. In. **Gottlob Frege. Critical Assessment of Leading Philosophers**. Ed. by Michel Beaney and Erich H. Reck, Vol. 2. London: Routledge, 2005, 270-294.

\_\_\_\_\_. **Gottlob Frege. The Arguments of the Philosophers**. London and New York, 1980.

\_\_\_\_\_. Frege and the Rise of Analytic Philosophy. **Inquiry**, 18, 1975, 471-498.

\_\_\_\_\_. Truth and the Imperfection of Language. **Grazer Philosophische Studien**, 75, 2007, 1-26.

\_\_\_\_\_. Frege as a Rationalist. In. Schirn (Org.) **Studien zu Frege**. Vol. 1, 1973, p. 27-47.

\_\_\_\_\_. Truth Before Tarski. In. **Alfred Tarski and the Vienna Circle. Austro-Polish Connections in Logical Empiricism**. Dordrecht: Kluwer, 1999.

SOAMES, S. **Understanding Truth**. New York: Oxford University Press, 1998.

STERN, R. Did Hegel Hold an Identity Theory of Truth? **Mind**, vol 102, 408, 1993, p. 645-647.

SULLIVAN, P. Identity Theories of Truth and the *Tractatus*. **Philosophical Investigations**, 28:1, 2005, p. 43-62.

TARSKI, A. **A concepção Semântica da Verdade**. Trad. Celso Braida, *et. all.* São Paulo: Unesp, 2006.

TUGENDHAT, Ernst. El significado de la expresión “Bedeutung” en Frege. In: **Ser, Verdad, Acción: Ensayos Filosóficos**. Barcelona: Gedisa, 1998.

\_\_\_\_\_. The Meaning of “Bedeutung” in Frege. **Analysis**, vol. 30, 1970, p. 177-189.

TUGENDHAT, E., WOLFF, U. **Propedêutica Lógico-Semântica**. Petrópolis: Vozes, 1983.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp. 2001.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. London: Cornell University Press, 1967.

YOUNG, J. The Slingshot Argument and the Correspondence Theory of Truth. **Acta Analytica**. Vol. 17 – Issue 29, 2002, p. 121-132.